

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

JOSÉ BATISTA LOPES SANTOS

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A TEOLOGIA ALIADA AO PROCESSO DE
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES

São Leopoldo

2021

JOSÉ BATISTA LOPES SANTOS

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A TEOLOGIA ALIADA AO PROCESSO DE
MEDIÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de Atuação: Educação comunitária com
infância e juventude

Orientador: Prof. Dr. Iuri Andréas Reblin

São Leopoldo

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237v Santos, José Batista Lopes
Violência nas escolas : a teologia aliada ao processo de mediação de conflitos escolares / José Batista Lopes Santos ; orientador Iuri Andréas Reblin . – São Leopoldo : EST/PPG, 2021.
138 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2021.

1. Violência na escola – Prevenção. 2. Professores – Formação. 3. Espiritualidade. 4. Educação. I. Reblin, Iuri Andréas, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

FOLHA DE APROVAÇÃO
JOSÉ BATISTA LOPES SANTOS

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A TEOLOGIA ALIADA AO PROCESSO DE
MEDIÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e Educação
Linha de Atuação: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 06 de julho de 2021.

Prof. Dr. Iuri Andréas Reblin (Presidente)

Participação por webconferência

Prof. Dr. Marcelo Ramos Saldanha (EST)

Participação por webconferência

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade (UNIARP)

Participação por webconferência

Às minhas amadas famílias, originária, constituída e na fé cristã. Presentes do Altíssimo DEUS para me fazer trilhar caminhos de felicidade e resiliência diante das dificuldades impostas pela linha tênue e passageira da vida terrena. A Faculdade Luterana de Teologia da EST pelo acolhimento imbuído de espiritualidade e cuidados amorosamente cristãos dispensados a todos os discentes independentemente de segmento de religiões ou crenças.

AGRADECIMENTOS

Ao DEUS: Pai, Onipresente, Onipotente e Onisciente, Arquiteto do Universo.

Aquele que nos faz trilhar por caminhos espirituais de luz, paz e harmonia.

Aos meus pais que contribuíram para existência do meu bem mais precioso, a vida.

As minhas famílias biológicas e da fé cristã pela presença e promoção de constantes momentos de felicidade e resiliência diante das turbulências da vida terrena.

Aos meus colegas educadores que nos argumentos do cotidiano escolar me deram inspiração para pensar e escrever sobre o tema desta Dissertação.

Aos estudantes que com as suas diversas condutas me instigaram a buscar conhecimento com o objetivo de compreendê-las e ter a oportunidade de media-las.

Ao Corpo Docente da EST que com zelo, compromisso, responsabilidade, cuidado, espiritualidade e dedicação conduziram a mim e a todos os discentes por um caminho libertador nas dimensões intelectual e espiritual.

Ao meu orientador o Nobre Professor Doutor Iuri Andréas Reblin que sempre com dedicação, compromisso e zelo me incentivou a perseverar diante das intempéries provocadas pelas dificuldades pessoais, deu realce ao enfoque do tema e influenciou na adequação do rumo tomado para abordagem desta Dissertação.

Aos Nobres Professores Doutores Joel Haroldo Baade e Marcelo Ramos Saldanha pelas brilhantes avaliações e orientações que intensificou os raios de luz na adequação do texto dissertativo final

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Muito obrigado!

*“O amor é a melhor forma de
administração de um conflito.”*

Warrat

RESUMO

O processo de educar nos tempos atuais tem sido cotidianamente mais complexo uma vez que além do professor ter a responsabilidade de preparar o planejamento de suas aulas conforme os conteúdos elencados na grade curricular de seus estudantes e de acordo com as inovações sempre presentes no panorama global e local, os docentes se defrontam com situações cada vez mais esdrúxulas e complexas de serem resolvidas, no que se refere às condutas indisciplinadas como uma das mais comuns formas de expressão da violência escolar. Nesta perspectiva os atos de violência praticados na escola vêm ganhando proporções alarmantes e variam desde agressões verbais até violência física. Apenas esta última, incorrendo atualmente por conta da educação à distância. No transcurso do caminho trilhado no cotidiano escolar as ações violentas são expressadas nas formas de palavrões de todos os tipos, uso de drogas lícitas e ilícitas, acirradas discussões e lutas corporais que por muitas vezes fogem ao controle da comunidade escolar. O educador deve sempre estar atento ao que se passa dentro e fora da sala de aula, para que possa discernir qual é a origem desse comportamento agressivo, se crianças, adolescentes e jovens sentem-se coagidos, de certa forma, no próprio ambiente escolar ou se tal comportamento está originado em sua casa a fim de buscar da melhor forma possível, a resolução de problemas em conjunto com a famílias, Igrejas e demais instituições sociais responsáveis pela formação cidadã de estudantes, crianças, adolescentes e jovens. Diante deste panorama precisamos sair da “zona de conforto” fundamentada na mera constatação do problema, na reclamação e nos diversos tipos de lamentações e tentar buscar formas de atenuar a questão da existência de condutas violentas no interior da escola com o intuito de criar um ambiente equilibrado e transformá-lo num palco viável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido este estudo tem o objetivo geral de compreender o fenômeno da violência nas escolas e aliar a vivência da teologia ao processo de mediação de conflitos escolares para prevenir, repelir e mediar conflitos escolares com o intuito de promover o estabelecimento contínuo da harmonia nas escolas. Tem como metodologia verificar o que a bibliografia traz sobre violência escolar, educação e teologia com fundamento nos pressupostos teológicos das éticas da espiritualidade, do cuidado e da responsabilidade como alternativa para, por meio do diálogo, intervir nas ações violentas em âmbito escolar. Neste sentido, o exercício da espiritualidade individual e coletiva com fundamento nas éticas do cuidado e da responsabilidade é condição fundamental para o alcance de um ambiente harmônico e sempre propício para possibilitar a harmonia em âmbito escolar. Extremamente necessário para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos Escolares. Teologia. Espiritualidade. Violência Escolar. Docência.

ABSTRACT

The process of educating in current times has been daily increasingly complex since, in addition to the teacher having the responsibility to prepare the planning of their classes according to the contents listed in the curriculum of their students and in accordance with the innovations always present in the global panorama and at the local level, teachers are faced with increasingly bizarre and complex situations to be resolved, with regard to undisciplined behavior as one of the most common forms of expression of school violence. In this perspective, acts of violence practiced at school have been gaining alarming proportions and range from verbal aggression to physical violence. Only the latter, currently not occurring on account of distance education. Along the path followed in daily school life, violent actions are expressed in the form of all kinds of profanity, use of legal and illegal drugs, fierce discussions and bodily conflicts that often escape the control of the school community. The educator must always be aware of what goes on inside and outside the classroom, so that he or she can discern the origin of this aggressive behavior, if children, adolescents and young people feel coerced, in a way, in the school environment or if such behavior originates at home, in order to seek, in the best possible way, the resolution of problems together with families, churches and other social institutions responsible for the citizenship formation of students, children, adolescents and young people. Given this panorama, we need to leave the "comfort zone" based on the mere observation of the problem, on complaints and on the various types of lamentations and try to find ways to alleviate the issue of violent conduct within the school in order to create a balanced environment and transform it into a viable stage for the development of the teaching-learning process. In this sense, this study has the general objective of understanding the phenomenon of violence in schools and combining the experience of theology with the process of mediation of school conflicts to prevent, repel and mediate school conflicts in order to promote the continuous establishment of harmony in schools. Its methodology is to verify what the bibliography brings about school violence, education and theology based on the theological assumptions of the ethics of spirituality, care and responsibility as an alternative to intervene in violent actions in the school environment through dialogue. In this sense, the exercise of individual and collective spirituality based on the ethics of care and responsibility is a fundamental condition for achieving a harmonious and always favorable environment to enable harmony in the school environment, which is extremely necessary for the development of the teaching-learning process.

Keywords: Mediation of School Conflicts. Theology. Spirituality. School Violence. Teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
1.2 UM POUCO DE CONTEXTO	20
1.3 SOBRE ESTA PESQUISA	24
1.4 PARÂMETROS METODOLÓGICOS	26
2 A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA ESCOLAR	33
2.1 A SOCIEDADE E SUAS MUDANÇAS	33
2.2 A ESCOLA NA ATUALIDADE	42
2.4 A PRESENÇA DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR	53
3 A TEORIA E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO DOCENTE	61
3.1 A FORMAÇÃO CURRICULAR DO DOCENTE	61
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DO DOCENTE	65
3.3 PARARELO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	74
3.4 SABERES DOCENTES E O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR	76
4 PARADIGMA DA VIOLÊNCIA E A NECESSIDADE DE MUDANÇA. 81	
4.1 O PARADIGMA DA VIOLÊNCIA	81
4.2 NECESSIDADE DE MUDANÇA	83
4.3 O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA NA ESCOLA	88
5 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADA	93
5.1. APRENDIZAGEM DE BASE CEREBRAL E A DOCÊNCIA	98
5.2 APRENDIZAGEM MEDIATIZADA NA SALA DE AULA	105
5.3 UMA NOVA MANEIRA DE APRENDER A SER CIDADÃO	106
6 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES À LUZ DA TEOLOGIA 111	
6.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A ESPIRITUALIDADE	116
6.2 A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DO CUIDADO	119
6.3 A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DA RESPONSABILIDADE	122

7 CONCLUSÃO	125
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação se baseia no pensamento de autores clássicos e contemporâneos que versam sobre educação, processos de mediação e teologia. Nesta última abordagem tem como expoentes os teólogos Martinho Lutero e Leonardo Boff e o filósofo criador do princípio da responsabilidade, Hans Jonas, no que se refere às suas reflexões sobre o ser humano e os ambientes em que vivem, como fundamento para lidar com questões de violência que surgem no cotidiano escolar a partir da relação trabalho educacional-profissionais de educação-estudantes-ambiente escolar.

Sob este prisma, o texto apresentará uma das tentativas viáveis para prevenção, intervenção e possível solução de conflitos violentos, didaticamente aplicável ao sistema educacional escolar. O processo de mediação de conflitos escolares por meio de ações educacionais fundamentadas nas éticas do cuidado e da responsabilidade ancoradas na espiritualidade.

Lutero, Boff e Jonas, se compatibilizam no modo de pensar o ser humano, o planeta e a interação entre ambos, partem da constatação de que há conflitos estruturais na sociedade advindos da lógica do capitalismo que prega a visibilidade e relevância humana a partir da apreensão do ter-poder-prazer, por meio da qual há uma degradação generalizada da pessoa humana e do ambiente em que esta própria raça sobrevivi.

Estes pensadores apontam a prática das éticas da espiritualidade, do cuidado e da responsabilidade como saída para tratamento das patologias causadas pela esquizofrenia promovida pela desestruturação da humanidade e conseqüentemente planetária. Para tanto, buscam verificar no ser humano a virtude da autonomia e asseveram que esta deve ser dirigida por meio da incorporação pela mulher e pelo homem de exercícios espirituais e pela prática efetiva do cuidado como experiência ontológica, interiorizada no ser humano, o que lhe impõe ação em prol de todos os seres que habitam a terra.

1.2 UM POUCO DE CONTEXTO

Durante mais de três décadas de atuação profissional na seara da educação de crianças, adolescentes e jovens. Conforme vivência de fatos que perturbam a boa ordem necessária ao bom desempenho do processo ensino aprendizagem, a despeito das ocorrências de atos violentos originados por estudantes nas instituições de ensino básico pelas quais passei e na qual estou. Instigado pelas formas de tentativas frustradas em que a comunidade escolar lida com essa questão, tais como suspensão, expulsão, remoção de grupos virtuais de aulas online, audiência exclusivamente com mães, pais e responsáveis pelos estudantes, profissionais de educação vítimas de violência que se recusam em conversar conjuntamente sobre o assunto, além das diversas reclamações e lamentações da comunidade escolar.

Todos esses fatos me fizeram refletir, planejar e agir em cima do fenômeno da violência nas escolas e me motivaram a ser voluntário na promoção de diálogos interventor-mediadores na tentativa de propiciar uma metodologia educacional baseada na mediação conjunta de atores e atrizes envolvidos nas ações de violência escolar. Dentre diversas atuações nessa área específica cito duas cujos desfechos do acordado ultrapassaram as minhas expectativas.

Mês de abril de 2017, aluna menor de 17 anos, indisciplina com os discentes da sua turma a ponto de atrapalhar a ministração de aulas com gritos, arrastamentos de cadeiras e conversas em altos volumes. Quando advertida, ignorava a fala de seus professores e professoras. Embora incentivados para um diálogo conjunto sobre a situação, estes profissionais não aceitaram participar.

Durante a conversa com a aluna em questão pude perceber algum tipo de carência afetiva que ela expressava pela linguagem corporal e verbal. A questioneei sobre sua família e esta falou que era filha única de casal separado, já não via o pai há 15 anos e convivia com a mãe somente algumas noites, que ficava em casa sozinha o dia todo. Expliquei sobre a necessidade de, ainda que tivesse vivenciando aquela situação, comportar-se adequadamente em sala para o bom andamento da educação dela e dos seus colegas de classe.

A referida estudante retrucou e disse que não era ela sozinha quem se comportava daquela maneira, mas, diversos colegas de sua turma. Disse-lhe, então, que precisaria do seu apoio junto aos colegas a fim de propiciar uma convivência

harmônica na sala de aula e, que se fosse possível ela não viesse para a escola no próximo dia, que ficasse refletindo sobre suas ações e na possibilidade de me ajudar a resolver o problema da indisciplina (violência para com os docentes, demais colegas de classe e com o patrimônio público). Que todas as atividades ocorridas ela teria direito de fazer posteriormente. Firmamos este acordo.

Na semana posterior, professores e professoras passaram a relatar que aquela aluna além de apresentar conduta adequada em sala de aula, passou a reclamar com colegas indisciplinados, exigia silêncio e falava que queria aprender. Na ocasião das eleições, venceu com expressivos votos e tornou-se a líder de classe e, como tal, passou a participar ativamente da vida da escola com ideias benquistas por toda comunidade.

Em eventos escolares, fazia questão de sair nos registros por meio de fotos junto ao professor que dialogou com ela. Não há dinheiro nenhum do mundo que pague o desfecho daquela intervenção positiva de promoção humana para a citada aluna, sua turma, os docentes, a comunidade escolar e o ambiente. Questão patente de carência de limites por parte de responsáveis pela sua formação enquanto cidadã, ainda que não convivessem com ela. Percebi o quão relevante é a vida familiar equilibrada como sinal de vivência de espiritualidade coletiva.

Em maio de 2021, aluna menor de 17 anos desacatou a professora durante as aulas remotas, que estão em voga atualmente devido à pandemia provocada pelo surgimento e avanço em escala planetária do Coronavírus SARS-COV-2¹ que disseminou no mundo a patologia da COVID 19, além de ter propagado boatos negativos a seu respeito. A professora a removeu do grupo de aulas remotas como forma de punição e de continuar ministrando aulas sem os costumeiros incômodos por parte da estudante. Quando a situação chegou a meu conhecimento, propus de imediato uma reunião online com administradores escolares, estudante, mãe, pai e professora com intuito de mediar à questão o quanto antes e promover a reconciliação.

A mediação foi subdividida em quatro seções. Uma entre aluna e gestores, outra com mãe e administradores, a terceira entre professora e diretores, a quarta

¹ A Covid-19 (*Coronavirus Disease 2019*) é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) (Brasil, 2020a). Apesar de indícios de que os primeiros casos surgiram em outubro de 2019, a doença foi identificada apenas em dezembro do mesmo ano na cidade de Wuhan, na China, e caracterizada, até então como uma epidemia.

conjuntamente com a gestão, a professora, a mãe e a aluna (filha de casal recentemente separados, cujo padrasto não quisera se envolver na situação nem participar da citada reunião). Nas três primeiras seções aluna, professora e mãe demonstraram ressentimentos e mágoas com o ocorrido, chegaram a declarar que não iriam voltar atrás na pré-disposição em ingressarem no judiciário em busca de justiça. Falou-se em encaminhamentos para setores jurídicos da Secretaria de Educação da Bahia, Ministério Público, Associação de professoras, Associação de estudantes e Núcleo Territorial de Educação.

Gestores rotulavam a adolescente, chegaram a dizer que era aluna problemática e que tinha que sair da escola. Gestão e professora já haviam, inclusive, marcado data para ingressarem na mencionada Secretaria de Educação. Conversei com eles que estudantes são seres humanos e enquanto educadores não podemos querer somente alunos “bons cordeiros”, nossa função é educar e que, na maioria das vezes como no caso em questão, situações de indisciplina e violência requerem como metodologia a mediação calcada na educação, na compreensão, no acolhimento, no cuidado e na inclusão de todas as pessoas que compõem a comunidade escolar, sobretudo da referida aluna, ainda em formação e parte mais vulnerável da situação.

Na quarta seção. Pedi a palavra inicial, fiz uma brincadeira em que todos riram, sobretudo a mãe da aluna que disse que fazia muito tempo que não sorria e que passava por crise de ansiedade, assim como sua filha. Após concordância dos participantes, procurei saber a religião ou crença em que mediadores e mediados professavam suas fés.

Havia um pastor da Igreja Batista, duas evangélicas, duas espíritas e dois católicos. Iniciei a fala prevendo que tinha absoluta certeza pela grandeza de espírito que sentia na mãe, na filha e na professora, de que ao término da reunião retomariamos a paz e a rotina das aulas remotas transcorreria tranquilamente. Refletir internamente sobre a passagem bíblica da mulher flagrada em adultério relatada no livro de JOÃO,² embora não a tenha relatado devido ao adiantar das horas. No entanto, exortei a todos sobre a necessidade do perdão em nossas vidas, acrescentei que esta ação confortaria mais quem perdoa do que quem era perdoada.

² BÍBLIA, N. T. João. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução da CNBB. 2007, p. 1321. Cap. 8, vers. 1-11.

Solicitei a licença de todos para recontar-lhes a parábola do filho pródigo no livro de LUCAS, que antecipou sua herança, gastou absolutamente todo dinheiro com consumo em excesso de bens materiais e quando se viu trabalhador numa fazenda e obrigado a alimentar-se com a ração dos porcos, percebeu o quanto havia se equivocado em relação ao bem-estar que a vida familiar lhe proporcionava. A consciência lhe recobrou e o fez refletir consigo mesmo: “vou embora para casa de meu pai e lhe dizer, pai, pequei contra o céu e contra ti, já não sou digno de ser chamado seu filho”.³

Antes de o filho chegará entrada da fazenda, o pai o avista e imediatamente vai a seu encontro, o abraça e ordena a seus empregados que providenciassem vestes nobres e uma grande festa. Porque seu filho estava morto e reviveu, perdido e foi encontrado. Ressaltei que em momento algum o pai rotulou o filho, o renegou ou amaldiçoou. O mais relevante naquele momento era acolhê-lo, cercá-lo de cuidados, demonstrar para ele o quanto era amado, importante e estava fazendo falta para a família. As ações do pai foram suficientes para o filho saber que, ainda que não proferisse nenhuma palavra, seu retorno demonstrava arrependimento e que, por isso, estava perdoado.

Antes de concluir a fala a professora exclamou: “Batista você brilhou! A questão de minha parte já está resolvida”, a mãe e a filha a acompanharam no mesmo raciocínio. A aluna pediu a palavra, disse que estava muito estressada quando se dirigiu a professora desrespeitosamente e pediu desculpas prometendo que jamais repetiria suas ações. A docente (que havia presenciado a morte de dois cunhados afetados pela COVID 19 e cuja mãe agonizava pela patologia cancerígena) aceitou as desculpas, pediu perdão por ter removido a estudante, disse que foi um ato instintivo, não devidamente pensado da sua parte. A mãe disse que também se equivocou sobre a postura da professora, que agiu apressadamente em defesa da filha e todas se reconciliaram.

Propus um encontro presencial para dialogarem e dali surgir grandes amizades entre elas já que moram no mesmo bairro, ao que concordaram. Após a pandemia iremos nos encontrar para celebrar o desfecho daquele vitorioso processo de mediação. Com aquelas passagens bíblicas todos aprendemos que, no tocante a

³ BÍBLIA, N. T. Lucas. Português. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB. 2007, p. 1294. Cap. 15, vers. 11-32.

mediação, devemos ter como referencial nosso Mestre Maior Jesus Cristo cujas sabedoria e didática não deixam margens para questionamentos acerca da eficiência e êxito de suas sábias e espiritualizadas intervenções.

1.3 SOBRE ESTA PESQUISA

Esse estudo foi originado de três vertentes. A primeira, relacionada com a necessidade de um aprofundamento teórico sobre o assunto, constantemente pautado dentro e fora da sala de aula, e que faz parte da realidade que o professor pode vivenciar dentro de uma escola. A segunda é marcada pelos constantes ataques noticiados na mídia, incompreensíveis e injustificáveis que suscitam velhos paradigmas na sociedade brasileira, como o massacre de realengo⁴ e o caso da escola Alcina Dantas, no ABC Paulista⁵ A terceira visa usar a teologia focada nas éticas do cuidado e da responsabilidade, ambas movidas pela espiritualidade como recurso didático para administrar o processo de mediação de conflitos relacionados às ações de violência escolar.

É possível vislumbrar que o comportamento agressivo e a violência estão presentes em todas as instâncias da sociedade incluindo a escola, e que tais comportamentos são influenciados por elementos presentes no interior da instituição e também por elementos que estão fora do controle da instituição. Dessa forma, a escola não poderá ser um ambiente neutro e sim um ambiente que, com o intermédio do professor, deverá criar meios para prevenir, intervir e solucionar alguns conflitos que venham a surgir.⁶

Dessa forma, esse trabalho se justifica na necessidade de se tratar de um tema que vem sendo assunto de debates acirrados na área da educação, razão pela qual o objetivo dessa pesquisa é realizar um estudo reflexivo sobre o papel do professor frente aos desafios do atual cenário escolar, onde se observa como um

⁴ O episódio se refere ao assassinato de 12 crianças por um ex-aluno (Wellington Menezes) na escola Municipal Tasso da Silveira, localizada no Barro de Realengo, RJ.

⁵ O caso ocorrido na Escola Alcina Dantas Feijão, onde a Professora Rosileide Oliveira foi atingida por um tiro disparado por um aluno de 10 anos, que se suicidou em seguida.

⁶ DANTAS JUNIOR, H. S. **Atos De Pesquisa Em Educação** - PPGE/ME FURB 363 ISSN 1809-0354 v. 8, n. 1, p. 361-385, jan./abr., 2013.

fenômeno crescente: a coação do professor, a ameaça e agressão contra o colega, o desrespeito contra as gestões administrativas e pedagógicas.

Além dessas há ações de depredação do patrimônio escolar, situações inaceitáveis em um local que surgiu com o intuito de formar cidadãos, mas, vem se transformando em um local onde as ocorrências de atos violentos têm acontecido de forma cotidiana. Explicitando a necessidade de utilização da estratégia do processo de mediação de conflitos com base no fortalecimento da espiritualidade como forma viável de promover a devida intervenção preventiva e possível mediação reconciliadora das ocorrências de violência escolar.

Tratou-se, portanto, de uma revisão de literatura de caráter bibliográfico cuja preocupação maior foi descrever qualitativamente os dados informativos e procurar entender o fenômeno em sua especificidade. Nesta pesquisa, foi dada ênfase à interpretação e à compreensão dessa realidade escolar, como forma de valorizar a qualidade das informações em detrimento à ideia de quantidade, com base em Lakatos e Marconi⁷.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica como aporte teórico para suscitar reflexões e possíveis discussões sobre o tema com o intuito de fomentar projetos educacionais interdisciplinares que tenham o objetivo de educar as comunidades para a promoção da cultura da paz.

O texto dissertativo dessa pesquisa está dividido em cinco capítulos. No primeiro é feita uma abordagem sobre a complexidade da violência na escola no atual panorama, tendo-se como eixos norteadores a sociedade e suas mudanças, a escola na sua atualidade, a indisciplina como fator desencadeador de ações violentas e as possíveis causas e consequências da existência da violência na escola.

No segundo fala-se sobre a teoria e a prática na formação docente por meio de reflexões sobre a formação curricular dos docentes, o contexto histórico em que essa formação foi inserida, questões relacionadas ao processo ensino e aprendizagem, o paralelo entre teoria e prática dos educadores e os saberes adquiridos por professoras e professores diante do fenômeno da violência escolar.

No terceiro verifica-se o paradigma da violência dentro e fora do ambiente escolar e a necessidade de mudança por meio de ações coletivas que visem minimizar

⁷ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

as ocorrências de violência na escola. Como alternativa para auxiliar essa empreitada é sugerida a estratégia do processo de mediação de conflitos escolares com pilares assentados na espiritualidade como forma de interação emocionalmente saudável entre atrizes e atores educacionais.

No quarto, com fundamento no processo de aprendizagem mediada, explicita-se a necessidade de os docentes aprenderem como o cérebro humano assimila o conhecimento por meio da abordagem sobre a aprendizagem de base cerebral relacionada à docência. Assim, como alternativa para que haja aprendizagem mediatizada em sala de aula, refletiu-se sobre uma das maneiras didáticas de aprender a ser e formar cidadão.

No quinto, versa-se sobre a mediação de conflitos escolares à luz da teologia e do princípio da responsabilidade base em nos teólogos Martim Lutero e Leonardo Boff e no filósofo Hans Jonas. Tem como subitens condutores a educação na perspectiva do cuidado e a educação sob a ótica da responsabilidade.

Por fim, todavia, não conclusivamente, uma vez que o ato de aprender é contínuo e suas intervenções devem ocorrer ao longo de nossa vida terrena e para além dela por meio das pessoas que se identificam com o nosso trabalho e o diversifica em múltiplas produções. Assim, propõe-se a efetivação do Projeto Político Pedagógico de Intervenção fundamentado no Processo de Mediação de Conflitos Escolares tendo-se como premissas as éticas do cuidado e da responsabilidade fundamentadas na espiritualidade como estratégia para minimizar e possivelmente solucionar os conflitos relacionados com ocorrências que envolvem violência na escola.

1.4 PARÂMETROS METODOLÓGICOS

Com o tema Violência nas escolas: A teologia aliada ao processo de mediação de conflitos escolares, me propus a estudar sobre a violência em âmbito escolar e articular a vivência da Teologia por meio do incentivo ao afloramento da espiritualidade, do cuidado e da responsabilidade inerentes ao ser humano, ao processo de efetivação da mediação de ações violentas nas escolas, por compreender que desta aliança poderão surgir frutos capazes de promover a harmonia tão necessária para viabilizar o processo ensino-aprendizagem como

fundamento da função de educar. Neste sentido, não concebo a teologia que tem como dimensões a espiritualidade, o cuidado e a responsabilidade como mera ferramenta nem suas ramificações como instrumentos ou recursos didático-pedagógicos, mas como virtudes incorporadas na própria vida dos atores sociais educacionais, desde as suas existências como pessoas humanas. A tarefa precípua da mediação é tão-somente fazer despertar nessas pessoas aquelas virtudes que já trazem consigo desde a infância, como forma de promover a harmonia, ainda que mediante a existência de conflitos nas escolas

Como forma de obter esse tema, foram levantadas reflexões sobre os seguintes problemas: De que forma a compreensão da violência escolar articulada com a vivência da teologia poderá servir para prevenir, repelir e mediar ocorrências de violências nas escolas? Quais as origens da violência nas escolas? Quais as consequências da violência para o ambiente escolar? O corpo docente das escolas encontrar-se preparado para lidar com a violência em âmbito escolar? Como as famílias dos estudantes pode colaborar para prevenção e minimização da violência escolar? Qual o papel das comunidades escolar e extraescolar diante da violência nas escolas? Com fundamento nestes problemas partiu-se para a exploração de acervo bibliográfico com o intuito de dar respostas plausíveis para estas questões.

Segundo Santos, o objetivo geral de uma pesquisa deve ser capaz de expressar claramente aquilo que o pesquisador visa alcançar com sua investigação, havendo a necessidade da delimitação e orientação dos raciocínios a serem desenvolvidos, permitindo a construção dos pensamentos a partir do problema do estudo apresentado⁸. Dessa maneira, compreende-se que é de suma importância apresentar os procedimentos metodológicos do trabalho, uma vez que a pesquisa possui a missão de identificar respostas simples e objetivas para os problemas propostos, assumindo a construção da realidade.

A reflexão sobre esse pensamento me remeteu ao seguinte objetivo geral. Compreender o fenômeno da violência nas escolas e aliar a vivência da teologia ao processo de mediação de conflitos escolares para prevenir, repelir e mediar conflitos escolares com o intuito de promover o estabelecimento contínuo da harmonia nas escolas. Neste sentido a ideia central é promover uma aliança entre a teologia e a

⁸ SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora, 3 ed, 2000. n.p.

mediação desses conflitos para prevenir (agir vigilantemente para que não ocorram), repelir (atuar rapidamente assim que houver vestígios de algum acontecimento que possa se transformar num conflito) e mediar (trabalhar na mediação de ações violentas ocorridas) a fim de deixar o ambiente escolar harmonicamente equilibrado para o bom andamento do sistema educacional.

A natureza deste estudo foi qualitativa, uma vez que é a melhor opção para a análise do fenômeno da violência escolar que se encontra no contexto social real, além de demonstrar a importância do tema apresentado sem haver a necessidade de quantificações. Assim, houve a integração das crenças, valores, princípios e significados voltados para o tema, o problema e o objetivo do trabalho. Como fundamento desta interação considera-se o arcabouço cultural herdado e apreendido das pessoas que compõe as comunidades escolar e extraescolar e a vivência do próprio pesquisador baseada nos seus longos anos de experiência com o labor educacional.

Desse modo, a metodologia deste estudo foi realizada através de uma pesquisa exploratória baseada no levantamento bibliográfico, que auxiliou o pesquisador na obtenção do conhecimento propriamente dito em relação ao tema escolhido.

A pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes.⁹

Para fundamentar esta pesquisa, foram utilizados livros, artigos de periódicos virtuais e sites na internet dos órgãos competentes que abrangem os assuntos abordados no trabalho, a fim de auxiliar no desenvolvimento dos tópicos desejados. As referências no texto dissertativo são compostas, na sua maioria de autores clássicos e autoras clássicas com valor e reconhecimento universal, haja vista que suas formas de pensar extrapolam no tempo de modo que suas argumentações atendem a questões da atualidade e se compatibilizam com o tema, problema e objetivo geral dessa pesquisa.

Os dados para realização dessa pesquisa, foram coletados no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2021, de jornais, revistas, livros, artigos, teses, em grande

⁹ MATTA, R. **As raízes da violência no Brasil**: reflexões de um antropólogo social. In: *Violência Brasileira* (P. S. Pinheiro, org.). São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 14-28.

parte de bibliotecas físicas, e, biblioteca virtual, realizando-se a leitura de estudos importantes sobre o assunto em questão, partindo das palavras-chave “Violência escolar”; “Espiritualidade”; “Teologia”; “Docência” e “Processo de mediação de conflitos”, com a disponibilidade na íntegra em língua portuguesa. Vale ressaltar que como critério de inclusão buscou-se utilizar trabalhos e livros acadêmicos abrangendo desde 2006 quando o assunto começou a ser discutido com maior atenção na literatura até 2021, artigos científicos, monografias, teses, em língua portuguesa, jornais e revistas até os dias de hoje.

Para a análise dedados, foi utilizada a metodologia indutiva, partindo de princípios particulares, sendo possível chegar à determinada generalização do assunto, o que de acordo com Santos, é fundamental para que haja a decorrência natural do trabalho, auxiliando o pesquisador no desenvolvimento de uma melhor conclusão, voltada para o entendimento dos objetivos apresentados.¹⁰

Logo, para realização desse estudo houve o uso da pesquisa bibliográfica, para buscar informações junto à literatura nacional sobre estudos, pesquisas e documentos que já foram realizados sobre o assunto através de documento ou documentação bem como, toda base de conhecimento material e suscetível de ser utilizada para consulta sobre o assunto proposto nesse estudo. Para tanto, utilizei banco de dados científicos, bibliotecas virtuais, bibliotecas físicas e acervos virtuais e físicos, que contém informações ou dados relacionados ao tema da referida pesquisa.

Para contextualizar a motivação para realização da pesquisa fiz uso da minha própria narrativa que versa sobre parte das minhas intervenções em conflitos escolares na qualidade de mediador. Ao longo de todo o texto teço comentários fundamentados no levantamento bibliográfico articulado com minhas experiências enquanto educador e cristão que exerce quotidianamente a sua espiritualidade em todas e quaisquer instituições sociais.

Nesse contexto, Beatriz Alice Weyne Kullmann de Souza, Em sua tese de Doutorado Pedagogia social e teologia em diálogo: a perspectiva de uma educadora social, cita diversas personalidades autoras e autores, inclusive clássicos, que corroboram com a utilização de posicionamentos pessoais fundamentados nas experiências vivenciadas pelo pesquisador em textos científicos, validando-os como

¹⁰ SANTOS, 2009. n.p.

tais por meio de várias apologias, dentre as quais a necessidade de tornar o trabalho científico mais rico, real e palpavelmente concreto como produto inserido na realidade social vivida e incorporada pelo estudioso.

Entre esses pensadores é relevante recitar: Cunha, já é tempo, entretanto, de que os pesquisadores que se dedicam ao processo de investigação qualitativa reflitam sobre sua própria experiência e a façam acompanhar das trajetórias da investigação.¹¹ Este pensador orienta os pesquisadores qualitativos a fazer interação das suas experiências com o objeto do conhecimento investigado.

Conforme Gadotti citado por Souza, ao expressar sobre sua defesa da Tese de Doutorado, vai mais além, ao afirmar:

Objetividade. Essa era uma palavra que eu não me arriscava pronunciar numa defesa. Eu não queria ser objetivo. Minha démarche e meu texto não “tomavam distância” do objeto de estudo. Eu queria também estar envolvido nele, como sujeito. Fora e dentro ao mesmo tempo. Essa atitude, sustentava eu, não está, de nenhuma forma, desprovida de rigor científico e sistemático. A objetividade possível está sempre ligada a um sujeito. Ela é também subjetiva. O autor do texto é que elabora as questões, estabelece hipóteses, elucida os seus instrumentos de trabalho. Em sentido estrito, a objetividade é uma abstração. Não existe interpretação sem intérprete. Recorri a Heidegger. Em seu livro *A essência da verdade*, ele ataca o objetivismo. Antes de existir a verdade, existe um sujeito que conhece a verdade, existe a vida, a práxis, a experiência. Ele deixava claro que não existe um homem acabado, objetivo, impessoal. Objetividade e não-objetividade estão sempre presentes, com a mesma importância.¹²

Souza, ao expressar sobre sua Tese de Doutorado se refere à Gadotti e assevera que:

Uma vez que a subjetividade constitui fonte fidedigna à pesquisa em Educação e essa se dispõe a contribuir com a formação de cada leitor ou leitora, ao narrar suas experiências, a pesquisadora, assim como Gadotti, opta por se fazer presente no texto, enquanto sujeito que vivencia, revisita, analisa e compõe a narrativa. Dessa forma, busca interagir com as pessoas leitoras em diversos momentos ao longo dos capítulos. Neles, a impessoalidade imposta pela fala em terceira pessoa, difundida nos trabalhos acadêmicos, nada tem a contribuir, pois, acarreta no distanciamento do objeto de pesquisa, que constitui exatamente o contrário proposto e defendido nesse trabalho. Por isso, a opção pela escrita em primeira pessoa, que, com a aproximação, viabiliza a empatia, o olhar humanizador, fundamental para a práxis educativa.¹³

¹¹ SOUZA, B. A. W. K. de. **Pedagogia social e teologia em diálogo: a perspectiva de uma educadora social**. 2019. 210 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2020. n.p.

¹² SOUZA, 2009, p. 22.

¹³ SOUZA, 2009, p. 23.

Do quanto exposto, no que se refere às narrativas de experiências como metodologia de interlocução com os leitores, esta pesquisa concorda com essas autoras e com o pensar de Gadotti uma vez que também se utiliza da narrativa de práticas existenciais, vivenciadas ao longo das décadas de labor em prol de uma educação cujo palco deve ser manifestado num ambiente escolar cada vez mais humanizado e espiritualizado por uma relação de complementação, interdependência e interação entre as dimensões humana e espiritual.

Portanto, as falas das experiências educacionais vividas na seara da educação e os comentários interpretativos dão conta de que a subjetividade presente no texto científico é relevante para demonstrar o envolvimento do pesquisador no que se refere a seu comprometimento com o objeto do conhecimento estudado. Obviamente que, quando necessário, deve ocorrer a objetividade em que o pesquisador afasta as lentes para analisar melhor as situações expostas pelo fenômeno social investigado sob o ponto de vista dos autores e das autoras.

Nesse sentido, concordo com Gadotti, citado por Souza, quando aquele fala sobre objetividade.

[...] Recorri a Heidegger. Em seu livro *A essência da verdade*, ele ataca o objetivismo. Antes de existir a verdade, existe um sujeito que conhece a verdade, existe a vida, a práxis, a experiência. Ele deixava claro que não existe um homem acabado, objetivo, impessoal. Objetividade e não-objetividade estão sempre presentes, com a mesma importância.¹⁴

Com base nesses pensamentos demos ênfase nos comentários pessoais relacionados às experiências vividas na trajetória profissional, assim como durante as interpretações das falas de autoras e autores estudados na certeza de que a cientificidade está presente na pesquisa e no texto elaborado. Assim, haverá momentos em que o presente texto dissertativo será escrito respectivamente nas seguintes pessoas: primeira, quando se tratar de narrativas de experiências profissionais, terceira, no momento em que houver interpretação literal das referências com afastamento das lentes e quarta como produto de diálogos travados com autoras e autores estudados.

No dizer de Santos essas narrativas são autobiográficas com fundamento no método autobiográfico:

As narrativas autobiográficas com o embasamento teórico do método autobiográfico utilizada para compor uma análise com ênfase nas narrativas

¹⁴ SOUZA, 2009, p. 22.

de histórias de vida pessoais/profissionais de professores pode revelar a constituição diversos aspectos de interesse de uma investigação educacional. Pois, a escolha desse método qualitativo, que vai além das metodologias qualitativas tradicionais, viabiliza o diálogo, a análise e a discussão sobre diversos aspectos que auxiliam na formação de professores.¹⁵

Do quanto exposto, essa pesquisa é respectivamente bibliográfica, como produto das interpretações das fontes referenciais, autobiográfica, conforme narrativas de experiências do pesquisador com fundamento no método autobiográfico.

¹⁵ SANTOS, H. T. dos *et al.* **Método Autobiográfico e Metodologia de Narrativas**: Contribuições, Especificidades e Possibilidades para Pesquisa e Formação Pessoal/Profissional de Professores. II UNESP-FTC/P. Prudente – SP: 2016. n.p.

2 A COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

É feita uma abordagem sobre violência na escola no atual panorama social, tem como eixos norteadores e seus respectivos objetivos: a sociedade e suas mudanças, compreender a relação entre dinâmica social e violência; a escola na sua atualidade, entender a instituição escolar na sociedade atual; a indisciplina, identificar o comportamento indisciplinado como fator desencadeador de ações violentas em âmbito escolar e a presença da violência no espaço escolar, investigar a origem e as possíveis causas e consequências da existência da violência na escola.

Para descortinar essas questões travou-se diálogos com diversos autores e autoras clássicos e contemporâneos articulando-os à experiência do pesquisador vinculada ao processo interpretativo, no intuito de melhor compreender o fenômeno da violência escolar e compartilhar nosso conhecimento com todas as pessoas que se interessarem sobre o tema pesquisado.

2.1 A SOCIEDADE E SUAS MUDANÇAS

Existem vários conceitos de sociedade. A sociedade como um grupo de pessoas - visão da sociologia onde um conjunto de pessoas compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes interagindo entre si e construindo uma comunidade, uma associação amigável com outras pessoas; a sociedade como uma condição universal da vida humana – segundo a antropologia; ou a sociedade pode ser vista como um grupo de pessoas com semelhanças étnicas, culturais, políticas e/ou religiosas ou mesmo pessoas com um objetivo comum.

Bobbio corrobora com esses conceitos na medida em que para ele:

Numa primeira aproximação pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de

emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc.¹⁶

Com essa acepção de sociedade compreende-se que todos aqueles tipos de conflitos surgem e proliferam nas escolas sejam públicas ou privadas ou, ainda, direcionada ao ensino da educação básica ou superior. Entender a sociedade como palco onde se expressam os conflitos é fundamental para despertar a necessidade de estabelecer estratégias de resolução cujo dever, como expressa o autor, cabe ao Estado por meio das instituições que o representa.

Dessa forma, sobretudo no sentido de viabilizar soluções para além estatal, por meio do processo de mediação é obrigação de toda sociedade se empenhar para que tal objetivo aconteça, inclusive das próprias pessoas envolvidas num determinado conflito e no ambiente onde ocorreu a fim de dar uma resposta aquela comunidade, no sentido de que é possível manter uma relação harmoniosa equilibrada, necessária a toda qualquer convivência humana. É justamente com esse propósito que se encaminha nossa proposta.

Essa sociedade contemporânea vive diante de situações que nos despertam medo, insegurança e nos deixa cada vez mais vulneráveis perante as perspectivas da vida e do futuro tornando-os incertos. Esse panorâma tem causado na humanidade diversas patologias diagnosticadas como depressão, síndromes do pânico e da ansiedade acelerada.

A sociedade é uma criação da pessoa humana. Fala-se muito sobre a pessoa humana mas poucos a entendem, uma vez que sua compreensão vai além do corpo, alma e coração. Ramos confirma este entendimento, quando diz que : “Toda pessoa humana é unitotalidade, dotada de uma dignidade. Ela é formada pelas dimensões física, psíquica, social, moral e espiritual ”.¹⁷

Nesta mesma linha de raciocínio Baade assevera que:

Dessa forma, as instituições família e escola são necessárias para a formação do indivíduo em sua totalidade por meio do processo de ensino-aprendizagem. Sua ação ocorre de forma interligada na formação dos indivíduos, cada qual com suas funções; elas têm o mesmo intuito: formar indivíduos para a vivência em sociedade. O que se percebe é a necessidade de cooperação entre ambas, pois as duas contribuem no processo de formação do cidadão.¹⁸

¹⁶ BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade. **Por uma Teoria Geral da Política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 35-36.

¹⁷ RAMOS, D. L. P. **Bioética Pessoa e Vida**. São Paulo. Difusão. 2010.

¹⁸ BAADE, J. H.; BRANDENBURG, L. E.; VELASCO, J. M. G. Dicotomia, complexidade e educação para a cidadania. **Revista Polyphonia**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 85–103, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66947. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66947>. Acesso em: 15 out. 2021, p. 9.

Esses aspectos da personalidade humana, extremamente necessários para formação dos indivíduos, necessitam urgentemente serem exercitados de forma individual e coletiva como forma de equilibrar as dimensões humanas no intuito de dignificar a pessoa e promover uma sociedade harmônica para todas as pessoas nas mais diversas instituições sociais, sobretudo naquelas originariamente formadoras de pessoas e que são a base de toda sociedade: a família e a escola.

Baade versa, ainda, sobre a necessária articulação entre família e escola para melhor educar o ser humano com vistas a prepará-lo para o pleno exercício da cidadania.

A educação é hoje um processo social intimamente ligado às transformações sociais, sendo um fator importante na transformação da sociedade, com viés para as transformações econômicas, culturais, sociais e políticas. Nesse direcionamento, a educação ganha destaque na formação dos indivíduos para viver em sociedade; por meio do processo educacional o indivíduo vai entender as transformações existentes na sociedade e assim contribuir. Nesse aspecto, a educação não se limita à escola, na medida em que se dá em outras esferas sociais, a começar pela família.¹⁹

Hoje vivemos numa sociedade onde a violência aumenta a cada dia e há proliferação de drogas lícitas e ilícitas, quem têm o condão de potencializar ainda mais ações generalizadas de violência. Num mundo que corre cada vez mais num ritmo frenético das novas tecnologias, dos novos conhecimentos e das novas informações. Segundo Libâneo²⁰, o acelerado avanço tecnológico, científico, econômico, a globalização, a mundialização do capital, os novos sistemas de produção e de organização do trabalho tem gerado avanços sociais; principalmente no campo da tecnologia, do conhecimento e da informação.

Em corroboração com Libâneo, Santos descreve que:

O avanço tecnológico também se apresenta para o ramo da educação. Além disso, as gerações dos novos estudantes se apresentam gradativamente com mais facilidades de atuar com as novas ferramentas. A epidemia do coronavírus têm forçado a migração de muitos profissionais para o formato

¹⁹ BAADE, 2020, p. 9.

²⁰ LIBÂNEO, J. C. **Diretrizes Curriculares da pedagogia**: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. In. Educação e Sociedade. Campinas, v27, n.96 p. 843-876, out. 2006.

tecnológico que são instrumentos que permitem flexibilidade e a reinvenção de novos formatos de transmissão e construção de conhecimentos.²¹

Sob a visão desses autores há um lado positivo no avanço tecnológico. No entanto o próprio Santos, acima citado, alerta que:

A pandemia que assolou o mundo em 2020, através de um vírus nominado Covid 19, alterou e está alterando o modo de vida de toda população planetária. A educação não ficou de fora, e, como nunca imaginado em outros tempos, precisou dar uma resposta imediata para não deixar de realizar seu objetivo fim, o de ensinar. Independente de estudos prévios, preparação docente ou realização de cursos, os professores viram-se obrigados a adentrarem ao mundo das tecnologias à distância para continuarem o exercício da profissão. Embora o uso de tecnologias educacionais não se configura como algo novo, percebe-se que existem profissionais que ainda não se curvaram ao uso dessas ferramentas, bem como alguns não a utilizariam se pudessem escolher.²²

Constata-se, que existe um lado ruim no avanço de novas tecnologias, no que se refere à sua sistematização como produto de um planejamento educacional e na capacidade financeira incipiente das pessoas envolvidas no processo de ensinar e aprender, uma vez que a maioria delas não tem condições de adquirir nem manter equipamentos necessários para o uso e acesso adequados necessários à inclusão a estas tecnologias. Fato que aumenta a exclusão e a desigualdade social tanto em docentes como e, sobretudo, em discentes.

A desigualdade social que se desenvolveu na sociedade contemporânea, prejudica cidadãos de todas as faixas etárias, principalmente crianças, adolescentes e jovens pertencentes às famílias de baixa renda, impossibilitados de ascender socialmente pela falta de uma educação de qualidade, de melhores oportunidades no mercado de trabalho e de uma vida digna. Com o advento do contemporâneo período pandêmico esta questão se asseverou de forma inimaginável.

A exemplo da situação acima descrita, salienta-se a realidade socioeconômica de professores da educação básica e de estudantes que, com a pandemia provocada pela propagação mundial do coronavírus SARS-COV-2, não têm condições de acompanhar adequadamente o sistema de educação remota devido à total ou parcial carência de acesso à internet e pela precariedade financeira em adquirir ou manter equipamentos necessários

²¹ SANTOS, A. M. dos *et al.* Educational Technologies in times of social isolation: a research with teachers. **Research, Society and Development**. [S. l.], v. 9, n. 9, p. e17996450, 2020. Doi:10.33448/rsd-v9i9.6450. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6450>. Acesso em: 28 jul. 2021.

²² SANTOS, 2020, p.13.

para uma boa acessibilidade, a exemplo de aparelhos celulares, smartphones, tablets, notebooks e similares.

Como assevera Baade, ao investigar os efeitos provocados na educação básica pela atual pandemia, quando retrata uma das falas das pessoas por ele entrevistada:

No que se refere à aprendizagem dos alunos, 61,3% indicou que ela piorou, 31,2% consideraram que o isolamento não influenciou o aprendizado e 7,4% indicou que o aprendizado melhorou. A piora na aprendizagem dos alunos é associada pelos profissionais à dificuldade de interação professor-aluno (37%), como citado por P09: “Praticamente não há interação entre aluno e professor”; a falta de interesse dos alunos (17%); a falta de apoio da família (10,35%); a dificuldade de avaliação (11,6%); e ainda 11% consideram as causas multifatoriais, como afirma P153: Esse tipo de ensino exige do aluno condições materiais de acesso ao material disponibilizado, bem como autonomia no processo de ensino. Ambas as características se mostram pouco presentes, principalmente a primeira. Esse quadro se instala na medida em que os alunos não têm condições materiais que propiciem acesso de qualidade à internet e recursos técnicos para o ensino nessa modalidade. Se instala também nas condições materiais do professor na produção desse material e na demanda por carga horária gerada no processo de produção, uso e avaliação das produções dos alunos. Para os que afirmaram indiferença na aprendizagem dos alunos, isso se deve mais à brevidade da experiência e à falta de instrumentos de verificação. Isso é bem destacado por P05.²³

A despeito da situação em questão, tenho ouvido muitas lamentações tanto de docentes quanto de discentes no que se refere à instabilidade de acesso à internet quer seja por não terem condições financeiras de possuir uma quantidade suficiente de megabytes ou trabalharem com aparelhos obsoletos ou, ainda, quando esses aparelhos danificam não têm recurso financeiro de imediato para comprar outros.

Diante do exposto, percebe-se que se instaurou a competitividade, o individualismo e o não envolvimento. Questões que têm ampliado o sentimento de impotência e expressado uma violência para com os invisíveis sociais, aquelas pessoas que não têm a mínima chance de entrar no jogo da competição e que, por isso, sentem-se violentadas porquanto estarem à margem do atual sistema de desenvolvimento social.

Todos esses argumentos sugerem que o ensino remoto eficiente ainda é uma realidade distante para diversos professores e, mais ainda, para muitos estudantes. Fatos que têm grande potencial de causar frustrações tanto para os profissionais de educação quanto para estudantes e, paralelamente a isso, desencadear um clima de

²³ BAADE, J. H. *et al.* PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE COVID-19 **HOLoS**, [S.l.], v. 5, p. 1-16, ago. 2020, p. 13. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLoS/article/view/10910>.doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10910>. Acesso em: 19 jul. 2021

violência entre esses atores sociais, ainda que virtualmente, como têm ocorrido na escola em que trabalho e naquelas que chegam ao meu conhecimento.

Os dados trazidos por Baade dão conta de que as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem de forma virtual estão adoecendo.

Outros aspectos relacionados à vida pessoal relatados estiveram vinculados à redução expressiva do convívio e existência social, o aumento de ansiedade e estresse, a redução de atividades físicas e a flexibilidade de horário. A fala de P60 ilustra a nova rotina pessoal: Necessidade de preparar refeições, de manter a casa mais organizada por ser pequena e não ter um lugar adequado para trabalhar, o que exige montar/desmontar espaços para reuniões e gravações, maior dispêndio de tempo para as rotinas como compras de supermercado, que exigem higienização muito mais rigorosa. De modo geral, infere-se que a situação de isolamento social representou uma situação turbulenta na vida, tanto em termos profissionais como pessoais.²⁴

Um dos fatos que comprovam essa realidade, existente na sociedade atual, foi a situação de violência virtual com forte repercussão na vida real que envolveu aluna e família mais professora e família cujo desfecho, como dito por elas mesmas, foi muito satisfatório.²⁵ Além da vantagem de não evoluir para instâncias estatais repressivas, conforme as pessoas envolvidas pretendiam, como departamento jurídico da secretaria da educação local e do sindicato dos professores e, ainda, do Ministério Público instituições sociais à época cogitadas, o que geraria uma exposição desnecessária das suas vidas e um aumento de suas situações de estresse e ansiedade.

Felizmente aquele indesejável fim, teve outro desfecho, graças a aplicação do processo de mediação de conflitos escolares ancorado na teologia que motivou o despertar da espiritualidade naquelas pessoas. Por meio da reflexão sobre o então conflito escolar, elas reconheceram que a troca de atos desrespeitosos se deu como consequências dos picos de ansiedade e de estresse que naquele momento atormentaram-nas. Houve o aceite de perdão mútuo e a harmonia voltou a reinar

É observada nessa mesma sociedade a falta de afetividade entre os membros da família, fato que faz parte da desestrutura familiar. Percebe-se, geralmente, uma relação de equivalência entre afetividade e comportamentos violentos. Neste sentido, quanto melhor for a estrutura familiar melhor será a estrutura do aluno e conseqüentemente sua vivência e desempenho escolar. O que pode ser compreendido tomando-se por base o que nos diz Maldonado “por falta de um contato

²⁴ BAADE, 2020, p.12-13.

²⁵ Mediação de conflito escolar ancorada na Teologia, feita pelo autor desta dissertação (José Batista Lopes Santos) no mês de maio de 2021, conforme item 1.2, p. 13-15.

mais próximo e afetuoso, surgem as condutas caóticas e desordenadas, que se reflete em casa e quase sempre, também na escola em termos de indisciplina e de baixo rendimento escolar”.²⁶

A escola é dada a responsabilidade de, em segundo plano, propiciar a socialização de crianças, adolescentes e jovens, mas, originariamente é a família uma das maiores responsáveis pela educação e desenvolvimento desses seres humanos em formação. Por conta disso família, escola e sociedade devem caminhar juntas com o intuito de educar os estudantes e propiciá-los uma formação intelectual digna.

Diante desse contexto, cabe ressaltar que a violência no âmbito escolar não é um fato novo, ou exclusivo da sociedade moderna. Todavia, tal prática vem tomando proporções alarmantes, de tal maneira que os profissionais que atuam na escola não vêm conseguindo lidar de maneira efetivamente satisfatória com a agressividade provinda de estudantes.

Para avançar na construção de uma educação adequada ao que a escola se propõe, primeiramente é necessário que a sociedade discuta tal problema, pois, verifica-se que essa violência é de ordem sistêmica, proveniente do meio social em que crianças, adolescentes e jovens vivem. Para saná-la não basta só a escola se empenhar, mas, carece de uma parceria entre esta e as instituições que a circundam e que são vivenciadas pela comunidade escolar como famílias, igrejas, associações comunitárias e Estado.

Na visão de Alan Train “se nascermos sem agressividade seríamos incapazes de sobreviver durante os primeiros estágios da vida”.²⁷ Assim, a agressividade é vista por esse especialista como um instinto positivo de sobrevivência, porém, no decorrer da vida, o caráter do ser humano é educado, para pacificamente conviver em sociedade.

Cabe ressaltar que a responsabilidade para a construção desse caráter é da família e deve ocorrer desde a mais tenra idade das crianças no desenvolver das suas personalidades. Os pais de forma alguma, podem ser negligentes com a educação de seus filhos, deixando sua educação por conta da escola, ou vendo-a como uma

²⁶ MALDONADO, G. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 115. [S.l.]: mar. 2008. p.101-138.

²⁷ TRAIN, A. **Ajudando a Criança Agressiva**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2011, p. 34.

“inimiga”. Por outro lado, a família deve estar consciente de que o arcabouço cultural que faz parte do desenvolvimento e de constantes transformações da personalidade dos seus descendentes diretos, filhas e filhos, são incorporados no ambiente familiar

Para Weczorkiewicz:

Essas transformações de ordem cultural, política e até mesmo econômica refletem-se na prática familiar, e os alunos quando iniciam seu processo de escolarização já trazem de casa essa bagagem cultural grande, a qual irá influenciar e interferir no processo de ensino. Seja ela positiva ou negativa, irá interferir no desenvolvimento do aluno e na participação familiar no contexto escolar, fatores, decorrentes da organização familiar.²⁸

Sob essa ótica, entende-se que, por muitas vezes, o envolvimento da família na estrutura educacional escolar dos estudantes fica comprometida devido à necessidade existente, sobretudo na sociedade contemporânea, do casal sair de casa para trabalhar e ambos contribuir para renda familiar, acabam por delegar funções que originariamente pertencem à família para a escola, conforme afirma Weczorkiewicz:

Assim, apresenta-se uma enorme preocupação, em que educar é uma ação política e não um trabalho meramente técnico, pois exige um projeto de sociedade. Devido ao pouco tempo que os pais e responsáveis têm para educar os filhos, ocorre que atualmente as famílias esperem mais da escola.²⁹

Ainda que haja falta de tempo hábil para os responsáveis pela família acompanharem a educação de seus filhos e de suas filhas na escola, ocorre um fato agravante haja vista que não é incomum vivenciar situações de negação por parte de mãe e pai, que quando chamados na escola, ouvem relatos sobre a conduta indisciplinada ou agressiva do filho ou da filha e adotam uma conduta superprotetora, colocando a escola como uma “vilã”, como se ela não estivesse cumprindo de fato seu papel.

Mães, pais e responsáveis que têm essas posturas, fortalecem o comportamento violento dos seus filhos e entes queridos. Isso dá razão aos

²⁸ WIECZORKIEWICZ, A. K.; BAADE, J. H. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/familia-e-escola-como-instituicoes-sociais-fundamentais-no-processo-de-socializacao-e-preparacao-para-a-vivencia-em-sociedade>. Acesso em 07 jul. 2021.

²⁹ WECZORKIEWICZ, 2020, p. 8.

estudantes que se sentem no direito de desrespeitar as autoridades presentes na instituição educacional. Fato que não os dota de limites necessários à toda e qualquer convivência humana.

Nas palavras de Antunes:

A família passa essa responsabilidade à escola, a escola em psicopedagogos, estas em psicólogos ou psiquiatras e, não raramente estes atribuem responsabilidade à família, fechando o círculo. Como reflexo desse clima, os professores ficam com medo de serem antipáticos, os pais com receio do desamor dos filhos e, assim, a indisciplina vai ganhando novos contornos e mais agudas perversões.³⁰

A ausência de uma conduta participativa dos responsáveis pela vida escolar de alunas e alunos é um fator que contribui para a violência no âmbito escolar, e como visto anteriormente, é nos anos iniciais que a criança forma sua personalidade, levando características para o resto da vida, de acordo com Santos.³¹ Desde estes anos família, templos religiosos de todos os cultos e profissões de fé, instituições escolares, médicas e sociedade em geral devem estar comprometidos com a criação, crescimento e sustentação de personalidades cidadãos em prol de um mundo melhor para as pessoas e para o ambiente autossustentável.

Por fim, Weczorkiewicz, corrobora com Santos ao asseverar que:

Sendo assim, é importantíssimo que ocorra sinergia entre essas instituições sociais para que a formação desse indivíduo seja plena por meio do conhecimento informal proporcionado pela família e pelo conhecimento formal adquirido e produzido na escola. Assim, tanta escola quanto família precisam organizar-se da melhor forma possível para que exista esse diálogo e essa sinergia, tanto para que a família participe da escola como também para que a educação produzida em casa facilite a escolarização do indivíduo. As escolas, por sua vez, devem se planejar de forma que integrem a família ao processo pedagógico. Elas devem orientar os pais de forma a beneficiar a relação. A escola deve se planejar para que saiba lidar com a presença da família e entender a importância dessa ação.³²

A partir desse modo de pensar é prudente haver integração família-escola desde as fases iniciais de convivência dos estudantes em ambiente escolar. Esse acompanhamento pressupõe ir até a escola mesmo quando não convocado e perceber quando o desempenho de filhas e filhos está ou não satisfatório. São atos simples como acompanhar as lições ou perguntar o que fizeram, o que aprenderam

³⁰ ANTUNES, C. **Professor bonzinho = aluno difícil**: a questão da indisciplina em sala de aula. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 47.

³¹ SANTOS, H. M. **O Estágio Curricular na Formação de Professores**: Diversos Olhares. Gt 08. Formação de Professores. 33ª ANPED, Caxambu, 2006, p. Acesso em 07 jul. 2015.

³² WECZORKIEWICZ, 2020, p. 9-10.

na escola e chamar a atenção quando os cadernos estiverem organizados. Fazer entender aquelas queridas pessoas que são relevantes para a família e, por isso, vivenciar suas vidas, inclusive escolar, é fundamental e prazerosa, a reciprocidade geralmente sempre ocorrerá.

Costa, por meio de entrevista a docentes sobre a participação da família na escola solidifica ainda mais este entendimento:

Todos os professores responderam que essa participação é de extrema relevância e o professor 4 respondeu ser “fundamental para o desenvolvimento da criança, visto que a mesma se sente valorizada e segura, evitando a evasão escolar. São facilmente alfabetizados, alcançando, assim, resultados promissores na sua vida escolar.” Nessa perspectiva, o professor 5 englobou toda a participação como “estar em todos os momentos onde a presença será importante para benefício próprio e para os demais”. Quanto aos gestores, um respondeu que “a participação da família, de um modo geral, junto com a professora, traz benefícios para toda a vida da criança. “Torna-se mais fácil o trabalho do professor e mais vantajoso para o aluno preenchendo, assim, todas as lacunas do processo de aprendizagem”. Já o outro respondeu que “a educação deve ser instruída com a participação afetiva de pais e escola”. Diante disso, a partir da análise da entrevista percebeu-se que poucos responsáveis participam da vida escolar das crianças e, as que possuem os seus mais participativos avançam na aprendizagem e se desenvolvem mais. Ficou evidente, em todas as afirmações e conceituações que a participação dos responsáveis na educação favorece o processo de ensino/aprendizagem e contribui para a formação global das crianças.³³

A partir desta constatação feita por aqueles que labutam cotidianamente no solo da escola é indubitavelmente essencial a interação família-escola para a satisfatória formação integral dos estudantes haja vista que, conforme comprovado, discentes cujos entes queridos participam das suas vidas escolar avançam nos estudos e tem o desenvolvimento da sua formação completa em tempo hábil.

2.2 A ESCOLA NA ATUALIDADE

Ao analisar a constante evolução da humanidade, percebe-se na escola como em qualquer outro meio da sociedade uma incrível mudança em relação há alguns anos atrás.

³³ COSTA, E. L.; SOUZA, J. R. S. Família e Escola: As Contribuições da Participação dos Responsáveis na Educação Infantil. **Revista Khora**, V. 6, n. 7, 2019, p. 13-14. ISSN: 2358-9159. Disponível em: site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/166/113. Acesso em 07 jul. 2021.

No atual contexto da sociedade contemporânea, não há que se falar em escola na atualidade sem mencionar a transformação social que se deu e, ainda persiste, na escola e na educação com o advento do processo pandêmico desencadeado pela proliferação do coronavírus que propagou em escala planetária a patologia da COVID 19.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) atestou estado pandêmico no dia 11 de março de 2020. Por conta disso, países em todo o planeta adotaram diversas medidas a fim prevenir a propagação do vírus, mas, a principal foi o isolamento social e a consequente proibição do funcionamento das atividades produtivas e dos setores de bens e serviços, inclusive do sistema educacional na modalidade presencial conforme relata Baade.³⁴

Com novo decreto, o ensino na forma à distância tomou um rumo progressivo em escala ascendente extraordinário. Docentes e discentes foram obrigados a reinventar o processo ensino aprendizagem que passou a ser desenvolvido totalmente de forma online. No entanto, a situação trouxe instabilidades nas relações sociais.

Assevera aquele autor que:

A pesquisa evidenciou a pluralidade de experiências docentes decorrentes da situação de isolamento social. O mesmo pode ser dito em relação à experiência dos alunos, na visão dos professores. Devido à situação completamente atípica, as “zonas de conforto” dos diferentes sujeitos da educação foram abaladas, demandando grande esforço de adaptação à nova realidade. Isso repercutiu na organização da rotina da vida pessoal, especialmente o relacionamento com a família em casa sofreu grande mudança. A intensificação da vida familiar mostrou-se ainda um fenômeno ambíguo. A vida profissional também foi drasticamente afetada, levando à necessidade de se conhecerem novas ferramentas e modos de desempenhar a função, demandando mais tempo e esforço. O exercício das atividades profissionais em casa ainda levou ao esmaecimento das fronteiras entre uma esfera e outra.³⁵

Assim, constata-se que nas relações educacionais vigentes o esforço de adaptação dos atores educacionais a única modalidade de ensino possível durante o pico da pandemia provocou a eclosão e o aumento de patologias como estresse e ansiedade, entre outras. Neste sentido, a violência escolar passou a ocorrer de forma virtual e ampliada uma vez que passou a atingir as famílias das pessoas envolvidas no ambiente de suas próprias residências.

³⁴ BAADE, 2020. n.p.

³⁵ BAADE, 2020, p.14.

Qualquer pessoa ligada às práticas escolares seja como educador ou público em geral consegue ter uma razoável clareza quanto ao que está certo ou errado em uma escola. É comum nos dias de hoje encontrarmos muitos problemas dentre os quais a evasão escolar, o aumento da indisciplina e conseqüentemente da violência nas escolas. Fatos que fomentam a crise na educação e prejudicam o processo ensino-aprendizagem nestas instituições.

Essa situação afeta negativamente docentes, discentes e, conseqüentemente, o processo de ensinar e aprender. Como conseqüência direta da violência escolar ocorre a desmotivação de professores e professoras em relação ao exercício da profissão, fato que os impede de exercer satisfatoriamente seu ofício, o que prejudica o bom desempenho de suas aulas e a aprendizagem dos estudantes, situação que demonstra a crise na educação de com Meinhart.³⁶

Essa crise põe em xeque a própria imagem social da escola na medida em que compromete o trabalho dos profissionais que lidam com a educação a ponto de poder causar-lhes a descredibilidade profissional e frustração pessoal. Fatos que agregados têm o condão de desencadear diversas patologias ocupacionais que afastam os professores das salas de aula e contribuem para a queda na qualidade da educação.

Uma das formas de minimizar a crise em questão assenta-se no que prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei número 9.394/96, que proporciona aberturas para a escola redefinir suas estruturas, seu projeto pedagógico, seu papel na atualidade. Para tanto, não basta somente o estudo sobre novas propostas de organização, gestão e avaliação; é importante acima de tudo, a esperança em uma escola diferente e a vontade de mudar o que é preciso. É necessário o entendimento de que a escola tem que evoluir, dentro de suas possibilidades e necessidades. Para tanto o trabalho coletivo e a participação da comunidade escolar torna-se de extremo valor.

Sobre esse prisma, a escola deve preocupar-se com a formação da consciência crítica, para isso precisa investir em novos conteúdos, métodos, espaços, atores pedagógicos e formas de avaliação. Em todas estas inovações, o aluno deve

³⁶ MEINHART, Daiane Beatriz; SANTOS, Eliane Gonçalves dos. Violência escolar o desafio da atualidade: implicações na prática profissional do professor. **Dialogia**. São Paulo, n. 34, p. 244-259, jan. /abr./2020, p. Disponível em: <https://doi.org/Dialogia.N34.13611>. Acesso em 25 out. 2021.

ser ouvido e seu espaço de participação ampliado, pois a escola não pode esquecer que a aprendizagem do aluno é seu principal objetivo e torná-lo protagonista do seu aprendizado fundamental para lhe propiciar cidadania.

Kuenzer afirma:

A escola deverá propiciar a apropriação do conhecimento por meio da articulação com seus lócus de produção: o mundo das relações sociais e produtivas. Esta articulação é a nova função do professor, que não mais ensina por meio de relações interpessoais com os alunos, mas estabelece a mediação entre eles e a ciência no seu acontecendo, nas práxis social e produtiva, gerenciando, portanto, o processo de aprender.³⁷

Dessa forma, a proposta de educação atual, exige que a escola desenvolva integralmente a personalidade de alunas e alunos, explore todos seus talentos, sejam eles na área da memória, raciocínio, imaginação, capacidade física, no sentido de estética ou na facilidade de comunicar-se com os outros.

Estudante é agente social que leva para a escola uma série de experiências acumuladas em casa, no trabalho, no clube, nos templos religiosos dos seus respectivos cultos e vivência de espiritualidades e nos diversos ambientes em que frequentam. Essas experiências do cotidiano tornam alunas e alunos capazes de reelaborarem os conceitos emitidos pelos docentes. É nessa contraposição entre as experiências destes e a daquelas e daqueles que o conhecimento se faz.

Como gestor do processo de ensino e aprendizagem, responsável para levar os alunos a trilhar os caminhos do aprender a aprender compete a professores e professoras motivá-los por meio de construção de aulas mais interessantes, a fim de criar nos estudantes um vínculo de pertencimento a escola e, sobretudo ao contexto de sala de aula com o objetivo de contribuir para diminuição da evasão escolar, da indisciplina e, por conseguinte da violência na sala de aula e nos demais ambientes que constituem a escola.

Fatos que reclamam a necessidade de instaurar no âmbito escolar projetos educacionais de efetivação permanentes que tenham por meta exercitar ações que visem aflorar a afetividade entre todos os seres envolvidos no processo educacional. Uma das formas eficazes de alcançarmos tais objetivos assenta-se no

³⁷ KUENZER, A.Z. **as políticas de formação:** a construção da identidade do professor sobranete. *In. Educação e Sociedade*, nº 68, Campinas, jun. 2009, p.163-183.

desenvolvimento da espiritualidade de todos e de cada uma das pessoas que compõe a comunidade escolar.

2.3 INDISCIPLINA

A indisciplina tem sido um dos maiores problemas que historicamente tem atrapalhado o bom andamento do processo ensino aprendizagem, sobretudo na esfera da educação básica.

“A indisciplina foi considerada a grande praga do final do século passado para a educação brasileira e a violência, o seu efeito mais nefasto Silva.³⁸

Para analisar os problemas de indisciplina é interessante incorporar o discurso dos educadores sobre o tema. São diversas as causas da indisciplina apontadas pelos profissionais da educação. Este trabalho torna-se importante, pois busca focar a indisciplina não só como um problema trazido de fora para dentro da escola, mas também como uma forma do aluno chamar a atenção para si e para a tentativa de buscar referenciais de vida (modelos de comportamento e atitudes) na escola.

Quando falamos em buscas de modelos de comportamento, primeiramente teremos que definir o que é modelo de comportamento, para depois podermos compreender a busca deles e o quanto é plausível na hipótese levantada.

Nos termos de Silva, a palavra indisciplina é habitualmente utilizada para definir todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas, às leis estabelecidas por uma instituição, no caso em estudo, a escola.³⁹ Mas, nas situações em que os alunos desrespeitam alguma norma da instituição, o ato indisciplinado poderá ser uma atitude denunciante de que algo está acontecendo de forma incorreta dentro ou fora da instituição escolar.

A indisciplina escolar é um fato que deixou de ser um evento esporádico, tornando-se rotineiro dentro da comunidade escolar, sendo levada a acontecer por várias razões. Este conceito não permanece estático, haja vista que os processos de informação mudam com uma velocidade muito intensa, onde dependem das instituições, da sociedade e da perspectiva de cada sujeito.

³⁸ SILVA, N. P. **Ética, indisciplina & violência nas escolas**. Petrópolis, 2014. n.p.

³⁹ SILVA, C.S.B. **Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil: um tema vulnerável às investidas ideológicas**. UNESP, 2015. n.p.

A instituição escolar se encontra dentro de um contexto onde os limites não são mais valorizados, a mudança de valores sociais e individuais sofre a cada dia transformações, projetando, dentro das escolas, sujeitos sem disciplina. As crianças já começam a vivenciar, por meio de estímulos externos à educação familiar, o que deve ser uma pessoa que a sociedade pode vir a aceitar: beleza física, corpos esculpidos em academias, saúde medida em termos de juventude, dinheiro traduzido nas provas concretas de sua posse. Escancaram-se os resultados positivos, ignoram-se os meios conforme assevera Aquino.⁴⁰

A indisciplina sempre foi um entrave à política educacional, em que eventos indisciplinados ocorrem há séculos, e que, hoje, mais do que nunca se ouve falar disso desde a educação infantil até os cursos superiores. Mas é, na fase do ensino fundamental e médio, que ela se faz mais presente.

Os fatores que levam à indisciplina podem ser causados por vários indícios encontrados dentro da sociedade, família, escola, instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento da moral e da ética no indivíduo. Na atual sociedade, pais e escolas não querem assumir a responsabilidade de onde podem surgir os atos indisciplinados. Fazendo uma análise mais generalizada, o problema poderá ser encontrado nas mais variadas formas de organização da sociedade, onde ela é concretizada pela mediação de diferentes agentes.

Sendo assim, faz-se necessário verificar quais os fatores podem ser encontrados como disciplinadores da educação do sujeito. Na sociedade, em especial os educadores desejam uma disciplina ativa e consciente, marcada pelo respeito, responsabilidade, construção do conhecimento, interação, participação, formação de caráter e de cidadania. E tudo isto começa em casa com os pais, que têm como função primordial transmitir o saber fazer à criança, ao adolescente e aos jovens. Assim pai, mãe e demais entes familiares, são os primeiros e principais modelos.

Para Banaletti, uma das formas de minimizar a indisciplina escolar consiste na motivação dos alunos com intuito de incorporar neles o vínculo de pertencimento ao ambiente escolar.⁴¹ Compreende-se que tal missão compete a todos os atores que

⁴⁰ AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 54, 2010. n.p.

⁴¹ BANALETTI, S. M. M.; DAMETTO, J. **REI-Revista de Educação do IDEAU**, p. 13-14, 2015. Indisciplina no contexto escolar: causas, consequências e perspectivas de intervenção. Disponível em https://www.getulio.ideal.com.br/wp-content/files_r.t/cd4f2e6639569c78b0be50afad7fff42284_1.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

laboram nas instituições de ensino. Mas, sobretudo, aos educadores que estão na linha de frente corpo a corpo na interação do processo ensino-aprendizagem.

O docente enquanto profissional atualizado para minimizar e/ou solucionar este grave problema de seu cotidiano, deve abandonar velhas práticas disciplinares, já descontextualizada em relação ao social, e gerir modelos atuais de ensino considerando as características dos sujeitos deste tempo histórico. Faz-se fundamental reconhecer o educando como ser que possui conhecimentos, experiências e acima de tudo que possui voz ativa, que é exigente, que questiona, que duvida, e que tais características não são necessariamente um problema, antes, são atributos exigidos em diversas esferas da experiência social. Por fim, considera-se que um dos fenômenos que os professores podem explorar no que se refere ao enfrentamento deste problema, é utilizar a motivação como uma forma de assegurar a atenção e o bom desempenho dos alunos na escola, cabendo aí, ampliação de estudos para o desenvolvimento de estratégias motivacionais. Através da motivação os alunos irão sentir-se mais instigados e engajados na realização das tarefas, tornando assim o ensino e a aprendizagem experiências mais prazerosas aos alunos e também aos professores, elevando o senso de pertencimento do educando em relação ao ambiente escolar.⁴²

Em corroboração com a autora entende-se que uma forma eficaz para constante promoção da motivação reside justamente na efetivação de mediações de conflitos escolares a fim de restabelecer o processo motivacional. Assim, coerente se faz mediar a partir do afloramento das virtudes espirituais inerentes e presentes em cada indivíduo a partir das vivências de suas fés, expressadas no cotidiano de suas vidas

A indisciplina está intimamente ligada ao termo ética, que quer dizer etimologicamente costume, reflexão para a moral. Este último tem em seu significado um conjunto de regras e normas ou leis que determinam ou orientam comportamentos dos indivíduos numa determinada sociedade. Dentro da escola, o conceito de indisciplina depende do contexto em que a instituição escolar está inserida e do tipo de relação que se utiliza para dispor a disciplina

Conforme Silva, várias são as razões que levam os alunos à indisciplina dentro da escola. A princípio, têm-se as causas sociais, que contribuem para o aumento da indisciplina e que está intimamente ligada ao desaparecimento ou a diminuição da importância de certos valores morais onde os pais não conseguem, ou não tentam fazer com que seus filhos entendam o que sejam valores essenciais à boa convivência em grupo.⁴³

⁴² BANALETTI, 2015, p.13-14.

⁴³ SILVA, C.S.B. **Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil**: um tema vulnerável às investidas ideológicas. UNESP, 2015. n.p,

Nesse sentido ressalto que a família, antes extensa, incluindo parentes e agregados, transformou-se em uma família nuclear, pai-mãe-filhos. Ela não se constitui mais como modelo familiar, pois existe a dissolução deste modelo. Algumas crianças são filhos de pais separados, que moram ou com os pais, ou com a mãe e o marido da mãe, ou com o pai e a mulher do pai, as chamadas atualmente de família mosaico. Assim, as relações de autoridade e limites ficam comprometidas, pois os filhos não sabem a quem recorrer e quais as regras a seguir. Em alguns momentos, estão em ambientes que propiciam disciplina e, em outros, estão em ambientes que propiciam liberdade e a falta de imposição de limites.

Vasconcelos⁴⁴ relata que o aluno se vê obrigado a estar em uma sala sem entender o porquê e o para que; sem ver utilidade no que faz na escola, sendo para ele, muitas vezes, uma instituição que traz mais infelicidades que alegria. Essa insatisfação do aluno no tocante à aula gera desmotivação e desinteresse, que por sua vez gera a indisciplina, que acaba interferindo em todo o processo ensino aprendizagem, não só do aluno indisciplinado, mas também daqueles que ainda buscam conhecimento.⁴⁵

Quando a palavra limite significa valores, tende-se erroneamente a achar que se pode substituir por significados novos, e em se tratando de crianças, adolescentes e jovens agravam-se, pois eles não têm a autonomia de discernimento, família e escola são as instituições que internalizam os significados de limite. Há professores que rotulam seus alunos de sem limites, transferindo tão-somente para eles a responsabilidade por seus fracassos escolares.

Nesse contexto, é preciso compreender que os traços de cada indivíduo estão relacionados ao aprendizado, à apropriação do modo de vida de seu grupo, sobretudo o familiar, que exerce grande influência sobre a criança, adolescente e jovem. O sujeito, ao nascer, não se encontra com sua moral definida. Esta vai sendo desenvolvida quantitativa e qualitativamente, mas, para que isso ocorra, é necessário que o organismo amadureça, interaja com os objetos físicos e outras pessoas, que seja submetido a um processo educativo e adapte-se ao meio físico e social.

⁴⁴ VASCONCELOS, S.T. **A Experiência do Estágio: Análise do papel do estágio curricular no processo de formação do professor de artes visuais.** UFPR, 2009. Dissertação. 149p.

⁴⁵ VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de Didática.** 5. Ed. Campinas, Papirus, 2009. n.p.

Sobre esse prisma constata-se que o problema da indisciplina escolar não deve ser encarado como alheio pela família e pela escola, já que, na sociedade atual, são as principais agências educativas. A família e a escola exercem grande influência sobre crianças, adolescentes e jovens. A atitude dos pais e dos educadores assim como, suas práticas educativas são aspectos que influenciam filhos e filhas, estudantes na escola e na constante busca de referenciais necessários para a sua formação como pessoa humana.

Saliento, contudo, que o ensino escolar nos dias de hoje, ainda que remoto ou híbrido (alternância entre online e presencial) devido ao processo pandêmico relacionado à COVID 19 passa por um momento crítico, uma vez que a questão disciplinar vem se agravando progressivamente e a relação professor-aluno conseqüentemente, tem sido prejudicada. Manter a disciplina em sala de aula nas instituições educacionais e até mesmo nas aulas virtuais, tem sido um verdadeiro desafio para o ensino.

Na era da maximização do ensino à distância, há diversos relatos dos professores que dizem respeito à dispersão intencional com uso concomitante de outras mídias durante as aulas, emissão de palavras de baixo calão, acesso ao contato privado dos educadores para proferir mensagens desrespeitosas. Enquanto mediador escolar minha experiência tem sido fazer mediações online, com intuito de dirimir questões desse tipo, as quais têm evitado que situações acadêmicas, ainda que esdrúxulas, sejam encaminhadas ao judiciário para tentativas de resolução.

Sobre este ponto de vista Zuin, entende que:

De posse das chamadas novas tecnologias, os alunos nos mostram que tal proximidade poderá ser obtida tanto de forma violenta, quanto pela aproximação amorosamente respeitosa. Pois em tempos de virtualização que se universaliza para todas as relações, eles nos ensinam que o jogo pedagógico poderia ser qualitativamente diferente; que as relações de poder entre professores e alunos poderiam ser mais do que nunca humanas, demasiadamente humanas.⁴⁶

Diante do quanto exposto, é por meio do processo de mediação de conflitos permeado pela vivência da teologia que se propõe resgatar o lado positivo do ser humano presente em todas as pessoas que convivem no espaço escolar. Para o

⁴⁶ ZUIN, A. A. S. **Violência e tabu entre professores e alunos**: a internet e a reconfiguração do elo pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012, p. 248.

alcance com êxito de tal objetivo, se faz necessário conhecer o conceito de disciplina e indisciplina que norteia este estudo para poder lidar com essa questão.

Entendemos por indisciplina, as atitudes ou comportamentos contrários à disciplina fundamentada em regras preestabelecidas, ainda que este processo tenha sido democraticamente construído, as normas do jogo, o código de conduta adotado pela escola para cumprir sua principal missão: educar e instruir. Então, muitas vezes, o problema consiste na inexistência de tais normas, há escolas que funcionam de acordo com um código não escrito e, ainda assim, que não é divulgado entre as comunidades escolar e extraescolar. Fato que tem grande potencial de provocar indisciplina pela mera ausência de conhecimento explícito de valores a serem incorporados por todos os atores envolvidos no processo educacional.

Mais recentemente é na indisciplina dos estudantes que vemos centrarem-se as preocupações dos professores. Parecem ser esta as causas das causas, o motivo pelo qual os alunos não aprendem. Dessa forma, podemos perceber que a pergunta de como educar crianças, adolescentes e jovens por meio do cumprimento das normas insertas no regimento da escola, para que possam aprender “como educá-las, tem sido tema central em qualquer conversa entre profissionais da educação”.⁴⁷

O tema indisciplina entre alunas e alunos tem sido discussão em debates pedagógicos ou reuniões de rotina para professores e especialistas na área de educação. Tal fenômeno, que tem causas múltiplas e de razões diversas, devem ser estudadas tanto do ponto de vista biológico como por uma situação sociocultural vivida pelo aluno.

A indisciplina pode ser produzida tanto por essas dificuldades acima referidas, como também por falta de um trabalho escolar metodicamente planejado que venha atender as necessidades da turma escolar e, muitas vezes, o caminho equivocadamente mais curto e menos doloroso seja a punição, como disse Foucault: “A punição, da disciplina, não passa de um elemento duplo gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e correção.”⁴⁸ Trata-

⁴⁷ MEDEIROS CMB. **Agressões em uma escola de ensino fundamental**: visão dos alunos, professores e funcionários [dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 2008. n.p.

⁴⁸ FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p.150.

se de um processo de adestramento, disciplina-recompensa indisciplina-punição transferido do sistema carcerário para a estrutura educacional.

Famílias que não cumprem seu papel na formação da prole promovem, ainda que inconscientemente a indisciplina no próprio seio familiar. O que pode gerar pessoas cujo comportamentos ultrapassam a barreira entre indisciplina, violência e delito criminal. A influência dos pais na vida dos filhos é um dos fatores importante para o envolvimento em situações de violência escolar. Muitas famílias fecham os olhos e esquecem sua parcela de responsabilidade. Se os filhos têm seus pais como referencias, os estudantes vão ser reprodução aprimorada do que os pais são.

Neste sentido, Baade corrobora com Bourdieu e compreende que:

É na relação entre os membros familiares que devem ser ensinados os valores fundamentais que servirão de base para o processo de desenvolvimento e socialização da criança. Nessa perspectiva, Bourdieu (1998, p. 42) argumenta que cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.⁴⁹

Se não houver corresponsabilidade familiar, a escola dificilmente conseguirá dar conta da educação de estudantes em suas mais diversificadas faixas etárias nem de lhes apresentar bons referencias de formação por meio de um saudável desenvolvimento de conduta que vise o bem-estar social.

O acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos deve começar nos primeiros anos de ingresso no sistema educacional, desde as creches-escolas ao ensino integrado entre dois turnos diários. Os genitores precisam aprender a participar da vida escolar dos filhos logo no início. Do contrário, quando chegarem à adolescência, dificilmente poderão conviver pacificamente tanto na escola como em quaisquer ambientes sociais.

No entanto, não se deve culpar nem tampouco transferir os problemas para as famílias. No dizer de Silva:

Em resumo, não adianta ficar culpando a família pelas condutas indisciplinadas dos alunos. Até onde sei, isto não ajudará em nada a resolver o problema, se é que ele pode ser concebido desta forma. Ao agir assim, se está sendo ainda mais perverso com as famílias, que já sofrem todo de acusação pelas mazelas sociais. Estaremos com tal atitude, além do mais,

⁴⁹ BAADE, 2020, p. 04.

fugindo de nossas responsabilidades: afinal, assim como os pais, também somos educadores.⁵⁰

Nessa perspectiva é preciso construir uma ação coletiva constituída pelas comunidades escolar e extraescolar com o intuito de estabelecer estratégias para juntos buscarem minimizar a questão da indisciplina escolar de forma a evitar que se transforme em atos violentos mais devastadores do equilíbrio necessário a boa convivência humana e, por conseguinte, ao desenvolvimento do processo de aprendizagem.

2.4 A PRESENÇA DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

Para melhor compreensão sobre o significado de violência em âmbito escolar nos valem dos ensinamentos expostos por Charlot, que faz uma distinção entre violência como ação na escola, violência à escola e violência da escola: a violência na escola é produzida dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas um lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local⁵¹.

Conforme Meinhart:

[...] o fenômeno da violência é algo complexo, pois este abarca questões que envolvem o desemprego acentuado, a banalização da violência pela mídia, o machismo, o aumento do uso de substâncias lícitas e ilícitas, as condições de vida da população numa sociedade globalizada em que os acessos aos bens básicos à vida são desiguais. Esses e outros fatores acabam refletindo no comportamento das pessoas, consequentemente essa violência que se origina na sociedade se reproduz nas escolas tanto da rede pública quanto na rede privada de ensino.⁵²

A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os discentes cometem atos de violência entre eles ou contra alguma pessoa que vivencia o ambiente escolar se entregam à agressividade que visa diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional,

⁵⁰ SILVA, 2014, p. 160.

⁵¹ CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Rev. Sociologias**, n.8, ano 4. Porto Alegre: jul./dez.2012. p. 432-443.

⁵² MEINHART, 2020, p. 6.

simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos estudantes como injustos e preconceituosos.

O comportamento agressivo e a violência são influenciados por elementos que estão presentes no interior da escola como: a crise de valores, a organização interna e o currículo que não estão coerentes com as necessidades da sociedade, a superlotação das salas, os baixos rendimentos intelectuais e as relações interpessoais, dentre as quais, a relação docente-docente, docente-discente e discente-discente assevera Dantas Junior.⁵³

Diante deste panorama educadoras e educadores devem sempre estar atentos dentro da sala de aula, para que possam discernir qual é a origem desse comportamento agressivo, se crianças, adolescentes e jovens sentem-se coagidos e coagidas de certa forma, ou se tal comportamento tem origem em sua casa, buscando da melhor forma possível, a resolução de problemas em conjunto com a família, conforme Santos.⁵⁴

Crianças, adolescentes e jovens estão cada vez mais familiarizados com a violência, que faz parte do seu cotidiano, está presente em todos os lugares, na ameaça real da criminalidade, dentro do ambiente familiar, onde encontramos pais impacientes e irritados, que quando estão presentes usam de violência, e o estímulo das imagens dos games, dos filmes e dos desenhos animados, que cada vez mais usam violência, subliminar ou diretamente, dos pais que vivem ausentes por questões profissionais ou outras de acordo com Beane.⁵⁵

Assim, devemos compreender a extrema importância dos debates sobre violência escolar em diversos setores da sociedade, sobretudo naquelas cujas missões estão focadas na educação do ser humano. Nesse sentido a propositura de projetos educacionais baseados no processo de mediação de conflitos violentos escolares com fundamento no cuidado e na responsabilidade fundamentados na espiritualidade tornam-se extremamente viáveis uma vez que irão possibilitar o pensar e agir diante de ações violentas em âmbito escolar.

⁵³ DANTAS JUNIOR, H. S. **Atos De Pesquisa Em Educação** - PPGE/ME FURB 363 ISSN 1809-0354 v. 8, n. 1, jan./abr. 2013. p. 361-385

⁵⁴ SANTOS, 2006. n.p.

⁵⁵ BEANE, A. L. **Proteja seu filho do Bullying**. Rio de Janeiro. Best Seller, 2010. n.p.

Corroboro com Costa que ao versar sobre educação e religião como forma de trabalhar a dimensão espiritual do ser humano, afirma que:

O Ensino Escolar da Religião radica na construção da pessoa, no ser com capacidade de relação, vocacionado para a descoberta do outro, para a fraternidade, amizade, e para viver em sociedade: ou seja, a sua dimensão espiritual, a abertura ao transcendente em relação a si mesmo, que torna cada sujeito único e irrepitível. Quando se fala em educação, todos estes aspectos constitutivos do humano têm de ser considerados como processos que constituem a identidade pessoal.⁵⁶

Nesse sentido, tudo será equacionado a partir da incorporação da espiritualidade individual, independente de crenças ou de denominações religiosas, de todos os envolvidos no processo, sobretudo dos mediadores no que se refere ao ato de reflexão, planejamento e ação conforme a fé e, conseqüentemente transmitirem para aqueles e aquelas que estarão no processo de mediação a necessidade de, em todas suas vidas, refletir, planejar e atuar de acordo com a espiritualidade reinante naquele momento, a fim de evitar toda e qualquer forma de transtornos originários de ações violentas.

Valho-me, ainda, do conceito de espiritualidade trazido por Butzke que ao interpretar a origem desse termo afirma que:

O termo “espiritualidade” remonta ao adjetivo latino *spiritualis*, tradução de *pneumáticos* (p. ex.: 1 Co 2.14-3.3), designando a forma de viver a partir da fé. O conceito moderno de espiritualidade nasceu na igreja católica romana, provindo da teologia das ordens religiosas francesas desde o século XVIII. Para a teologia protestante, o termo passou a ser mais conhecido a partir da V Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, ocorrida em 1975 em Nairóbi, no Quênia. A frase da mensagem da Assembleia dirigida a todos os cristãos – “ansiamos por uma nova espiritualidade que perpassasse nosso planejar, refletir e agir” – motivou o renascimento do tema em toda a *ecumene*, especialmente nas igrejas históricas.⁵⁷

Desse conceito, destaco duas vertentes relevantes para nosso estudo, espiritualidade como vivência segundo a fé e a necessidade de planejar, refletir e agir conforme essa própria espiritualidade. Todos e quaisquer processos de mediação escolar requer que os indivíduos tenham predisposição emocional para serem mediados com o objetivo de alcançar um resultado consensual em que todos saiam

⁵⁶ COSTA, Maria Teresa Fernandes Soares. Violência Verbal e Psicológica (violência escolar) entre pares na adolescência. Educação Moral e Religiosa Católica um contributo para a sua prevenção. Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Braga, 2020, p. 6.

⁵⁷ BUTZKE, P. A. Aspectos de uma espiritualidade luterana para nossos dias. In: Estudos Teológicos, São Leopoldo, n.2, p. 104-120, 2003, p. 105.

ganhando. Nessa mediação não há espaço para sentimento de perda, baixa autoestima nem humilhações.

Abramovay ainda acrescenta outros aspectos de classificação do conceito de violência escolar:

- a.) Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- b. Incivilidade: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.⁵⁸

Nesse sentido toda atenção dispensada ao estudo do fenômeno da violência é necessário para sabermos até que ponto estamos ou não contribuindo para a prevenção e intervenção por meio da mediação coletiva quando atos violentos ocorrerem na escola, no intuito de promover a minimização e suas possíveis incoerências. Trata-se de constante refletir-planejar-agir sobre de que forma vamos atuar no exercício da profissão de educar com vistas a formar os estudantes para a convivência pacífica em prol da positiva interação social da comunidade escolar.

Priotto afirma, em seus estudos, que violência escolar são todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros, praticados no ambiente escolar por alunos, professores, funcionários, familiares e pessoas estranhas à escola.⁵⁹ Ainda assim, a pesquisadora utiliza a expressão violência escolar, considerando que ela é a mais adequada por englobar a violência na, e contra a escola.

A existência de atos violentos em âmbito escolar são problemas que devem se tornar discussão obrigatória nas escolas, em todas as faixas etárias, não como temas a serem doutrinados, mas apresentados e abordados sob a luz das éticas do cuidado e da responsabilidade entrelaçados pela espiritualidade e da cidadania de

⁵⁸ ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos:** violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), 2009, p. 69.

⁵⁹ PRIOTTO, E. P. **Violência escolar:** políticas públicas e práticas educativas. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008, p. 168-169.

maneira a resgatar a capacidade de autossuficiência do pensamento que compense a ausência ou insuficiência da formação de valores e interpretação do mundo nas diversas relações de convivência que tem o ser humano no decorrer de sua vida cidadã.

Valores eticamente controvertidos são transmitidos aos estudantes por meio da mídia sem que estes tenham capacidade suficiente para filtrar e incorporar apenas aqueles com potencial de acrescentar positivamente características necessárias para formação da sua personalidade cidadã.

Crianças, adolescentes e jovens carecem de aprender a refletir e entender que as imagens da mídia, que os influenciam direta ou indiretamente, precisam ser pensadas, repensadas e filtradas antes de incorporadas como verdades a serem adotadas em suas vidas, de acordo com Beane.⁶⁰

Constata-se assim que Priotto e Charlot têm entendimentos diferentes sobre a violência na escola, da escola e contra a escola. Para Priotto, violência na escola refere-se a atos ocorridos no cotidiano da escola, e Charlot diz que se trata de atos violentos que adentram a escola e que poderiam acontecer em qualquer lugar.⁶¹

Em relação à violência contra a escola, essa autora a interpreta como à escola e da escola. Verifica-se que há apenas divergências de denominações, Priotto e Charlot estão de acordo sobre a existência da violência na escola e a forma como acontece. Ter investigado essa tipologia foi de suma importância para a realização deste estudo porque na pesquisa considera-se que há violência na escola, da escola ou contra a escola.

Segundo Antunes, na maioria das escolas a indisciplina como uma das vertentes da violência na escola surge de três focos: a escola e sua estrutura, o professor e a sua conduta e o aluno e a sua bagunça.⁶²

Sobre violência escolar Priotto, afirma que:

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre a comunidade escolar (alunos, professores, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar.⁶³

⁶⁰ BEANE, Allan L. **Proteja seu filho do Bullying**. Rio de Janeiro. Best Seller, 2010. n.p

⁶¹ PRIOTTO, 2008. CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Rev. Sociologias**. Porto Alegre, n.8, ano 4, jul./dez. 2012. p. 432-443.

⁶² ANTUNES, 2009. n.p.

⁶³ PRIOTTO, 2008, p. 162-163.

Segundo Fernández, abuso, indisciplina e agressividade são ações influenciadas por elementos que estão fora da escola e que, apesar de influenciarem na formação da personalidade do indivíduo, estão alheios ao controle escolar, e por elementos de dentro da escola que devem ser levados também em consideração.⁶⁴

Esse conceito de violência escolar não se distancia dos demais, pois é sabido que há ações ocorridas na escola que muitas vezes professores, alunos e funcionários consideram normais, mas, na verdade, não são. Enquanto a sociedade não se conscientizar que escola não é lugar de violência e não é de violência que vive o ser humano, essa situação tende a agravar, sobretudo porque “algumas estratégias usadas pela escola se limitam a banalizar a violência”.⁶⁵

A autora diz respeito ao uso equivocado da agressividade nos conflitos cotidianos. É nesse momento que o papel da comunidade escolar junto ao professor como mediador é de grande importância e apoio para alunas e alunos que apresentam comportamentos agressivos no ambiente escolar. Assim torna-se de fundamental relevância o auxílio de professores por meio de elaboração das várias formas de trabalhar com projetos educacionais para as comunidades interna e externa. Contudo, focados na sensibilização daqueles estudantes.

Nessa perspectiva a estratégia de mediação de conflitos escolares com base nas éticas do cuidado e da responsabilidade, ambas incorporadas à espiritualidade individual e coletiva, será apresentada como uma das formas viável de intervenção nas ocorrências de ações violentas em âmbito escolar.

Diante do exposto, para compreender o fenômeno da violência escolar deve-se levar em consideração não somente o homem individual e seu interior, mas todo o seu contexto com base nas dimensões essenciais que fundamentam o ser humano, tais como antropológica, sociológica, psicológica e espiritual, uma vez que os sujeitos alvos daquele fenômeno, docentes, discentes e seus familiares são seres que fazem parte duma cultura histórica e social. São a um só tempo influenciados e

⁶⁴ FERNANDEZ FILHO, S. M. Z. Formação Docente – Reflexões sobre o desenvolvimento profissional e pessoal do professor e de sua prática. PUC –São Paulo, 2007. n.p.

⁶⁵ MARRA, C. A. dos S. **Violência escolar**: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. São Paulo: Annablume, 2007. n.p.

influenciadores do mundo que os cerca. Cada um desses grupos sociais participa e interage na sociedade conforme o arcabouço educacional incorporado.

A outra realidade, diz respeito ao uso da agressividade como resolução de conflitos cotidianos, havendo uma “banalização” da violência, como por exemplo, quando uma criança conta aos pais que foi ridicularizada por um de seus colegas na escola, uma reação comum dos pais é saber por que a criança não revidou e, ainda, mandam revidar. Tal situação resulta cada vez mais em condutas agressivas toda vez que a criança se vê em uma situação de conflito.

Esse entendimento nos direciona a busca da compreensão da violência escolar em toda complexidade e amplitude com o apoio de conceitos teóricos, trata-se de um fenômeno complexo e multidimensional. Construir o conceito que permite compreender a violência escolar, suas formas e como a formação de professores poderia ajudar na prevenção, intervenção e resolução é acreditar que a educação de docentes pode propiciar conhecimentos importantes para o desenvolvimento de saberes que capacitem na tarefa de aprender de modo a reconhecê-la, intervir no processo de sua realização e, se possível, erradicá-la do cotidiano escolar.

O processo de mediação de conflitos escolares de caráter violento nas escolas é cada vez mais necessário a fim de responder de forma imediata a situações violentas que requerem intervenção para que a comunidade escolar saiba que a escola está preparada para atuar de forma pedagógica no intuito de promover a disciplina necessária a dinâmica do processo educacional.

A violência mais comum nas escolas, sem dúvida, é a violência verbal que se caracteriza por ameaças, gozações e insultos. A violência psicológica, surge na escola de maneira velada, e caracterizam-se por jogos psicológicos, zombarias, ameaças, isolamento, rejeição, comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos. Nessa forma de violência está também os abusos entre alunos e agressões entre professor-aluno e aluno-professor, como menciona Bicudo.⁶⁶

Diante de tais questões resta-nos promover ações previamente e conjuntamente planejadas com a participação da comunidade escolar, no sentido de encararmos a problemática de frente a ponto de buscar estratégias que visem minimizar e até sanar as ocorrências violentas em âmbito escolar.

⁶⁶ BICUDO, J. L. Cultura viva, políticas públicas e cultura da paz: **Cadernos de proposições para o século XXI**. (vol. 14). São Paulo, Instituto Polis, 2010. n.p.

Pensa-se que essa reflexão deverá ser individual e coletiva, articulada a uma vivência dialógica baseada na ética, que interaja com diversos fatores do relacionamento entre estudantes, terá o condão de aflorar nas pessoas um refletir e uma tomada de decisão diante dessa realidade, de forma a possibilitar o enfrentamento às ações de violência escolar com vistas à resolução de conflitos, por meio de diálogos, o que nos levará ao aperfeiçoamento das relações sociais dentro da escola, de acordo com Rocha.⁶⁷

Esse aprimoramento das relações sociais é tão relevante que, se realmente alcançado a escola estará cumprindo seu papel de bem formar cidadãos para eticamente atuarem num contexto social mais amplo fora do espaço escolar.

⁶⁷ ROCHA, M. da S.; OLIVEIRA, C. D. M. de. EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO. **Revista do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Educação & Formação**. Fortaleza: v. 3, n. 7, p. 200-219, jan./abr. 2018 DOI: <http://dx.doi.org/http://seer.uece.br/redutor>. Acesso em: 29 out. 2021.

3 A TEORIA E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO DOCENTE

A mediação escolar está intimamente relacionada com o exercício da profissão docente. Assim procura-se trazer à baila questões relevantes sobre a formação do profissional de educação e articulá-la ao processo de intervenção positiva nos conflitos relacionados à violência nas escolas. Neste contexto, entende-se que os próprios docentes precisam receber formação adequada para lidarem com a existência cada vez mais real em âmbito escolar de ações que prejudicam o alcance do principal objetivo do seu trabalho, educar pessoas para o bom convívio em sociedade.

3.1 A FORMAÇÃO CURRICULAR DO DOCENTE

No cenário educacional e social atual muito se tem debatido sobre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, haja vista às inúmeras reportagens da mídia falada e escrita, livros, revistas e artigos publicados. Como exemplo de mídia falada, podemos citar os telejornais de emissoras de destaque que têm dado espaço em horário nobre para se discutir a situação educacional do país. Diversas são as situações que no decorrer do tempo contribuem para o comprometimento dessa qualidade em nosso país, dentre as a falta de preparo dos professores para lidar com conflitos escolares relacionados à violência na escola.

Sobre esse contexto, ressalta-se que para o pleno exercício da profissão, os docentes precisam atuar num ambiente escolar que ofereça segurança tanto para eles quanto para seus alunos. No Brasil contemporâneo, porém, ações de violência nas escolas se destacam como uma das principais situações a serem tratadas pelas escolas. Fato que promove consequências negativas nos desempenhos escolares dos estudantes e no exercício da função dos professores, de acordo com Bernardelli.⁶⁸

Não raro esse discurso acaba esbarrando na formação docente, na qualificação inicial dos profissionais da educação e em seus diversos aprimoramentos

⁶⁸ BERNARDELLI, L. V.; PASCHOALINO, P. A. T.; WANDER, P. Violência contra professores nas escolas brasileiras: determinantes e consequências. **Nova Economia**. v. 31 n. 1, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5798>. Acesso em: 11 out. 2021.

de capacitação continuada durante toda a sua carreira. Esta constatação nos remete inevitavelmente para a certeza de que saíamos do mundo do discurso e encontremos ações urgentes que produzam a tão idealizada boa qualificação docente.

Procurar desenvolver no educador uma atitude consciente da realidade escolar e das realidades sociais, étnicas, grupais, dentre outras que irá encontrar durante sua trajetória profissional se faz necessário, principalmente na atualidade, quando o paradigma da Educação é justamente o da Educação para Todos. Este padrão ou conceito nasceu em 1990 logo após a Conferência Mundial realizada em Jowtien na Tailândia, que tinha como um dos principais objetivos satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Essa conferência estimulada pela UNESCO (United Nations Education Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), baseou-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que preconizava: “Toda pessoa tem direito à educação”, e nos relatórios da ONU (Organização das Nações Unidas), os quais denunciavam e levantavam os problemas que dificultaram os avanços da educação básica nos países considerados de terceiro e segundo mundos.⁶⁹

No mesmo viés o governo brasileiro promulga a nova Constituição Brasileira considerada, constituição cidadã por contemplar novos direitos sociais. Esta mesma concepção serviu de fundamento para as Leis de Diretrizes e Bases da Educação e para os Currículos dos Cursos de Formação Docente e que está amplamente assegurada em leis como a Constituição Federal de 1988 no seu Capítulo I:

Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”.

Capítulo II – Dos Direitos Sociais:

Artigo 6º: “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”.⁷⁰

No Capítulo III da Constituição Federal de 1988 – Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção I da Educação em seus artigos:

Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

⁶⁹ UNESCO (United Nations Education Scientific and Cultural Organization.) **Declaração Mundial de Educação para todos**. Jontien – Tailândia, 1990.

⁷⁰ FEDERAL, Senado Constituição. **Brasília (DF)**, 1988, p. 5.

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Art. 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais do ensino, garantindo na forma da lei, planos de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia do padrão da qualidade.⁷¹

E na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (L.D.B.) 9394/96, em seu artigo terceiro:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento a arte e o saber.

Como pontua Gonçalves:

É preciso destacar a clareza perseguida pela Lei, ao declarar um princípio aparentemente óbvio, que a formação dos profissionais da educação, portanto, dos professores, deve atender também aos objetivos da educação básica... Fica claro, portanto, que para construir junto com seus futuros alunos experiências significativas de aprendizagem e ensiná-los a relacionar a teoria e a prática em cada disciplina do currículo, é preciso que a formação dos professores seja pautada em situações equivalentes de ensino e aprendizagem.⁷²

Neste mesmo pensamento Azevedo diz: “os cursos de professores vêm sofrendo inúmeros questionamentos sobre sua baixa qualidade, por haver um desconhecimento de sua finalidade formativa e por existir uma dicotomia entre teoria e prática pedagógica”.⁷³

Não obstante às diversas proposituras legais que versam sobre requisitos necessários para formação docente, é relevante salientar que na realidade, a proposta oficial de currículo parece não ter muito significado para docentes. Ao ouvirem falar em currículo, acreditam ser algo imposto pela escola e que é adaptado no decorrer

⁷¹ FEDERAL, Senado Constituição. **Brasília (DF)**, 1988, p. 5 e 137.

⁷² GONÇALVES, L.S. ET AZEVEDO, H.H.O. O Curso de Pedagogia e o processo de Construção da Identidade do Pedagogo. **Cadernos de Pesquisa**, 2009, p. 145.

⁷³ AZEVEDO, M.A.R. **Os Saberes de orientação dos Professores Formadores**: Desafios para Ações Tutoriais Emancipatórias. São Paulo: SP, 2009. 259p. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da USP.

dos anos, porém, sem que haja consultas por parte dos professores ao que preceitua a legislação conforme relata Falsarella.⁷⁴ Fato que é lamentável, uma vez que toda e qualquer inovação, ainda que legal, requer que haja leituras e reflexões prévias no intuito de adaptá-las a realidade da profissão de educar com vistas a melhor qualificar o processo ensino-aprendizagem.

Atualmente, tem-se o caráter reflexivo da função docente como algo muito novo. Porém, não existe nenhuma teoria da educação que não defenda expressamente a necessidade da reflexão na prática do professor. Para o educador não basta ser reflexivo, é preciso que ele dê sentido a reflexão, impregnado de sentido cada ato da vida cotidiana, conforme SILVA.⁷⁵ Fala-se também de competências profissionais do professor e menos de saberes. É preciso reconhecer que o contexto atual coloca novos desafios para a escola, para o ensino, para os professores e estudantes. Por isso, são de suma importância os saberes necessários à prática educativa.

Lima afirma que, “As profissões que dependem inteiramente da tecnologia estão vendo suas competências se transformarem rapidamente”.⁷⁶ O professor, para o exercício de suas funções, não depende exclusivamente da tecnologia. Nem tudo será transformado para ele, mudando a tecnologia que utilizar. No novo contexto de impregnação da informação, ele precisa continuar sua formação ao longo de toda a vida por meio da incorporação de habilidades que o conduza a saber aprender, saber conviver e saber fazer.

Há a necessidade de conhecermos os objetivos previstos e propostos para a educação a fim de definirmos em quais bases epistemológicas, filosóficas e antropológicas são fundados estes objetivos, qual a finalidade do processo educativo, como e de que forma podemos alcançar estes objetivos e o quanto à formação docente está comprometida e diretamente entrelaçada com estes.

⁷⁴ FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e práticas de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor** [livro eletrônico]. 2. ed. Autores Associados. São Paulo, 2021. n.p.

⁷⁵ SILVA, M. A. A. da. **A violência física intrafamiliar como método educativo punitivo-disciplinar e os saberes docentes**. 2010. 224 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. n.p.

⁷⁶ LIMA, R.C.P. et. FERNANDES, M.C.S.G. et GONÇALVES, M.F.C. Gt 04 Didática. **Texto da 33ª reunião da Anped**, Caxambu, 2006, p, 33.

Para alcançar esses objetivos que a priori nos parece serem definidos pelo docente devemos observar se essa construção de conhecimentos e de ideias estão impregnadas de modos, modelos e tendências sociais cujos valores e conceitos nem sempre se destinam ao desenvolvimento do humano e do coletivo. Estão imbuídos de mensagens de manutenção da ordem e do poder de classes dominantes e a manutenção de um sistema de classes desigual se faz, sem muitas vezes ser questionado.

Muitas vezes valores e conceitos são formulados com base na falsa consciência, em que conhecimentos e culturas retransmitidos mergulham num processo de mera memorização, sem reflexão, sem questionamentos, sem interesse e, portanto, sem nenhuma produção de conhecimentos necessários para análise e transformação para melhor do contexto social.

Em relação à essa questão, assevero que aqueles valores e conceitos precisam ser previamente definidos, com assento nos pilares da espiritualidade, a fim de que o planejar, refletir e agir possam fomentar reflexões positivas no sentido de desenvolver na relação docente-discente um processo educacional voltado para produção de conhecimento verdadeiramente consciente com vistas a promoção contínua da personalidade de cidadãos e cidadãs.

Sob esse prisma, a dimensão espiritual exercitada nos atores educacionais no ambiente escolar deve ser capaz de desenvolver em cada uma e em todas as pessoas a vocação de agentes sociais e, como tais, interventores que visam o bem-estar global, harmônico, permanente e equilibrado para o bom convívio de todas as pessoas que compartilham o espaço social mundial.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Na constituição atual dos cursos de formação docente encontra-se respaldado nas diretrizes curriculares para o ensino superior e médio bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 segundo a qual:

Art. 62: A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63: Os institutos superiores de educação manterão:

I – Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II– Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III- programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64: a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.⁷⁷

Sobre a formação dos cursos de graduação em Pedagogia Gisele, Martins e Romanonowski nos dizem que:

Em 18 de fevereiro de 2002 é aprovada a Resolução CNE/CP nº 01 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. A partir desta aprovação coube às universidades a construção de projetos pedagógicos, tomando como base tais diretrizes, como estabelece o artigo 53, inciso II da LDB é atribuição das universidades, no caso dos Cursos superiores: “fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”. Um projeto pedagógico, por sua vez, deverá explicitar o profissional que se pretende formar, delineando um perfil que atenda as exigências profissionais. A Resolução CNE/CP nº01 indica no seu artigo 3º como princípios norteadores do preparo dos professores para o exercício profissional:

A competência como concepção nuclear na orientação do curso.

A coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor.

A pesquisa como foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.⁷⁸

Desde aquela época já era perceptível a necessidade de introdução da pesquisa na formação do docente com o objetivo de incorporar nos estudantes o espírito científico. Mas nem sempre foi assim, segundo Figueiredo:

O primeiro modelo foi significativamente colonialista, originando-se diretamente de Portugal. Inicialmente no século XVII, os professores em Portugal e em todas as suas colônias eram treinados formalmente. Eram eles selecionados através de exames. O alvará português de 06/11/72 era bem claro e definitivo: - Ordeno: que os exames dos mestres que forem feitos em Lisboa, quando não assistir o presidente se façam na presença de um deputado, com dois examinadores nomeados pelo dito presidente [...] nas Capitanias de Ultramar se farão exames na mesma conformidade.⁷⁹

⁷⁷ BRASIL, Ministério da Ed. E Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** 9394/96.

⁷⁸ ROMANONOWSKI, G; ROMANONOWSKI, M. Form. **Doc.**, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, ago./dez. 2010. p. 9-10.

⁷⁹ FIGUEIREDO, M.C.M et COWEN, R. **Modelos de cursos de formação de professores e mudanças políticas**: um estudo sobre o Brasil. In Schwartzman, S. Os desafios da Educação no Brasil, p. 177 a 189. R. J. Editora Nova Fronteira, 2014, p. 177.

No início do século XVIII com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil veio a influência do modelo educacional da França, apesar da conturbada relação que esta possuía com Portugal, foi implementado o modelo das grandes escolas francesas. Começava-se então a pensar na formação dos mestres, o que levou Portugal a criar escolas para o treinamento de professores.

De acordo com Figueiredo:

Por volta de 1830, foram desenvolvidos esforços para criar escolas normais nas diversas províncias. O modelo refletia a agenda cultural e política das elites, que por sua vez, eram influenciadas pela cultura europeia, sobretudo a francesa. A centralização – como no modelo francês – era um motivo poderoso. A cada província na Colônia foi dado o poder de legislar sobre a educação pública, mas apenas nos níveis primário e secundário. O governo central era responsável pela educação em todos os níveis na capital e pela educação superior em todo o país. Tal centralização, que refletia os pressupostos portugueses iniciais e o exemplo subsequente da França, continuou a caracterizar uma definição bastante permanente da distribuição de poder no sistema educacional brasileiro. Esse sistema permaneceu fortemente centralizado até recentemente.⁸⁰

Segundo o referido autor era o início e o lócus social claro para os cursos de formação docente e dos princípios políticos da formação de classe no Brasil.

No início da República, os novos ideais políticos, sociais e culturais produzem uma nova visão sobre educação e os cursos de Formação Docente o então Magistério começa a ser alterado em seu currículo abandonando o currículo simplista da escola primaria com uma só disciplina dedicada à formação profissional, vista na época como disciplina técnica.

Ao fim da primeira grande guerra uma onda de reformas nos cursos de formação docente acontece em vários estados.

Figueiredo nos aponta:

Uma série de seminários, publicações e debates nacionais sobre educação fez parte do chamado Movimento da Escola Nova. Uma parte dessa discussão incluía propostas de mudança no papel dos professores e a criação de novos modelos de formação. Sugeria-se uma revisão dos padrões tradicionais de ensino, que eram considerados inflexíveis e divorciados das necessidades do desenvolvimento das crianças. Esse debate ativo e estimulante resultou em novos modelos de cursos de formação de professores, os quais apareceram em diversos estados, especialmente naqueles que tiveram como secretários de Educação ou assessores governamentais famosos educadores comparados: Anísio Teixeira, na Bahia; Mario Casassanta em Minas Gerais; Lourenço Filho, no Ceará; e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal e em São Paulo.⁸¹

⁸⁰ FIGUEIREDO, 2014, p. 176-177.

⁸¹ FIGUEIREDO, 2014, p. 179.

A partir de então as grades curriculares foram enriquecidas com disciplinas como pedagogia, psicologia, história, filosofia e sociologia da educação, biologia, higiene, prática de ensino em diferentes disciplinas do currículo.

Foi criado também o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) com intuito de capacitar através de treinamentos, administradores, diretores e inspetores.

Com a criação de cursos para formação de docentes que exerceriam suas profissões direcionadas ao ensino aprendizagem em cursos ginásial e médio; esses professores iriam lecionar disciplinas específicas como arte, biologia, ciências, física, geografia, história, línguas, matemática, música e química. Tais inovações educacionais e os novos projetos relacionados surgem em 1938 na USP (Universidade de São Paulo) e em 1939 na Universidade do Brasil cursos de Pedagogia. Segundo Figueiredo:

Estes cursos treinavam, inicialmente, no âmbito da graduação, os especialistas em educação – inspetores, diretores, orientadores e supervisores. Os cursos também treinavam professores para as escolas normais (em didática e fundamentos da educação: psicologia da educação, filosofia da educação, sociologia da educação). As faculdades também treinavam professores para os cursos de formação de professores foram, entretanto, marcados por leis educacionais autoritárias especialmente no Governo Vargas.⁸²

Outros dois grandes momentos foram subsequentes a este fato e que deram novos impulsos a formação docente. O primeiro foi a Lei 4024 de 1961 que criava o sistema único de formação docente, os docentes das escolas primárias eram treinados em escolas normais, localizadas no nível médio. Concomitantemente as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras disseminavam-se pelo país.⁸³

O segundo momento foi a Lei 5692 de 1971 onde a educação secundária divide-se em habilitações e pretendia fortalecer a educação voltada para o mercado de trabalho. Este período por um lado fortaleceu o então curso de formação docente Magistério, por ser um curso profissionalizante acessível e por outro perdeu seu status profissional, pois professores e professoras das séries iniciais, técnicos em diversas áreas: laboratório, contabilidade, indústria e comércio eram formados em nível

⁸² FIGUEIREDO, 2014, p. 179.

⁸³ FERREIRA, W da S. Debate educacional em torno da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (lei no 4.024 de 1961). **Os manifestos educacionais em questão**. 2018.

secundário. Nesta mesma época os então Institutos de Educação são abolidos e os especialistas educacionais são formados apenas nos cursos de Pedagogia.⁸⁴

A base da Educação, a então Escola Primária ficava a cargo dos profissionais de educação de primeira à quarta séries formadas em nível de segundo grau e os de quinta à oitava séries e os de segundo grau formados nas faculdades de educação ou em faculdades de filosofia, ciências e letras.

Nesta mesma época a então teoria do capital humano que era incentivada por órgãos internacionais começa a substituir os conceitos de cidadania e igualdade desenvolvida pela política neoliberal e também considerada populista.

Esperava-se nesta época que a formação docente, fosse colocada no mercado de trabalhos profissionais competentes, técnicos, aptos ao trabalho educacional. Uma das características da formação dos professores era a compartimentalização dos conhecimentos em educação, visto que os mesmos eram habilitados em áreas específicas – supervisão escolar, administração, inspeção e orientação.

Na fala de Figueiredo, houve a fragmentação e o empobrecimento curricular, perdendo a qualidade de formação especialmente na escola primária.

Nas décadas de 80 e 90 surgem os debates sobre esse novo padrão de formação e se tornam mais declarados e fortes, provocam as lideranças a criarem dentro de novas Leis inovadoras perspectivas para o campo da Educação. Nos anos 80 os cursos de Pedagogia começam a ter seus currículos alterados.⁸⁵

Neste mesmo período a Constituição Brasileira promulgada em 1988 vai buscar na base da Declaração Mundial dos Direitos Humanos o ideário de Educação Para Todos, em que, como já citado anteriormente, assegura o acesso e permanência a todos no sistema educacional.⁸⁶

Surge nos anos de 1990 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a 9394/96, a pretensão era de que a partir do ano de 2006, todos os profissionais de educação tivessem curso superior, o que provoca uma onda de criação de muitos cursos de formação de professores, inclusive a distância. A exemplo

⁸⁴ CARLOS, N. L. S. D.; DE MENESES, R. M.; MEDEIROS NETA, O. M. de. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 10, p. e6679109181-e6679109181, 2020.

⁸⁵ FIGUEIREDO, 2014, p. 183.

⁸⁶ FEDERAL, 1988. n.p.

do Normal Superior que foi criado no primeiro momento para atender aos professores e professoras que há muitos anos atrás tinham formação em nível médio e não teriam condições intelectuais de concorrer em vestibulares e acessar o curso de Pedagogia.⁸⁷

Marteli afirmam que:

Entram em conflito as instituições com considerável credibilidade e intensa experiência acumulada na área da educação e a possibilidade de criar Institutos Superiores de Educação em grande quantidade por agências particulares de parca experiência e pouca credibilidade – ofertando cursos ministrados em tempo mínimo com a carga horária diminuída - além de variáveis níveis de compromisso com a educação. Não caberiam dois cursos com a mesma finalidade e com as mesmas características conviverem na mesma instituição de ensino superior, então restaria aos cursos de Pedagogia formar apenas os especialistas em educação, isto é administrador escolar, o supervisor escolar e o orientador educacional.⁸⁸

Esses fatores podem alterar a qualidade da Educação e esses mesmos dados nos mostram que os nossos cursos de formação docente sofrem muitas influências, principalmente políticas tanto internas como externas e que os nossos ditos problemas em educação e em formação profissional não são recentes e por consequência vem com raízes muito fortalecidas nos discursos demagógicos.

Diante de tal afirmativa, a solução está na reflexão de como educandos e educandas aprendem, como o processo de ensinar pode conduzir à aprendizagem. Haja vista que os estudantes não foram programados para reproduzir conhecimentos a eles transmitidos. A qualidade na educação requer que alunas e alunos sejam protagonistas da própria apreensão e produção de conhecimentos, os docentes serão mediadores eles estudantes e o objeto do conhecimento. Esta satisfação será realizada se estiverem com participação ativa nas atividades escolares, podendo explorar sua criatividade e expor seus conhecimentos.

Dessa forma a escola precisa estar devidamente equipada para atender as demandas decorrentes das múltiplas necessidades dos estudantes, no que se refere ao atendimento da sua formação educacional por meio do processo educativo.

Pensar a escola a partir desse ponto de vista requer a reelaboração do processo de aprendizagem com o objetivo de potencializar as habilidades já

⁸⁷ BRASIL, 1996. n.p.

⁸⁸ MARTELLI, A. C.; MANCHOPE, E. C. P. A História do curso de Pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9394/96. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. V.3,n.1, 2004, p. 33.

incorporadas pelos estudantes e promover a apreensão de outras para a perfeita assimilação e produção do conhecimento.

Com o intuito de complementar essa educação dada pela escola, e para que esta seja de boa qualidade, é necessário que os profissionais do ensino sejam constantes aprendizes e, para que se crie estes profissionais qualificados, conscientes e críticos, no seu processo de formação, os docentes precisam ter condições de vivenciar situações e experiências que os levem a incorporar estes comportamentos assim assevera André.⁸⁹

Mais uma vez ressalta-se aqui a extrema necessidade da introdução da alfabetização científica nos currículos dos cursos destinados aos discentes no intuito de desenvolver neles as potencialidades pertinentes ao pesquisador. Dessa forma serão capazes de, por meio da experiência, produzirem conhecimentos científicos e suscitar em suas turmas estudantis o espírito científico de pesquisadores.

A aprendizagem é uma construção pessoal baseada em novas informações e em conhecimentos prévios, e para que os alunos construam seus próprios conhecimentos, é necessário que os professores reflitam e mudem suas práticas educacionais.

Trata-se, portanto, do estabelecimento de um processo educativo que tem o objetivo de formar agentes multiplicadores. Neste sentido, docentes enquanto mediadores ocupam a posição entre o objeto do conhecimento e suas classes de ensino e estas atuam também como mediadoras que ocupam a zona intermediária do que foi por elas apreendido e os colegas que ainda não aprenderam. No entanto, toda essa dinâmica requer mudança na forma de explanação do conhecimento.

Sobre esse prisma é necessário fazer uma reflexão sobre o pensamento de Rosa para quem é importante ressaltar que inovação não significa mudança, educadores e educadoras, com intuito de transformar as suas concepções, apenas inovam suas aulas, como por exemplo, a disposição das carteiras. As aulas, deste modo, não deixam de ser tradicionais. Para que profissionais de educação consigam realmente mudar suas concepções sobre o ensino, não há roteiros pré-determinados,

⁸⁹ ANDRÉ, M. **Formação de Professores**: a constituição de um campo de estudos. Educação. Porto Alegre, v. 33, n.3, set/dez, 2010. p.174-181.

requerer prática conforme a nova teoria de modo único, inédito e exclusivo, é preciso ousar, arriscar, expor-se, observar e refletir.⁹⁰

Com o objetivo de promover essa inovação, o papel da escola é realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o sistematizado, propiciar formas de acesso ao conhecimento científico. E como tal, deve ser considerada como um contínuo processo de desenvolvimento influenciado e ser influenciado pelo ambiente, o qual deve ser dinâmico e contínuo, capaz de contribuir para o processo de aprendizagem. No entanto, como forma de oficializar tal função da escola há necessidade deste objetivo está elencado no currículo do curso dos estudantes.

Este currículo, segundo Libâneo, existe para confirmar todas as preocupações da escola, seus objetivos e metas para o ensino, e é formado pelo projeto político pedagógico da instituição de ensino, um plano pedagógico e administrativo, em que se deixa evidente a concepção pedagógica da escola e da docência, as bases teórico-metodológicas da organização didática, as contextualizações social, econômica, política e cultural da instituição, a caracterização dos e das discentes, os objetivos educacionais gerais, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas gerais, o sistema de avaliação do plano, a estrutura organizacional e administrativa.⁹¹

Esse projeto político pedagógico serve de orientação para o planejamento do processo de ensino, e deve ser consensual entre o corpo docente, expressando os propósitos de educadores e educadoras que trabalham em uma tarefa democraticamente comum.

Além da participação do corpo docente, na visão de uma gestão educacional democrática e participativa a elaboração desse currículo deve contemplar representantes da comunidade escolar, sobretudo dos e das estudantes uma vez que são o alvo principal de todo processo educacional e do colegiado escolar, a fim de que todos se comprometam no desenvolvimento da execução do plano de ensino incorporado no currículo.

O plano também deve estar sempre em mãos dos professores para uma orientação de seu trabalho e engloba a composição curricular, que contempla, segundo a legislação educacional brasileira, dois eixos: uma base nacional comum, com a qual se garante uma unidade nacional (é uma dimensão obrigatória dos

⁹⁰ ROSA, S.S. **O sentido da Pesquisa como dimensão didática da formação de professores:** políticas e práticas do curso de Pedagogia. Cadernos de Pesquisa, 2006.

⁹¹ LIBÂNEO, 2006. n.p.

currículos nacionais); e uma parte diversificada do currículo, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares, (cada escola tem autonomia para incluir temas de seu interesse) conforme Libâneo.⁹²

Diante do exposto assevera Oliveira:

Vivemos momentos de incertezas quanto ao futuro próximo da educação brasileira. Entretanto, já podemos vislumbrar um caminho que nos conduz ao retorno de velhos e ultrapassados paradigmas. Além da visão tecnicista de formação docente, as versões preliminares das DCNs para a Formação Continuada não levam em consideração as necessidades formativas dos sujeitos, apontando para uma cisão das dinâmicas formativas que devem se constituir processo contínuo e interligado às fases da própria constituição do ser professor (a), ou seja: formação inicial, formação continuada e valorização profissional. O que podemos vislumbrar para o momento é que, nesta escalada rumo ao retrocesso no que concerne aos direitos garantidos pela Constituição de 1988 e a LDB de 1996, muitos desafios se apresentam como bandeira de luta e resistência para os professores e professoras brasileiros.⁹³

A argumentação predominante nessas Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação é a ideia de que o conhecimento é o novo capital do desenvolvimento social e econômico. Modelo este que reduz o professor a mero técnico, executor de ações pedagógicas e reproduz dos conteúdos preestabelecidos na Bases Nacionais Curriculares Comuns, de acordo com Oliveira. Assim, a formação continuada de professores da forma como está posta se configura como mola mestra para consecução desta finalidade.

No entanto, não se pode perder de vista a existência de vários currículos que, na prática educativa, perpassam o currículo formal. Assim, assevera-se que, neste ponto, é relevante reiterar que: ao lado deste currículo formal, determinado legalmente e colocado nas diretrizes curriculares, nas propostas pedagógicas e nos planos de trabalho, há um currículo em ação, considerado o currículo real, que é o que de fato acontece na escola, e o currículo oculto, que é tudo o que não está formalmente explicitado, mas que perpassa, o tempo todo, as atividades escolares.

Desse modo se faz necessária a constante pausa estratégica para repensar a efetivação do currículo no cotidiano escolar e verificar os motivos pelos quais está sujeito a mudanças e realmente efetivá-las, proporcionando maior abertura na sua

⁹² LIBÂNEO, 2006.n.p.

⁹³ OLIVEIRA, Sonia Maria Soares de; SILVA, Diogo Mendonca da. Formação de professores em tempos de retrocesso: O que dizem os documentos oficiais? *Brasilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 1, jan. 2021. Disponível em: DOI: 10.34117/bjdv 7n 1-012. Acesso em: 27 out. 2021, p.151.

dimensão pedagógica visando-se aproximá-la o máximo possível da realidade social do contexto escolar.

Tão importante, para o aprendizado do aluno, quanto para a prática do professor em sala de aula, são os relacionamentos entre docentes e discentes. A construção de significados compartilhados entre eles está intimamente ligada à construção de um vínculo afetivo interpessoal, no qual estão em jogo não apenas os sentimentos, as motivações e as expectativas dos alunos, mas também os dos professores e professoras. “A experiência pedagógica – o ensinar e o aprender – é desenvolvida no vínculo” assevera Valdez.⁹⁴

Sobre tal prisma entende-se que na educação é essencial que exista a afetividade, uma vez que o processo educativo implica relação entre sujeitos que interagem sobre a abordagem, apreensão e produção do conhecimento. Assim a convivência harmoniosa é parte integrante da relação equipe gestora-docentes-estudantes, docentes-estudantes, e estudantes-estudantes, todos empenhados numa constante e recíproca promoção de uma educação de qualidade.

3.3 PARARELO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Refletir sobre a missão de educar requer um constante pensar e repensar sobre como estamos atuando enquanto docentes e verificarmos até que ponto as aulas estão, de fato, promovendo o aprendizado dos alunos.

Para Saviani, teoria e prática são aspectos dialeticamente distintos e fundamentais da experiência humana, definindo-se um em relação ao outro: “a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera”. Neste sentido, o autor defende que a prática se tornará mais consistente quanto mais sólida for a teoria que lhe serve de fundamento, sendo ambas, portanto, opostas que se incluem.⁹⁵

Desse modo a preocupação em se ter uma boa prática pedagógica em sala de aula está assentada no pilar que fundamenta a teoria. A seleção e elaboração do arcabouço teórico deverá ser realizado previamente pensando-se em como a teoria

⁹⁴ VALDEZ, G. **É expressamente proibido usar boné na escola**. Programa de Desenvolvimento Educacional, p. 1-16, 2010, p.14.

⁹⁵ SAVIANI, D. **Histórias das ideias pedagógicas do Brasil**. 2013.n.p.

será aplicada na prática haja vista que ambas se complementam e interagem no decorrer do processo ensino aprendizagem.

Libâneo chama a atenção para o fato de que o “fazer pedagógico” indissociável inclui o “o que ensinar” e o “como ensinar”, o pensar e o agir, e deve fazer a articulação do “para quem” com o “para que” nos conteúdos teóricos e instrumentais, o que possibilitará aos docentes a práxis criadora. Sobre este aspecto, o autor enfatiza que todos os componentes curriculares “devem trabalhar a unidade teoria-prática sob diferentes configurações, para que não se perca a visão de totalidade da prática pedagógica e da formação como forma de eliminar distorções decorrentes da priorização de um dos dois polos”.⁹⁶

Para Barbosa uma das formas de superação da separação entre teoria e prática é o concreto pensado, ao afirmar que o “método que permite elevar-se do abstrato ao concreto nada mais é do que o modo como o pensamento se apropria do concreto sob a forma do concreto pensado”.⁹⁷

A ação pedagógica no contexto da escola deverá ser pensada para além dela como forma de superar a barreira ainda existente entre teoria e prática. Fato que está intimamente associado ao modo de pensar fundamentado por um viés tradicional de aprendizagem. Neste sentido proponho a incessante busca por teorias e práticas inovadoras com o objetivo de fortalecer as atividades pedagógicas no intuito de torná-las mais atrativas para toda classe estudantil de modo que a motivação pela busca do conhecimento a condicione, por meio da pesquisa, a produzirem seus próprios conhecimentos.

Nessa perspectiva, ser docente é vivenciar o cotidiano desafio de ser eterno aprendiz uma vez que só se transmite conhecimento a partir da sua apreensão antecipada. Está se constitui na principal forma de produção de saberes, haja vista que ensinar é uma via de duas mãos. Numa está a experiência adquirida ao longo da vida docente, atividades didáticas, conteúdos e valores ensinados pelos docentes. Na outra, a estrutura de vida dos alunos baseada nos conhecimentos que já trazem consigo a respeito de um determinado conhecimento. Refletir sobre essa realidade antes, durante e depois do seu exercício profissional possibilita aos professores e

⁹⁶ LIBÂNEO, 2006, p. 69.

⁹⁷ BARBOSA, R.M.N.; JÓFILI, Z.M.S. **Aprendizagem cooperativa e ensino de química** – parceria que dá certo. Ciência e Educação. São Paulo, vol.12, nº 4, 2004, p. 204.

professoras produzir novos conhecimentos agregados à sua prática e construir um fazer pedagógico prazeroso para eles e seus alunos (LIDOINO, 2020).⁹⁸

Diante de todos esses fatos, a aprendizagem é um fenômeno extremamente complexo, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, psicossociais e culturais. E o ensino só tem sentido quando implica na aprendizagem, por isso é necessário conhecer como o professor ensina e entender como o aluno aprende, é desta forma que o processo ensino aprendizagem poderá acontecer de modo mais eficiente e o aluno conseguirá aprender a pensar, a sentir e a agir diante dos desafios impostos pela sociedade.

3.4 SABERES DOCENTES E O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A articulação entre a formação dos futuros docentes e o fenômeno da violência em âmbito escolar é relevante uma vez que aprendizados proporcionados pelas Instituições formadoras e os saberes adquiridos por aqueles futuros professores e professoras poderão fazer a diferença na administração das aulas na sala de aula e nas intervenções de ocorrências violentas. Neste contexto proponho que a mediação entre o objeto do conhecimento e o sujeito discente seja apreendida naquelas instituições de forma teórica e prática a fim de que a mediação da aprendizagem dê suporte para o ensino da estratégia de mediação de conflitos escolares.

No pensar de Yamane:

A violência contra os professores ainda tem sido um fardo que toda sociedade tem carregado, sendo possível se observar, quando verificamos o aumento expressivo no número de professores e estudantes que tem se queixado da relação tumultuosa que há entre ambos, durante o trabalho pedagógico, situação essa que ocorre em todos os níveis de ensino; do fundamental à Universidade. São xingamentos, ameaças, constrangimentos, humilhações, chantagem de todos os tipos, que tem contribuído fortemente para que a escola passe a ser vista, por muitos, como um lugar hostil, e até ser considerado um espaço de 'terror'. Além desses tipos de violências, também se observa brigas entre alunos, que ocorre com a frequência no pátio da escola e na sala de aula, colaborando para o desentendimento, quando o

⁹⁸ LIDOINO, A. C. P.; SANTOS, D. M.; REIS, G; de A. Reflexões sobre a formação continuada de professores na contemporaneidade. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, e19996473, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6473>. Acesso em: 25 out. 2021.

professor tenta acalmar a situação, tendo em vista que boa parte dos alunos costumam 'tomar partido' privilegiando o discurso de seus colegas.⁹⁹

Ainda se acresce que a escola tem sido palco para atos de violência como: racismo, piadas depreciativas e *bullying*, termo originado da língua inglesa, é um conceito vasto cuja ocorrência se dá em diversos ambientes, sobretudo em âmbito escolar. Há nas leis brasileiras oito tipos *bullying*: verbal, moral, sexual, psicológico, físico, material e virtual de acordo com Tarréga.¹⁰⁰ Todos com elevado potencial de constranger e baixar a autoestima das vítimas, fatos que promovem diversos conflitos negativos no espaço escolar, transformando-o num campo de batalhas, em contraposição a permanência do diálogo no ambiente escolar como melhor forma de desenvolver o processo educacional retrata assim Yamane.¹⁰¹

No atual cenário em que se encontram as escolas ocupadas no seu cotidiano por atos violentos, dentro e fora da sala de aula, necessário se faz que a mediação de conflitos escolares, porque praticados no interior das escolas, façam parte dos currículos de formação dos docentes de modo a prepará-los para o dia a dia do exercício da docência escolar e torná-los cientes dos desafios que terão que enfrentar durante a atividade laborativa da profissão que escolheram.

Nessa mesma linha de raciocínio a aprendizagem dos docentes com base em teoria, práticas reflexivas e críticas diante do contexto da escola poderão propiciar uma ação transformadora de realidades, de modo a construir e efetivar estratégias de prevenção, intervenção, solução e erradicação da violência escolar que cada vez mais se multiplica no interior das escolas.

No caso específico da UFG (Universidade Federal de Goiás), o fato de suas licenciaturas terem sido deixadas mais por conta dos próprios institutos, a vivência de maior abertura nos vários âmbitos da realidade humana, a ampliação de convicções relacionadas à necessidade de atuação multi e interdisciplinar, a sensível melhoria da qualificação nos quadros de docentes dessa universidade nas duas últimas décadas têm renovado disposições e proporcionado o surgimento de atitudes mais positivas

⁹⁹ YAMANE, N. T. Violência escolar: Fatores ocasionadores e suas consequências no trabalho docente. **Revista Psicologia & Saberes** v.9, n. 19, 2020. Disponível em: revistas.cesmac.edu.br. Acesso em: 20 out. 2021, p. 284-285.

¹⁰⁰ ALVES, F.F.de A. *et al.* Bullying: legislação brasileira e o impacto social do fenômeno no contexto escolar. **Revista eletrônica Pesquiseduca** V. 13, N. 30. Santos 2021. Disponível em: periódicos.unisantos.br. Acesso em: 29 out. 2021.

¹⁰¹ YAMANE, 2020. n.p.

em relação ao formar professores e professoras “[...] Nesse processo estão envolvidos, além dos conhecimentos e métodos da respectiva área, aspectos relacionados ao humano, às emoções, à posição sobre valores, políticas e ética”.¹⁰²

Esse processo dialético envolve crenças, ideologias, valores, normas e tudo o que se relaciona à cultura acumulada no exercício da docência, o que Silva explica como o conjunto de informações adquiridas ao longo de sua história, e diz que a função de docência “reagrupa-se em três tipos de saberes que compõem as ações: saber sobre o que se faz, saber fazê-lo e saber os motivos para realizá-lo”¹⁰³

As apreensões desses saberes são indispensáveis para professores e professoras serem capazes de lidar com a violência, haja vista que a articulação desses saberes os possibilitam instrumentalizar sua conscientização e atuação numa sociedade tão conflituosa. Outro saber tão importante quanto aqueles relacionam-se à busca da formação contínua desenvolvida pelo próprio professor ou professora.

Perrenoud sugere que este saber pode “[...] facilitar o contato com alunos, famílias, sala de aula, estabelecimentos de ensino, bairros de todos os tipos, e preparar os futuros professores para se adaptarem a todos os tipos de redefinição de situações, saber considerado como aspecto importante no trato da violência escolar, assim, não é possível saber fazer sem saber como fazer”.¹⁰⁴

É justamente com esse pensar que saliento a relevância que tem pesquisa na formação docente, de forma a capacitá-los para a investigação da realidade que se pretende modificar. Assim, a busca do saber fazer requer um mergulho na dimensão teórica. Todavia o saber como fazer depende do conhecimento da realidade, das experiências investigadas e vividas e isso é possível por meio da utilização de instrumentos que capacite o pesquisador e a pesquisadora a compreender a realidade; a articular teoria e prática para somente depois prevenir e intervir em diversos tipos de situações existentes no interior das escolas. No caso em questão, na assustadora aceleração da violência escolar.

¹⁰² GUIMARÃES, V. S. A socialização profissional e profissionalização docente: um estudo baseado no professor recém-ingresso na profissão. In: GUIMARÃES, Valter Soares (org.). **Formar para o mercado ou para autonomia? O papel da universidade**. Campinas, SP: Papirus, 201

¹⁰³ SILVA, A. V. **Estágio curricular supervisionado no curso de licenciatura: momentos de vivência da profissão professor nas escolas de educação básica**. Revista Espaço Acadêmico, n. 73, jun/2007.

¹⁰⁴ PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

A articulação desses saberes até aqui discutidos, implica conhecer as teorias implícitas na prática docente, provendo assim as condições para que profissionais modifiquem suas concepções, atitudes, crenças e ações referentes à violência escolar afirma Silva.¹⁰⁵

Vale, ainda, ressaltar o quanto é importante o planejamento e estabelecimento de linhas de ações que propiciem a formação continuada do profissional de educação, sobretudo no que tange a aprendizagem de conhecimentos necessários para construção coletiva e efetivação de estratégias de prevenção, intervenção e término da violência escolar por meio de ações mediadoras de conflitos nas instituições de ensino.

Diante do quanto exposto, verifica-se que todo processo de ensino aprendizagem em quaisquer tipos de instituições sociais, sobretudo nas escolas, requer a interação entre sujeitos educacionais e comunidade escolar com vista ao aprimoramento dos bons relacionamentos em âmbito educacional, no que tange a convivência harmônica necessária para propiciar a qualidade na educação. O que nos solicita conceber atrizes e atores educacionais na sua integralidade como pessoas humanas.

¹⁰⁵ SILVA, 2007. n.p.

4 PARADIGMA DA VIOLÊNCIA E A NECESSIDADE DE MUDANÇA

O modelo da violência socialmente criado e imposto desde os primórdios da história da humanidade como uma das formas de convivência humana tem evoluído e causado diversos transtornos sociais. A escola como principal centro de formação do ser humano, tem a missão precípua de fomentar e inserir no mundo uma nova forma de viver que tenha como meta a instituição do paradigma da paz, vivenciando-o no cotidiano escolar por meio da prevenção e banimento de ações violentas nas instituições de ensino com a introdução da vivência do processo de mediação de conflitos escolares sempre que as demandas assim requerer.

Refletir sobre esse paradigma com o intuito de buscar estratégias possíveis de mudança é primordial para pensar e agir planejadamente com as comunidades escolar e extraescolar no intuito de tornar o ambiente escolar harmônico e, conseqüentemente, uma sociedade que prima por relações cada vez mais amigáveis e cidadãs.

4.1 O PARADIGMA DA VIOLÊNCIA

A origem da existência dos paradigmas está na sociedade. São as instituições sociais que os criam, fomentam e os impõe como cultura a ser seguida. Há no estabelecimento dos paradigmas duas relações dicotômicas bem presentes que se expressam de forma positiva ou negativa. Cultura da paz-cultura da violência, cultura da ordem-cultura da desordem, cultura dos valores morais-cultura dos valores imorais, dentre tantas outras socialmente absorvidas e vivenciadas. No entanto, nada impede que outros paradigmas sejam construídos em prol da humanidade. Assim, o paradigma da violência escolar pode ser vencido pelo modelo da pacificação escolar. Fato que nutre a nossa esperança pela utilização do processo de mediação de conflitos escolares.

Conforme nos alerta Baade:

[...] os paradigmas são também resultado e produto da ação humana. Nesses termos, a existência dos paradigmas não impõe uma realidade inabalável e inalterável. Na medida em que eles permitem a construção de certo grau de certezas e, em decorrência, de segurança, permitem também o aprofundamento científico e tecnológico. Os paradigmas permitem a identificação e a concentração de esforços de um conjunto de expressivo de sujeitos em torno de um objetivo comum, seja para o desenvolvimento de

técnicas e tecnologias de aplicação de determinada teoria ou mesmo para o desenvolvimento de novas teorias.¹⁰⁶

De origem das punições físicas que se estabeleceram historicamente como forma de educar; a violência tem fortes vínculos com a tradição quando o processo acontecia com a ajuda de instrumentos que oprimiam e puniam, à palmatória é um exemplo de como se exigia o cumprimento da ordem e o respeito à autoridade. “Os primeiros registros históricos deixaram minuciosos testemunhos de como a violência, particularmente a que se manifestava na forma de surras e chibatadas, mediava a relação mestre-pedagogo e discípulo-aluno”.¹⁰⁷ Portanto, a cultura da violência tem estado presente há muitos anos, tanto nos métodos educativos da escola como nos da família.

Segundo. Sacristán, a educação dos filhos é uma prática social com uma vasta história em todos os grupos humanos, constituindo uma espécie de cultura partilhada, em relação à qual temos experiências e opiniões.¹⁰⁸

Essa forma cultural de educar com violência foi naturalizada na sociedade e, por conseguinte, está relacionada à educação punitiva, que ainda está presente em muitas famílias e produz consequências nas crianças, que, por sua vez a internalizam como natural e, conseqüentemente, copiam sem restrições ações violentas, entendendo que se trata de uma atitude correta a ser disseminada em toda a sociedade, inclusive na escola. Assim, docentes e discentes, disciplinados pela violência, tendem a naturalizá-la e a conviver cotidianamente com situações que podem provocar vestígios de violência sem que haja explícito incômodo por parte deles.

Os meninos colocam-se no papel dominante de agressores, e as meninas, na maioria dos casos, como vítimas. Para Arendt, “poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos que têm a mesma função”.¹⁰⁹

¹⁰⁶ BAADE, 2020, p. 4.

¹⁰⁷ SILVA, 2007. n.p.

¹⁰⁸ SACRISTAN, G. ET GOMEZ, A.I.P. **Compreender e Transformar o Ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 7ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 1998. n.p.

¹⁰⁹ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva SA, 2016. n.p.

Acerca dessas considerações, parece-nos que estamos diante de formas de dominação legitimadas, não tidas como violência, e, por isso, aceitas. Neste sentido, ao se falar de “violência e violência escolar”, revela-se que os professores são chamados a reproduzirem uma determinada estratégia em sua prática de ação, mas ainda estão engatinhando para construí-las; por isso, revelam ser importante considerar o sentido da prática educativa e de certa forma “compreender as suas consequências no plano da formação de professores e do estatuto da profissão docente”.¹¹⁰

Vale ressaltar que em relação à formação docente sugerimos, além da explanação das teorias relacionadas ao estudo da violência, que se efetivassem duas estratégias: houvesse a pesquisa de campo nas próprias escolas no intuito de levar os futuros professores e professoras a experimentarem a vivência de escolas que convivem com a violência em seu interior para que, a partir daí, pudessem refletir sobre a vida escolar que tiveram, na tentativa fazerem regressão com o objetivo de saber sobre quais os tipos de violência foram vítimas e quais os tipos de violência em que foram autores.

Com essa forma de proceder objetiva-se propiciar aos docentes a busca da segunda estratégia: aprender a incorporar o desenvolvimento do autoconhecimento no que se refere as experiências com a violência, a fim de tornarem-se emocionalmente preparados para lidar com o processo de prevenir, intervir e acabar com ações violentas que, por ventura, vierem a ocorrer nas escolas.

Ambas as estratégias têm o condão de fazer com que os profissionais de educação exercitem as suas múltiplas inteligências, sobretudo a emocional como forma de evitar o autoconflito e os conflitos alheios externos que perturbam o ambiente escolar e atrapalham sobremaneira o bom desempenho do processo ensino aprendizagem.

4.2 NECESSIDADE DE MUDANÇA

A partir de toda a exposição já apontada neste estudo, ficou comprovada a real necessidade que tem as escolas de estabelecerem estratégias que visem mudar

¹¹⁰ SACRISTAN, 1998. n.p.

o atual panorama de ocorrências de violências em que se encontram os ambientes escolares. Ressalta-se que tal mudança perpassa necessariamente pelo processo de humanização de todas as pessoas que convivem e interagem no ambiente escolar, sobretudo dos docentes cujo exercício da função demanda formar indivíduos para atuarem eticamente na sociedade.

Sobre tal prisma assevera Pinho:

Para humanizar a quem ensina, faz-se necessário que os professores valorizem, no seu cotidiano profissional, não só os aspectos cognitivos, mas também os aspectos pessoais, afetivos e emocionais de crianças, adolescentes e adultos. Com isso, coloca-se em relevância a importância da formação continuada, da pesquisa e de um olhar voltado para o seu autoconhecimento, no sentido de revisar, em seus processos de formação, questões que necessitam adaptar-se aos novos tempos e aprender a aprender no convívio com os alunos.¹¹¹

Compreende-se, portanto, que toda e qualquer tentativa de mudança de paradigma de uma cultura de violência para uma de paz que proporcione o equilíbrio das relações interpessoais no âmbito das escolas deve passar por um minucioso processo de humanização individual com positivos impactos no coletivo.

Para Souza uma das estratégias viáveis para mudança do paradigma de conflitos escolares, assenta-se na instauração nas escolas das PRE, práticas restaurativas na educação. Em síntese, estas práticas propõem perceber a dimensão dos danos causados por ações violentas, atender as necessidades dessas ações, promover a comunicação por meio da escuta ativa, democratizar o conhecimento e instaurar a integração coletiva das pessoas envolvidas nos conflitos e daquelas responsáveis.¹¹²

Segundo a autora em questão Souza,

Para conseguir alcançar esses objetivos das PRE é necessário refletir quanto aos avanços dessa proposta e quais os desafios que são encontrados dentro do ambiente escolar para conseguir colocá-las em prática, e pode-se destacar como um avanço a vontade que Justiça e educação manifestaram de unir forças para sensibilizar e chamar a atenção para outras formas de

¹¹¹ PINHO, A. M.; AMPARO NETO, M. S. Como humanizar a quem ensina? A necessidade de uma formação acadêmica humanizada para o docente em nossa contemporaneidade. **Revista Expressão Católica**, 2020. p. 120. Disponível em: <http://www.scholar.archive.org>. Acesso em: 15 out. 2021.

¹¹² SOUZA, T. C. de. **Violência doméstica e familiar contra a mulher no Recife e o uso de práticas restaurativas: preocupações e possibilidades**. 2019. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

resolução de conflitos que atingem crianças, jovens e adultos em escolas e comunidades, almejando a partir dessas parcerias a construção coletiva da cultura de paz nos mais diversos contextos institucionais e da criação de condições de garantia dos direitos das crianças e adolescentes e suas famílias no contexto brasileiro [...].¹¹³

Por haver plena compatibilidade entre essas práticas restaurativas e a proposta de utilização do processo de mediação de conflitos escolares, compreende-se que ambas serão capazes de juntas e unidas, resolverem a contento a restauração de um ambiente escolar propício para o desencadeamento da formação permanente de atores e atrizes educacionais que convivem no espaço palco da escola em que as diversas situações escolares, inclusive as conflituosas se expressam.

Na visão de Demo:

[...] a beleza existe porque o ser humano é capaz de sonhar. E o ensino e a aprendizagem não podem fugir dessa boniteza e dessa alegria presentes em nossos sonhos. Somente se alcança o sentido, se existir um sonho em nossa mente e a pedagogia surge como um caminho para se chegar a este sonho.¹¹⁴

Goulart ressalta que, “houve uma reunião, na década de 80, de um grande número de professores em Belo Horizonte; todos preocupados em perder este “sonho”, esta capacidade de sonhar em virtude de um passado de exploração e da rotina”.¹¹⁵

Diversos estudantes se preparam para ser professores e professoras, mas acabam desistindo em função das condições de exercício da profissão. O sentimento de cansaço e esgotamento frente a pequenas e provisórias melhorias, sempre ligadas apenas a uma política de um governo específico e não às políticas públicas de Estado. Porém, já que as condições para o exercício dessa profissão são tão sacrificantes e desgastantes, por que há tantos que ainda se aventuram em tal ofício? A resposta, na visão de Beyer:

É que os professores ajudam seus alunos a se emanciparem, a tornarem-se humanos. Não é simplesmente uma profissão, é acima de tudo uma missão que gera um sentimento de engrandecimento inigualável, tanto para o professor quanto para o aluno. Diz ainda que perdem o sentido quando lutam por salários sem justificar a sociedade o real sentido da luta, a finalidade de ser professor.¹¹⁶

¹¹³ SOUZA, 2019, p.75.

¹¹⁴ DEMO, Pedro. **Princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 26

¹¹⁵ GOULART, I.B. **Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998. n.p.

¹¹⁶ BEYER, H. O. **O fazer Psicopedagógico: a abordagem de Reuven Feuerstein, a partir de Piaget e Vygotsky**. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1996. n.p.

As transformações nas condições e características das escolas não dependem apenas da atuação de profissionais da educação. A mudança também deve ocorrer na própria concepção da profissão. A profissão tem um novo sentido atualmente, o que leva a uma mudança da concepção do professor de hoje, que não é nem melhor nem pior do que era no passado. Cada concepção é adequada ao contexto espaço-temporal de cada época conforme explica Gadotti.¹¹⁷

Efetivar essas mudanças demanda muito envolvimento de toda a comunidade escolar, começando, como já foi ressaltado, pela necessidade atual, segundo Assmann de reencantar a educação. O autor, preocupado principalmente com o aspecto pedagógico da questão da qualidade na educação, assevera que “o cerne do processo pedagógico deve ser visto nas experiências de aprendizagem que são vividas como algo que faz sentido e é humanamente gostoso”.

Este sentido deve ser buscado nos espaços sociais de convivência dos sujeitos, onde eles estabelecem suas identidades. A escola precisa estar atenta ao que acontece tanto nos espaços de onde o indivíduo vem - respeitando a cultura destes e utilizando as informações trazidas para atualizar suas discussões - quanto nos espaços para onde ele poderá ir, servindo como orientadora dos caminhos existentes e sempre que possível acompanhar a incursão inicial nesses espaços. Confirmando esta última preocupação, embora restrita ao setor de produção de bens e serviços, Dowbor faz a seguinte colocação:

Devemos abrir a escola para o mundo que a cerca. Uma proposta prática é assegurar que crianças já no início da adolescência visitem de forma sistemática e programada diversos tipos de empresas, bancos, microempresas familiares, empresas públicas etc., rompendo com a situação absurda de o aluno ver a distância entre o que aprendeu e o mundo real somente quando chega aos 18 anos.¹¹⁸

Para tanto, a escola deve mudar o estado atual de isolamento e buscar sua conexão aos outros espaços sociais. As novas tecnologias estão permitindo esta conexão em tempo real que possibilita à escola um permanente estado de vigília, não para controlar a vida dos indivíduos, mas para manter tanto as pessoas envolvidas na comunidade escolar sempre bem informadas quanto suas atividades sempre atualizadas com as demandas da sociedade. Somente assim as necessárias

¹¹⁷ GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000. n.p.

¹¹⁸ DOWBOR, L. **Da globalização ao poder local**: a nova hierarquia dos espaços. Revista da Fundação SEADE, n. iv: São Paulo, set. 1995, p. 8.

discussões estarão adequadamente embasadas e contribuirão para tornar as pessoas mais capazes de uma intervenção competente na realidade.

A sala de aula constitui-se num espaço contínuo e cotidiano de uma construção, através da interação de professores e alunos, mediados pelo conhecimento. É um lugar de desafios, de desejo, de negociação ou resistência, de revelação dos acertos ou dos conflitos, isto é, espaço de construção de experiências educativas importantes para docentes e discentes.

De acordo com Dowbor:

A cidadania deve ser formada pela escola, através de uma gestão democrática e da participação. A escola não tem um fim em si mesma, mas está a serviço da comunidade, ou seja, presta serviço à sociedade na qual está inserida. Para que o aluno aprenda é necessário que se torne sujeito de sua aprendizagem, um participante das decisões que dizem respeito à escola e à sua vida. Não ocorre aprendizagem sem sujeito e sem ação, por isso, a participação é fundamental para a própria natureza do ato pedagógico.¹¹⁹

Através da convivência diária na escola, os alunos e alunas ensinam e aprendem por meio dos conteúdos trabalhados e também pelas relações estabelecidas. No planejamento escolar, professor e professora devem selecionar os conteúdos de acordo com: primeiro, com relação à curiosidade dos alunos sob forma social e cultural, destacando valores de relacionamento entre pessoas; segundo, pelos PCN's que englobam a cidadania como meta de trabalho.

Para Macedo:

Essa disciplina procura desenvolver o conhecimento como resultado de uma construção humana, baseada na interação dos contextos natural, social e cultural. Dessa forma, o ensino não será uma ciência imutável, mas sim, uma disciplina globalizadora de novos conhecimentos produzidos a partir da resolução de problemas científicos e tecnológicos, gerando saber em favor da cidadania. O cidadão bem formado, dotado de suas plenas capacidades, habilidades e competências, precisa compreender o mundo, através das metodologias, das estratégias e técnicas oferecidas que visa enfatizar a comprovação, a justificativa de resultados, a criatividade, a iniciativa, a coletividade e autonomia do educando em favor de sua própria construção.¹²⁰

O autor afirma ainda que é importante destacar que decisões sobre questões políticas e sociais devem estar associadas a leituras críticas e interpretações informais, sem explorar posição pessoal. Estas, não podem ser contraditórias, o

¹¹⁹ DOWBOR, 1995, p. 35.

¹²⁰ MACEDO, L. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. n.p.

discurso deve estar de acordo com o comportamento ou atitude. A interpretação de informações atuais deve incluir dados estatísticos divulgados pelos meios de comunicação. Isto é necessário para exercer cidadania, usando o cálculo, as medidas e o raciocínio de forma argumentativa e direta.

O ensino da disciplina deve estar fundamentado na formação do cidadão, juntamente com conceitos do cotidiano. Ao trabalhar uma pesquisa eleitoral, calcular o salário, escolher um tapete para a sala, utilizar um computador ou comprar pães, as pessoas aplicam conceitos numéricos, operam com números diversos, fazem medidas e raciocinam de forma lógica e coerente. Essas habilidades devem ser adquiridas ao longo da vida escolar, desde as primeiras séries, pois estão presentes no contexto social em que as pessoas estão inseridas.

4.3 O PROCESSO DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Diante do quadro atual em que é constantemente demonstrada a expansão da violência escolar, entende-se que é necessário buscar outras formas de lidar com a existência de ocorrências que demandam práticas de violência no âmbito da escola, o que perpassa pelo processo de formação continuada dos profissionais de educação, a fim de que a preparação desses atores educacionais auxilie nas suas práticas educativas, sobretudo no que se refere ao viável tratamento que é possível se dá ao enfrentamento das ações relacionadas à violência escolar. Neste sentido proponho o uso da estratégia da mediação de conflitos escolares que tenham um cunho de violência praticada no âmbito escolar.

Na origem da palavra a mediação, segundo Ferreira, é um processo por meio do qual se buscará estabelecer uma negociação entre as partes envolvidas no conflito. No caso em questão, em conflitos que envolvam violência escolar.¹²¹

Corroboro com o autor em questão e acrescento que a mediação é um processo por meio do qual ocorrerá a administração extrajudicial do conflito, as partes nele envolvidas são auxiliadas na reconstrução comunicacional, onde elas próprias são convidadas a lidar com seus conflitos, trata-se de uma autocomposição de litígios,

¹²¹ FERREIRA, M. B. **Ser professor:** construção de identidade em processo auto-formativo. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2009. Dissertação, 129p.

em que se busca uma negociação por meio de acordo cujo principal objetivo é a restauração da paz social em que as partes sentem-se satisfeitas e contempladas em seus interesses e, sobretudo estão conscientes de que colaboraram para o restabelecimento da harmonia entre elas e com o meio social.¹²²

No entender de Galdino:

A mediação de conflitos inaugura um modo diferenciado de lidar com os conflitos no espaço escolar, pois altera a forma como gestão, professores, alunos e comunidade se relacionam e configura-se como uma tentativa de enfrentamento dessa problemática de forma consciente com vistas à melhora do processo educacional, envolvendo todos os atores escolares, com base nas práticas preventivas que deveria ser o cerne de propostas e projetos que envolvem a mediação de conflitos. No entanto, para que de fato haja o sucesso esperado, quando tratamos da mediação de conflitos a atuação deve se dar em rede, ou seja, não deve a mediação de conflitos escolares ser entendida como tarefa isolada de apenas um ator escolar, o professor mediador escolar, mas deve se dar com o envolvimento e articulação dos diversos atores que estão envolvidos nesse processo, buscando o entendimento de que os conflitos, em suas diferentes manifestações, fazem parte da natureza humana, e, nessa mesma linha de pensamento, os conflitos escolares não existem apenas para serem combatidos, [...] ao contrário, podem ser, de acordo com o modo que são geridos, propulsores de uma gestão democrática e o mote para uma convivência mais harmoniosa entre alunos/alunos, alunos/professores, tendo em vista a pluralidade de interesses que envolvem as relações humanas, tomando-se uma ponte para mudanças de valores que devem estar presentes na construção da tão almejada cidadania.¹²³

Nessa mesma linha de raciocínio, traz-se para o diálogo, Luiz Alberto Warrat, que originariamente promove uma forma específica de Mediação de Conflitos perfeitamente articulada com as formas de interação social existente nas escolas no que concerne a necessária sensibilidade no trato das questões interpessoais no que se refere ao restabelecimento da harmonia no ambiente escolar.

Para Warat:

A mediação que realiza a sensibilidade é uma forma de atingir a simplicidade do conflito. Tenta que as partes do conflito se transformem descobrindo a simplicidade da realidade. A mediação com sensibilidade é uma procura da simplicidade. Contudo, a mediação, comprometida com a sensibilidade, rejeita o valor da conflitividade interior. Não descarta o valor positivo do conflito com o outro, porém não aceita como boa uma atitude interna conflitiva. As pessoas têm que estar com seus conflitos internos resolvidos. Quem não resolve seus conflitos internos, não pode ficar aberto ao amor, não pode amar, não pode inscrever o amor no meio do conflito.¹²⁴

¹²² REIS, C. de S. (2021). A importância da mediação escolar como promotora de uma cultura de paz. *J² - Jornal Jurídico*, 4(1), 061-076. Disponível em: <https://doi.org/10.29073/j2.v4i1.348>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²³ GALDINO, R.C.A. Mediação de conflitos na escola: pontos e contrapontos. *Revista Educação-UNG-Ser*, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: revistas.ung.br. Acesso em: 12 out. 2021, p. 21.

¹²⁴ WARRAT, L. A. Surfando na Pororoca. *O Ofício do Mediador*. V. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

Sobre esse prisma para que o processo de mediação de conflitos seja eficazmente aplicado no tratamento das ocorrências de violência escolar é necessário antes de tudo valorizar o lado positivo do conflito como forma de simplificá-lo por meio da sensibilização das partes envolvidas, o que reclama por fazer com que elas reflitam sobre seus conflitos internos a ponto de consequentemente procurar resolvê-los.

Na mediação há um estabelecimento de acordo democraticamente negociado entre as partes, comprometendo ambas a cumprirem o quanto acordado. Há um grande diferencial entre o processo de mediação de conflitos e a tomada de decisões mediante a existência de violências nas escolas. Enquanto nesta a palavra final é a de quem está hierarquicamente no comando da negociação, naquela o mediador é um ouvinte, incentivador e motivador das partes para que através da sensibilização o conflito seja simplificado a ponto das próprias pessoas envolvidas sugerirem as cláusulas do acordo de forma que as insatisfações sejam minimizadas e, com isso, a possibilidade de cumprimento da negociação seja otimizada.

Para o autor o processo de mediação com sensibilidade é um estado de amor que em nenhuma hipótese se confunde com o ego. Na sua visão o ego e a mente são responsáveis por tornar os conflitos amargurados e violentos uma vez que a ira se origina na mente e no ego. Assim ego e mente criam os conflitos no interior do indivíduo e o impede de conhecer o sentimento do amor. Deste modo, quando vítimas de um conflito gerado por outra pessoa, ego e mente trata de instalar em nosso interior uma conflitividade egoística que melodramaticamente se multiplica. A mente promove sentimentos negativos como a vingança, os medos, a ansiedade, o ciúme, as mágoas e os ressentimentos que poluem os sentimentos positivos, ofuscam o sentimento de amor e faz aflorar o conflito interior de ambos os polos da relação conflituosa.

Trazer a simplicidade do conflito durante a mediação consiste em possibilitar as partes envolvidas em ocorrências conflituosas, conhecerem o funcionamento da instalação do conflito interior para que, a convite do mediador possam, voluntariamente, esvaziar suas mentes dos sentimentos negativos para dar lugar ao afloramento dos sentimentos positivos relacionados à afetividade, sobretudo o sentimento do amor.

Trata-se, assim, de um processo de auto mediação em que as partes a serem mediadas precisam estar destituídas de seus conflitos interiores para poderem livremente estabelecer acordos que visem solucionar o conflito no qual se encontram envolvidos num determinado momento.

Desse modo decorre a necessidade daquelas pessoas aprenderem a se automediarem a fim de resolverem seus conflitos internos e, assim, estarem abertas e disponíveis para aderirem ao processo de mediação quando, porventura, estiverem envolvidas num conflito, quer sejam como agressores quer sejam como agredidos. Nota-se que o primeiro passo nessa direção já foi dado, na medida em que assumem que a origem da violência escolar, conforme Warrat está nas pessoas, sejam quais forem, as quais trazem consigo conflitos internos oriundos da sua relação de interação nos ambientes em que quotidianamente convivem.¹²⁵

Com base nesses dados proponho que a aprendizagem sobre mediação de conflitos faça parte da grade curricular da formação de docentes, sobretudo daqueles que lidarão com o preparo educacional dos estudantes da educação básica até o nível médio, haja vista que a ocorrência de violência escolar está acentuadamente presente em Instituições de Ensino, principalmente nas que se dedicam a formação de estudantes de Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Para os professores e professoras que já exercem suas atividades laborativas com estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio, assevero a necessidade de participarem de curso de formação de mediadores de conflitos, cujo foco será centrado na mediação de conflitos escolares com o objetivo geral de minimizar as ocorrências de conflitos existentes no ambiente escolar dentro e fora do espaço da sala de aula, com o intuito específico de formar cidadãos aptos para enfrentar os desafios conflituosos da sociedade a partir da automedicação como processo inicial fundamental para participação na mediação quando esta envolver várias partes do conflito.

Por haver plena compatibilidade entre o pensamento de Luiz Alberto Warat e Reuven Feuerstein sobre o processo de mediação, embora, respectivamente, um trate de processo de mediação de conflitos e outro de processo de aprendizagem mediada, ambos são úteis para formar originariamente e continuamente os docentes em

¹²⁵ WARRAT, 2004. n.p.

preparação profissional para lidarem com o processo de ensino-aprendizagem e aqueles que rotineiramente já labutam com a educação de crianças, jovens e adultos.

Valho-me da Teoria da Aprendizagem Mediada como proposta a ser utilizada durante a formação de professores e professoras, principalmente para incorporarem a teoria e a prática da mediação de conflitos escolares calcada na espiritualidade que se expressa por meio de cuidados essenciais para com todos os envolvidos no desenvolvimento educacional dos discentes. Responsabilidade que deve ser absorvida por toda comunidade escolar. Tal proposição é válida, por entendermos que a existência da violência na escola, tem atrapalhado a consecução com qualidade dos atos de aprender e ensinar.

Essa mesma violência escolar ainda tem o condão de promover distorções na formação do caráter de alunas e alunos em formação, na certeza de que é salutar se aprender a aprender por meio do entrelaçamento da teoria e da prática de assuntos apreendidos pelos docentes na academia e de conhecimentos sobre exercícios que elevam as espiritualidades humanas a serem também por eles incorporados e multiplicados nas comunidades escolar e extraescolar em prol do êxito da qualificação do processo educacional rumo a boa formação cidadã de docentes, alvos do sistema educacional.

5 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADA

Não há que se falar em formação humana sem processo de aprendizagem. Por conta disso, a mediação exerce inestimável aspecto na interação entre mestre e aprendiz. Em relação às instituições de ensino a existência da mediação de conflitos se articula plenamente com a mediação do ensino. Estudar como este se processa no cérebro humano é de importância crucial para que a educação evolua em escala ascendente.

Nas próximas linhas, refletir sobre o pensamento de Feuerstein e articulá-lo com outros autores clássicos, irá possibilitar um mergulho profundo e eficaz para a compreensão dos processos de aprendizagem mediada e de mediação de conflitos na escola.

O processo de aprendizagem mediada, para que seja plenamente eficaz, requer a incorporação de toda a comunidade escolar, sobretudo daqueles diretamente responsáveis pela aplicação, acompanhamento e desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes por meio do ensino. Gestão escolar, coordenação pedagógica, psicopedagogos e docentes. Todos empenhados em atender os discentes, alvos da devida atenção de toda a comunidade escolar cujo desempenho escolar servirá de parâmetro para o constante planejar pedagógico.

Como há de se observar a intervenção psicopedagógica inclui prioritariamente o diagnóstico da instituição escolar, que dará ao especialista e a toda comunidade da escola o mapa do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Obviamente não há que se perder de vista a interação da formação dos discentes, mediadores, facilitares e multiplicadores deste processo. Especialistas da psicopedagogia devem, estudiosos e estudiosas da aprendizagem devem atuar preventivamente em relação aos obstáculos que prejudicam o processo de aprender, afirma Miranda.¹²⁶

Na perspectiva de Feuerstein:

O mediador enriquece a interação criança- ambiente com ingredientes que não pertencem à situação imediata e sim a um mundo de significados e intenções derivado de gerações, significações, atitudes, valores e objetivos culturalmente transmitidos.¹²⁷

¹²⁶ MIRANDA, L. S. L.; SILVA, J. L. S. da; CAPINA, L.; SOUZA, M. C. R. de. Proposta de prevenção na aprendizagem mediada por tecnologias no ensino fundamental II, apoiada pela psicopedagogia e estudos sociais da ciência e da tecnologia. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Vol. Sup. n. 43\ e483. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas. E483.2020>. Acesso em: 01 nov. 2021.

¹²⁷ FEUERSTEIN, Reuven, Aprendizagem Mediada dentro e fora da sala de aula. Programa de Pesquisa Cognitiva. **Divisão de Educação Especializada da Universidade de Witwatersand**.

No ambiente de sala de aula e para qualquer aspecto da mediação faz-se necessário à abordagem dos critérios da aprendizagem mediada também conhecida como EAM (Experiência de Aprendizagem Mediada) que são assim, por aquele mesmo autor, definidas:

a) Intencionalidade e reciprocidade

Define-se intencionalidade como um desejo íntimo, algo que se deseja e reciprocidade concretiza-se como um impulso de retribuição, na sala de aula o professor pode convidar a todos para observarem algo e a partir de aí iniciar suas intervenções, ao contrário de esperar que os próprios alunos iniciem a interação com o estímulo. Para que haja reciprocidade é preciso que os estudantes dialoguem com o professor ou professora por meio de perguntas e respostas.

b) Significado

É o princípio energético e emocional que exige do mediador a garantia de que o estímulo que está apresentando atinge a criança. Na sala de aula é importante esclarecer aos alunos e alunas e o valor das matérias e utilizar comportamentos não verbais (tom de voz, expressão facial) para dar significado.

c) Transcendência

É a capacidade de usar os princípios, conceitos ou estratégias para situações além do problema atual. Na sala de aula o potencial da transcendência fica limitado quando o foco está nos fatos e na mera repetição decorada desses fatos e quando o conhecimento é fragmentado e compartimentado. Por isso faz-se necessário que o professor relacione o assunto da lição com outras matérias e assuntos futuros, ênfase no “por quê?” “como?”.

d) Competência

É o processo de construção do conhecimento que envolve o desenvolvimento da autoconfiança assim como o fortalecimento do pensamento independente, busca instigar o educando levando-o a uma crença positiva de sua capacidade e a perseverança. Na sala de aula o professor pode motivar seu aluno através de estímulos adequados ao seu nível de capacidade, tornando explícitas as estratégias

usadas pelo mediado que resultam numa experiência bem-sucedida, além de focar e explicitar as etapas de uma atividade concluída com sucesso, assim para os alunos o progresso que estão tendo e mesmo que os resultados não sejam satisfatórios o professor e a professora respondem de forma positiva.

e) Autorregulação e Controle de comportamento

É o encorajamento da criança a ser responsável por sua aprendizagem e comportamento. Consiste em ensiná-las a pensar sobre sua própria forma de pensar. Na sala de aula é importante enfatizar a autodisciplina, refletir sobre o comportamento dos alunos, demonstrar uma estratégia para a resolução dos problemas e incentivar para que os alunos avaliem seus próprios trabalhos.

f) Compartilhamento

É a necessidade mútua de cooperação num nível afetivo e cognitivo de interação social, o mediador compartilha ideias e sentimentos, encorajando o mediado a fazer o mesmo. Os profissionais de educação devem encorajar alunos e alunas a se ajudarem e a ouvirem uns aos outros além de proporcionar trabalhos em grupo.

g) Individuação

É a ênfase na diversidade das pessoas, encoraja a autonomia e a independência, percebe cada ser como único e as diferenças entre as pessoas. Os docentes devem aceitar respostas divergentes e valorizá-las, permite que estudantes escolham algumas atividades, enaltece os aspectos positivos da multiplicidade cultural e das diferenças ideológicas e religiosas.

h) Planejamento de objetivos

Baseia-se na iniciativa de educandos de estabelecerem e procurarem alcançar seus objetivos mediante encorajamento e estabelecimento dos meios que serão utilizados para o alcance desses objetivos. Crianças impulsivas possuem desejos imediatos e por isso precisam aprender a adiar sua recompensa ou planejar em longo prazo. Assim o professor deve encorajar nos discentes a necessidade de estabelecerem objetivos reais, a perseverança, a paciência e a diligência pela busca do objetivo.

i) Desafio

É a motivação para tentar algo novo, a superação do medo do desconhecido e a resistência a algo difícil ou incomum. Na sala de aula profissionais de educação podem propor situações novas, complexas e desafiadoras de acordo com a

competência deles, podem estimular a criatividade, apresentando tarefas não convencionais para educandos num clima de livre julgamento, citar exemplo de pessoas bem sucedidas frente aos desafios os encorajar a buscarem vencer suas próprias limitações.

j) Automodificação

Consiste na consciência que todos somos mutáveis e para isso necessitamos sair da “zona de conforto”, uma área em que o nível de competência não é desafiado. Quando se reconhece a automodificação torna-se mais fácil reconhecer as mudanças e a aceitação a essas mudanças torna-se bem-vinda.

Na sala de aula educadores devem encorajar a autoavaliação do progresso individual de seus educandos assim como os ajudar a monitorar sua automodificação.

Durante a mediação um dos objetivos básicos é a construção de habilidades e aquisição de competências primordiais para a vida. A concepção de competência surge do latim *competentia*, que significa proporção, simetria. Como afirma Perrenoud:

A noção de competência refere-se à capacidade de compreender uma determinada situação e reagir adequadamente frente a ela, ou seja, estabelecendo uma avaliação dessa situação de forma proporcionalmente justa para com a necessidade que ela sugerir a fim de atuar da melhor maneira possível.¹²⁸

As competências manifestam-se como um conjunto de habilidades articuladas derivadas de um processo de equilíbrio, ela resulta de uma conexão entre as habilidades e as aptidões que possuímos e que acionamos para buscar um novo patamar de equilíbrio, pois quando nos desequilibramos mesmo que temporariamente há uma transformação a ser processada e conseqüentemente uma evolução. Durante o processo de mediação ocorre o estabelecimento de comparações, relações de semelhanças e diferenças que culminam num processo de equilíbrio e aprendizagem.

O desenvolvimento de competências envolve a construção de esquemas por parte de docente-mediador e do discente-aprendiz. Docentes constroem seus esquemas de conhecimento, fato que pode propiciar que seus discentes também os construam. As competências são formadas passo a passo, segundo um processo de construção contínuo, que ocorre a partir de interações interpessoais e intrapessoais que culminam em inserção e responsabilidade social.

¹²⁸ PERRENOUD, P; THURLER, M. G. *et al.* **As competências para ensinar no século XXI.** A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002, p. 64.

Perrenoud, “[...] a individualização e a diversificação dos percursos de formação, de forma que a criança seja o centro da ação pedagógica e possa, assim, desenvolver competências que eduquem para a cidadania”.¹²⁹

Nesse sentido, as pessoas resolvem problemas em um contexto de tomada de decisões, de enfrentamento que admitem alternativas, julgam seus próprios atos ou consequências previsíveis isso decorre de um comprometimento e responsabilidade pelo que fazem e pelas circunstâncias que caracterizam os seus afazeres.

As máquinas não julgam o que realizam, por isso podem ser manipuladas por motivos diferentes. Tratar os discentes como máquinas é esperar que eles fossem robôs, que tenham memória de máquina, que tratem o conhecimento como jogo de informações, que tratem cálculos como forma de processar e não como meios para outros fins. Apenas ofereçam respostas diante dos estímulos sem que para isso necessitem comparar, estabelecer diferenças ou questionar sobre determinado fato ou objeto. Afirma Perrenoud.¹³⁰

No contexto de uma avaliação, no pensar de Perrenoud, a situação-problema instiga discentes a tomarem decisões após análise da situação proposta e como instrumento avaliativo devem compor um sistema fechado (ciclo) no sentido que os leva a percorrerem o seguinte caminho:

- 1) alteração (cria desafio, exige leitura ou observação);
- 2) perturbação (mobilização de recursos frente ao problema);
- 3) regulação (consiste no que se pode fazer para a retomada do equilíbrio);
- 4) tomada de decisões (escolha da melhor alternativa ou forma de compensação perfeita, pois recupera o ciclo rompido pela perturbação provocada pela questão).

Um sistema aberto no sentido de que propõe trocas ou elementos de reflexão que transcendem os limites da prova.

Para que haja êxito na aplicação do processo de aprendizagem mediada por educadores, é necessário que estes compreendam como a sua mediação é processada por estudantes. Neste sentido, Feuerstein aponta doze princípios por meio dos quais ocorre a aprendizagem de base cerebral.

¹²⁹ PERRENOUD, 2002. n, p.

¹³⁰ PERRENOUD, 2002. n, p.

5.1. APRENDIZAGEM DE BASE CEREBRAL E A DOCÊNCIA

No que se refere à aprendizagem, é imprescindível destacar o olhar docente para com seus discentes, o que permite direcionar interativamente professores e professoras, desde as suas formações para voltarem suas atenções para o desenvolvimento intelectual insatisfatório durante a aprendizagem dos seus estudantes, sinalizar para equipe gestora que investigará as causas na perspectiva de saber o fundamento da não aprendizagem desejada assenta-se no cérebro dos seus alunos, com o objetivo de, a partir de um planejamento específico para questão encontrada criar possibilidades viáveis de promoção de aprendizagem para alunos e alunas com diagnóstico de aprendizagem insuficiente.

Como assevera Conceição:

Destacamos ainda que o processo de formação tenha uma concepção relacionada sempre a possibilidades e não a limitações e regras preestabelecidas. Isso coaduna diretamente com a perspectiva da significância, pois permite espaço para reflexões por parte do professor e do aluno. Essa discricionariedade entre formação e significância, possibilita e oportuniza o professor, a trilhar vários caminhos possíveis no campo metodológico e no espaço da neurociência.¹³¹

Segundo Reuven FEUERSTEIN são doze os princípios da aprendizagem de base cerebral, os quais são de fundamental relevância para viabilizar um processo de aprendizagem que tenha por fito promover e emancipar estudantes por meio da utilização de uma metodologia que tenha como centro o aprendiz e como educadores-mediadores os profissionais da educação, responsáveis por motivar os estudantes a sentirem prazer em aprender sempre e enfrentarem cada vez mais novos desafios.¹³² Além de compreender esses princípios é relevante saber como podem ser utilizados durante o exercício da docência.

a) O cérebro é um processador paralelo

Com base nesse princípio, educadores devem ter a sensibilidade necessária para ter uma percepção geral sobre o perfil da turma que está mediando à aprendizagem no sentido de criar um ambiente propício à apreensão do conhecimento

¹³¹ CONCEIÇÃO, H.; AMORIM, A. A Neurociência e a aprendizagem significativa atuando na formação do educador da Educação de Jovens e Adultos. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 30 jun. 2021. Disponível em: [DOI:https://doi.org/10.46866/jossh.2021.v4.n1.96](https://doi.org/10.46866/jossh.2021.v4.n1.96). Acesso em: 01 nov. 2021.

¹³² FEUERSTEIN, R., **Aprendizagem Mediada dentro e fora da sala de aula**. Programa de Pesquisa Cognitiva. Divisão de Educação Especializada da Universidade de Witwatersand. África do Sul. Mandia Mentis; Coordenação. Tradução de José Francisco Azevedo. Instituto Pieron de Psicologia Aplicada. São Paulo, 1997.

que objetiva ser trabalhado em aula. O alcance deste objetivo será possível a partir do momento em que a aula é planejada para despertar na classe o interesse pelo tema a ser desenvolvido de modo que ele seja capaz de focar parte significativa da sua atenção e, portanto, do seu cérebro na aprendizagem.

b) A aprendizagem envolve toda a fisiologia

Segundo esse princípio o corpo, na sua completude, necessita estar bem para desempenhar com êxito o seu processo de aprendizagem. Assim, a manutenção da saúde física, psíquica e mental é relevante para potencializar o cérebro e fazer com este órgão produza satisfatoriamente os estímulos provocados pelo processo de aprendizagem.

Nesse sentido docentes-mediadores deverão ter uma ideia de como está à saúde dos seus mediados a fim de que possa sinalizar para a equipe gestora do colégio sempre que houver necessidade de intervenção dos educadores junto aos pais ou as instituições especializadas em tratar algum distúrbio que tenha como causa alguma patologia que impeça o estudante de progredir nos estudos.

Outra questão importante apontada por esse princípio é a necessidade que tem educadores e educadoras de investigar as causas do fracasso escolar de alguns estudantes, a fim de que possam dar novas oportunidades aqueles que, por motivo de apresentarem sintomas patológicos, ainda que momentaneamente, tenham fugido do seu próprio padrão escolar e por isso chegaram a perder a primeira unidade em algumas matérias por causa de um declínio na absorção da aprendizagem, fato que jamais teria ocorrido se este estivesse em seu estado de saúde normal e estável.

c) A procura por significado é inata

Com este princípio incorporado, educadoras e educadores precisam promover nas suas aulas uma metodologia que seja capaz de aguçar o pensamento e estimular as curiosidades de estudantes. Para isso é necessário que a mediação sirva de suporte para preparem suas aulas com intuito de causar impactos positivos em estudantes, estimulando-os a juntamente, investigarem as experiências pessoais do grupo e de cada um que se inter-relacionam com o objeto do conhecimento foco da aprendizagem mediada, a fim de que se possa dar significado ao tema trabalhado durante a abordagem da aula.

Sobre essa questão, Turra diz que:

De acordo com Feuerstein, para se produzir uma aprendizagem significativa torna-se imprescindível a dupla 'mediador-mediado' que, ao desenvolver os

critérios de mediação, possibilita a interação e a modificabilidade, já que é somente por meio da interação do sujeito com outros sujeitos capazes de mediar informações necessárias, estando estes sujeitos integrados a um meio ambiente favorável e estimulante, que o desenvolvimento cognitivo acontece.¹³³

Dessa forma o planejamento educacional, ao ser elaborado, precisa levar em consideração todo o processo de aprendizagem já absorvido pelos estudantes para que estes possam compreender suas experiências e ao mesmo tempo enriquecê-las com a apreensão de novos conhecimentos que de fato, darão novos significados ao que está sendo apreendido pelo cérebro.

Nesse contexto, professoras e professores enquanto mediadores do objeto do conhecimento e dos mediados (estudantes) têm a missão de preparar aulas cujos assuntos sejam contextualizados, de forma a dar significado conforme as experiências já adquiridas pelos estudantes.

Pode-se observar, portanto, que a contextualização das aulas irá propiciar as pessoas mediadas a possibilidade de estabilizarem e ao mesmo tempo ampliarem as suas aprendizagens com a incorporação de novas experiências promovidas pelos novos conhecimentos na medida em que as suas curiosidades foram plenamente descortinadas por meio de descobertas adquiridas com a investigação e apreensão destes conhecimentos.

d) A procura por significado acontece por padronização

Na qualidade de um grande sistema que funciona como um integrador e processador de diversas e distintas informações o cérebro para aprender trabalha com a padronização de tudo o que tem significado numa intensa rede de relações de experiências internalizadas. Busca, portanto, o aprendizado que lhe é familiar.

Deste feitio o educador deverá modificar a sua prática docente de modo a facilitar a padronização pela busca de uma aprendizagem significativa e adequada conforme a forma de assimilação pelo cérebro, na constante busca por uma aprendizagem enriquecida pelas experiências individuais e coletivas vivenciadas por estudantes.

¹³³ TURRA, N. C.; FEUERSTEIN, Reuven. "Experiência de Aprendizagem Mediada: Um salto para a modificabilidade Cognitiva Estrutural". São Paulo: **Revista de Educação**, 2007, p. 11.

Necessário se faz, portanto, que toda a aprendizagem mediada tenha como escopo o estabelecer de relações entre o que os estudantes já sabem e o conhecimento que precisam adquirir por meio de uma metodologia de aprendizado cujos assuntos sejam correlacionados e que proporcionem ao cérebro estabelecer seus múltiplos significados. Haja vista que esse relevante órgão do corpo humano assimila melhor o que lhe é familiar, por meio de uma sistemática de padronização.

e) As emoções têm importância crítica na padronização

O processo de padronização das informações se dá por meio da sua organização e da sua categorização segundo os critérios de significação e familiaridade com base nas experiências vivenciadas por estudantes. Assim, o cérebro atua conforme as emoções que são as molas propulsoras que impulsionam a aprendizagem.

Dessa forma verifica-se que o trabalho coletivo é o que mais contribui para fomentar o processo de padronização pelo cérebro, uma vez que além de aguçar as emoções serve de fundamento para demonstrar a relevância da atividade social.

Em relação à aprendizagem na sala de aula docentes devem ter em mente que é preciso criar atividades que envolvam estudantes numa busca coletiva e harmoniosa pelo conhecimento, a qual favorece o trabalho em equipe e a apreensão de conhecimentos socialmente construídos.

Com a produção coletiva de conhecimentos, há que se levar em consideração a inevitável interação entre cognição e emoção, indubitavelmente ambas as qualidades perpassam por toda a atividade realizada coletivamente.

f) Todo cérebro simultaneamente cria partes e todos

Com a compreensão de que o cérebro trabalha simultaneamente com seus dois hemisférios, educadoras e educadores devem planejar atividades baseadas em estratégias que estimulem o raciocínio e auxiliem as e os estudantes a pensarem sobre as questões que estão sendo trabalhadas em aula, utilizando-se dos diversos tipos de recursos para despertarem a curiosidade de aprender sempre mais por meio de, por exemplo: filmes, jogos, músicas, imagens através dos quais eles possam interagir durante a aprendizagem conforme as inferências realizadas por cada um ou por uma equipe de trabalho.

g) A aprendizagem envolve tanto a atenção concentrada como a percepção periférica

Este princípio, mais uma vez, remete-nos a ideia de que todos os e as docentes devem estar atentos para que no planejamento pedagógico e na execução das aulas o ponto de partida seja o trabalho contextualizado, fundamentado em explicações que despertem estudantes para a busca por significados e pelo estabelecimento de relações conforme as experiências individuais e coletivas de cada um e das comunidades escolar e extraescolar, a fim de que estes possam ser formados com o intuito de serem agentes interventores nos problemas existentes na sua comunidade de forma a sugerir e a atuar nas ações capazes de preveni-los, minimizá-los e até dirimi-los.

Conforme afirma Libâneo:

Não se trata, apenas da transmissão unilateral dos conteúdos culturais. Antes se trata de conteúdos vivos, atualizados, articulados criticamente com as realidades sociais presentes, selecionados entre os bens culturais disponíveis em função do seu valor cultural, formativo e instrumental. Um saber crítico não somente valorizando o significado humano e social da cultura, mas também contribuindo para desvelar as contradições da estrutura social que sustenta as relações sociais vigentes.¹³⁴

Sobre prisma, é preciso pensar numa educação que extrapole os muros da sala de aula e da escola com o objetivo de formar pessoas para exercitarem a cidadania enquanto estudam e pesam sobre as diversas formas de prosseguir aprendendo com os desafios que a vida cotidiana e os ambientes que frequentam lhes oferecem. A pedagogia de projetos nos propõe uma ótima opção para promover atividades que visem aproximar as comunidades do entorno da escola para fazerem parte do processo coletivo de aprendizagem que ultrapassa as fronteiras que as separam.

h) A aprendizagem sempre envolve processos conscientes e inconscientes

Durante a atividade docente educadoras e educadores devem valorizar tanto o consciente quanto o inconsciente dos estudantes. Esta valorização diz respeito a consideração que pessoas regentes de classes escolares deverão ter quando educandas e educandos participam ativamente das aulas com suas intervenções, ainda que o assunto abordado por elas e eles não faça parte diretamente do conteúdo da aula, mas que guarda uma relação de significados com as suas experiências e o seu aprendizado por meio dos sinais trazidos pelos seus inconscientes.

¹³⁴ LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. Ed. Goiânia, 2005. p.95.

Outra questão muito relevante que ocorre nas salas de aula é a recepção dos questionamentos feitos por estudantes, os quais deverão ser motivados, recepcionados e trabalhados uma vez que algumas questões podem estar relacionadas a aprendizagem não adquirida de forma consciente, mas que absorvida pelo inconsciente encontrou somente agora motivação para eclodir e passar para o conhecimento consciente.

i) Temos pelo menos dois tipos de memória: um sistema de memória espacial e um conjunto de sistemas para memória mecânica (aprender de cor)

À medida que educadoras e educadores tomam consciência de que o cérebro funciona com dois sistemas, um de memória espacial que proporciona recordação imediata das experiências e outro classificatório da memória cujas informações se prestam a tão somente memorizar e decorar as informações, as quais se processam para atingir apenas uma meta, promover estudantes que se desempenharam bem nas avaliações e reter aqueles com rendimento insatisfatório para aprovação, sem que tenha havido de fato a aprendizagem, caberá por parte daqueles docentes uma mudança de postura frente às suas práticas em sala de aula.

Com esse entendimento quaisquer docentes precisam trabalhar com o sistema classificatório apenas como uma ferramenta a ser utilizada para se obter a aprendizagem baseados no sistema de memória espacial que viabiliza a aprendizagem na medida em que traz à tona as experiências, estabelece novas conexões com as informações apreendidas, dão novos significados ao aprendido e fazem com que o cérebro trabalhe permanentemente na sua totalidade.

j) O cérebro entende e lembra melhor quando os fatos e as habilidades estão encaixados na memória espacial natural

Este princípio se compatibiliza perfeitamente com o princípio nove. Neste sentido os educadores precisam trabalhar com estratégias que torne as suas aulas mais significativas para os estudantes. Assim, devem-se levar em consideração o ambiente no qual as aulas são compartilhadas, a relação entre os assuntos abordados e as experiências de educandas e educandos, além da necessidade de motivar o cérebro a atuar com seus dois sistemas: memória espacial natural e classificatório, com ênfase para o primeiro, uma vez que é este o responsável pelo processo de aprendizagem.

Daí a necessidade de sempre haver a aprendizagem mediada por professoras e professores a partir da qual as pessoas mediadas entendem a necessidade se serem partes integrantes da aprendizagem uma vez que quem medeia e quem é alvo da mediação caminham juntos numa mesma linha de raciocínio cujo objetivo primordial é estabelecer conexões cerebrais a partir de estímulos propostos por questões que estimulem e desafiem pensamentos, sem que haja necessidade de impor conhecimentos de alta ameaça (conteúdos tão difíceis que vão para além da capacidade cognitiva de estudantes no momento em que são ministrados).

k) A aprendizagem é melhorada com desafios e inibida com ameaças

Antes de tudo este princípio nos adverte que profissionais docentes devem ter consciência do que são enquanto pessoas, enquanto profissionais responsáveis pela educação de estudantes e por isso mesmo, enquanto autocríticos a ponto de saberem a amplitude e a limitação do seu trabalho numa constante busca de autoavaliação e replanejamento das suas aulas a fim de darem sempre o melhor de si pela qualidade da educação.

Com esse ponto de vista, esses profissionais devem prestar máxima atenção para que nas suas atividades o foco seja qualificar estudantes para fazer frente aos desafios com base em conteúdo de baixo teor de ameaça (conhecimentos proporcionalmente conformes a capacidade cognitiva de apreensão de estudantes em momentos oportunamente apreendidos), a fim de que os educandos se sintam estimulados e possam estabelecer novas conexões cerebrais para absorverem novas informações, relacioná-las com as já existentes e propiciar o processo de aprendizagem.

No entanto, um dos fatores que mais concorrem para causar déficit de aprendizagem nos estudantes é a existência de um ambiente ameaçador, sobre tal questão, o pesquisador Feuerstein, assevera que:

Muitas crianças vão para a escola com a marcha reduzida porque vêm de um ambiente ameaçador. Há ameaças no lar - as relacionadas ao abandono de uma forma ou de outra são provavelmente as mais destrutivas de todas. As crianças de lares estáveis podem reduzir a marcha um pouco e ficar bem. As crianças que vêm de um lar onde haja instabilidade e um sentido de abandono não podem reduzir a marcha temporariamente. Elas precisam de mais estabilidade em sala de aula.¹³⁵

¹³⁵ FEUERSTEIN, 1997, p. 301

Os educadores devem, portanto, estar atentos aos sinais apresentados pela classe de ensino no intuito de verificar se há algum tipo de ameaça imposta aos educandos no ambiente do colégio, da sala de aula e, ainda, nos ambientes frequentados como, por exemplo, em suas residências, com o objetivo de estabelecer estratégias para trabalhar com a classe, sobretudo com aqueles estudantes que não aprendem em virtude de vivenciarem ambientes ameaçadores que os impede de se dedicar e sentir prazer nos estudos. Uma das formas apontadas por aquele mesmo autor é trabalhar com técnicas de relaxamento capazes de eliminar o estresse.

Existem diversos estilos de aprendizagem e formas individuais de padronização

Cabe a educadoras e educadores saber que há diversas formas de se adquirir a aprendizagem e que esta se relaciona com vários e individuais modos de padronização. Deste feitio é necessário saber como as pessoas aprendem para promover a apreensão do conhecimento de modo mais preciso e significativo.

Nesse sentido necessário se faz a apreensão e incorporação educadoras e educadores dos cinco temas que se trabalhados em sala de aula poderão tornar o processo de aprendizagem cada vez mais eficaz, quais sejam: Memória e estrutura do conhecimento; Análise de resolução de problemas e raciocínio; Fundamentos anteriores; Processos metacognitivos e capacidades de autorregulação e Experiência cultural e participação na comunidade assevera Bransford.¹³⁶

5.2 APRENDIZAGEM MEDIATIZADA NA SALA DE AULA

Na aprendizagem mediatizada mediadora e mediador situam-se entre os e os aprendizes e os estímulos que podem ser o próprio mundo que os cercam, sinais, imagens, objetos, tarefas, problemas, eventos, etc. de maneira que ocorra seleção, interpretação ou mudança, por meio de estratégias interativas para produzir significado e evolução. Na interação mediatizada ocorre não apenas uma experiência, mas uma vivência da situação. Assim quem medeia deve proporcionar situações que

¹³⁶ BRANSFORD, John D.; BROWN, Ann L.; COCKING, RODNEY R. **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola**. Tradução Carlos David Szlak. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

envolvam a classe escolar mediatizada e de forma dinâmica que valorize suas estruturas cognitivas e os seus processos de apreensão de conhecimentos.

Sobre esse ponto de vista afirma Fonseca:

Sem mediatização, a experiência ou a informação é captada pelo mediatizado de forma difusa e fragmentada, pondo em risco a sua integração adequada. A mediatização pobre ou a sua privação tende a afetar as estruturas cognitivas da criança e do jovem, tornando-os assistemáticos e episódicos, não permitindo, conseqüentemente, que o seu comportamento seja elaborado de forma precisa e ajustada. [...].¹³⁷

As situações conflituosas que são propostas para o mediatizado levam a um desequilíbrio cognitivo que tem como objetivo buscar soluções que direcionem a uma tomada de decisão, que se bem articulada, favorecerá uma aprendizagem eficiente.

Sobre este ponto de vista, todas e quaisquer instituições que se propõem a administrar o processo de ensino e aprendizagem, devem ter como parâmetro a incorporação de uma educação que seja inclusiva.

Confirmando que a educação inclusiva deve ser vista e praticada como forma de promoção da igualdade e do relacionamento para com todos os estudantes, principalmente para os que possuem algum tipo de deficiência cognitiva, quaisquer que sejam as causas, com intuito de possibilitar o respeito mútuo e os direitos existentes na escola para as comunidades escolar e extraescolar de modo a propiciar ampla participação no processo de aprendizagem dos discentes independente das diferenças de desenvolvimento intelectual de cada um, assim afirma Carvalho.¹³⁸

Ressalta-se, ainda, que todas essas questões dizem respeito à necessidade de estabelecimento, no planejamento pedagógico, de uma política de educação inclusiva que proporcione aos estudantes plena satisfação de seus interesses no que concerne aos seus satisfatórios desempenhos intelectual escolar.

5.3 UMA NOVA MANEIRA DE APRENDER A SER CIDADÃO

A instituição responsável pela formação, necessariamente, deverá ter como ponto de partida o ensino direcionado à formação cidadã, uma vez que as pessoas humanas manter a

¹³⁷ FONSECA, Vitor. **Cognição, neuropsicológica e aprendizagem.** Abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis: Vozes, 201, p. 110-111.

¹³⁸ NASCIMENTO E. C. do; GEMARQUE, B. B. Educação Inclusiva: Experiências de sala de aula e metodologia de ensino em Geografia. **Revista Ciranda**, V. 5, N. 3, 2021. p. 27-33.

sua vida em sociedade por meio de relacionamentos interpessoais em que os exercícios de direitos e deveres estão intimamente articulados.

No que concerne a este pensar, a prioridade da aprendizagem destinada a formação para o exercício da cidadania tem possibilidade de dar nova motivação para interação daqueles que convivem na sala de aula, espaço peculiar para que docentes avaliem a existência ou não de relações cidadãs. De acordo com Koch.¹³⁹

Com esta perspectiva, Koch afirma que:

Por que o conceito de cidadania? Entendo, a partir da experiência e de estudos, que a cidadania é um conceito que permite temperar o pertencimento do estudante, quer dizer, o seu pertencimento junto a sua vida e seus estudos e também junto à sala de aula onde se encontra. Um novo olhar pode surgir na ênfase desse pertencimento, que pode reforçar o papel do sujeito histórico na sua história política. Esse novo olhar envolve, também, uma consciência cidadã que, na busca de um sentido, se revela ali na sala de aula. O que o professor faz em sala de aula tradicionalmente é construir edifícios de conhecimento com tijolos adquiridos, mas essa construção pode ser feita com novos tijolos, esses trazidos pelos estudantes e pelo professor. E o professor, assim, numa construção coletiva, ajuda a dar solidez à obra em construção.¹⁴⁰

Em meio a esta construção coletiva do conhecimento referida pelo autor, o espaço da sala de aula torna-se expressão do exercício da cidadania em que embora os papéis não se confundam, há uma interação cidadã por meio da qual docentes e discentes, cidadãos, interagem harmonicamente para objetivar a consecução de direitos e deveres necessários ao bom desenvolvimento do ensinar e do aprender coletivamente.

Para Gadotti, a escola deve ser uma instituição que prima por formação continuada de qualidade no preparo de pessoas para a prática cidadã – formadora de alunos capazes de viverem o exercício da cidadania.¹⁴¹

O ensino escolar deve ter como objetivo a formação de uma sociedade consciente, capaz de superar os desafios, ter clareza de ideias e opiniões, sendo capaz de exercer seus direitos e deveres em de liberdade e de igualdade para todos.

Além de fornecer conteúdos e habilitar a escola como centro de formação para a vida em sociedade, espera-se de cidadãs e cidadãos – mulheres e homens que

¹³⁹ KOCH, A. **Educação, cidadania e história**: a crise do ensino médio e o papel da universidade. Rui Vicente Oppermann, 2020.

¹⁴⁰ KOCH, 2020, p.164.

¹⁴¹ GADOTTI, 2000. n.p.

contribuam com a modernidade contemporânea. Para isso, a escola conta com a avaliação para verificação de avanços e insucessos. Luckesi relata:

Pais, sistemas de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de promoção/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, através da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes.¹⁴²

A avaliação não pode limitar as oportunidades. Professoras e professores devem ampliar os limites dos conteúdos para favorecer a criatividade das de estudantes. É necessário colocá-los como indivíduos sociais e políticos, sujeitos do processo.

Os maiores entraves a uma melhoria da educação têm sido o alto índice de reprovação e a enorme evasão. Ambos estão relacionados. Medidas dirigidas ao professor, tais como lhe fornecer novas metodologias são, sem dúvida, importantes, mas não têm um resultado desejado. É necessário dispor de um sistema de informações que permita descobrir os efeitos do sistema escolar com o objetivo de aprimorar a gestão da qualidade rumo à política educacional. Segundo Paro.¹⁴³

Naturalmente devem-se procurar instrumentos de avaliação de outra natureza daqueles que vem sendo erroneamente utilizados para testar estudantes, tais como provas, exames, questionários e similares.

De acordo com Veiga, o efeito de um sistema só pode ser avaliado por meio da análise do comportamento individual e social que resultou da passagem pelo sistema. Uma análise de impacto social aplicada ao comportamento dos indivíduos diante da sociedade como um todo.¹⁴⁴

A permanente modernização da gestão é fundamental e exige um repensar dos parâmetros de avaliação para que se possa levar em conta o sistema e a

¹⁴² LUCKESI, C. C. **Prática docente e avaliação**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: ABNT, Estudos e Pesquisas, 2001, p. 26.

¹⁴³ PARO, V. H. Eleições de diretores na escola pública. *In: Revista Brasileira de Administração da Educação*, n. 23 jan./jul. 1994.

¹⁴⁴ VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 5. Ed. Campinas: Papyrus, 1992. N.p.

criatividade individual e social num só conjunto – o que inclui o exercício pleno da cidadania e o aprimoramento material e moral dos setores produtivos.

As avaliações têm sido conduzidas através de testes, tanto de indivíduos como de sistemas e a resposta obtida é pouco explorável. A avaliação deve estar ligada à filosofia de educação, uma vez que a aprendizagem só é reconhecida quando está relacionada à capacidade de sobrevivência. A educação deve ser praticada como uma estratégia da sociedade em facilitar que o indivíduo atinja o seu potencial e colabore em diferentes ações na busca do bem comum.

6 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES À LUZ DA TEOLOGIA

A formação educacional deve incorporar, para além do desenvolvimento intelectual, no que concerne à apreensão de conhecimentos inerentes aos componentes curriculares, mas deve estar voltada para a evolução do homem e da mulher como pessoas humanas e dotadas de valores sobre os quais se assentam as culturas provindas da comunidade extraescolar e que são expressadas na comunidade escolar, sobretudo nos principais atores e atrizes sociais da educação, discentes e docentes. Suas relações com o mundo exterior à escola e com a comunidade onde eles se inserem são de fundamental relevância para o pleno êxito do processo educacional.

Os alarmantes graus de violência letal que ocorrem no Brasil, são provas cabais de como são realizadas a resolução de conflitos. A justificativa acerca desta metodologia nada tem a ver com mero descontrolo emocional nem tampouco com reação passional. Trata-se de ações previamente planejadas e executadas como forma de fazer justiça vingativa que gera mais violência haja vista que despreza as possíveis e necessárias tentativas de reconciliação e conseqüente transformação pessoal e social.

Para Von Sinner,

Diante da predominância de ações retributivas de justiça que parecem dar sustento a um clima favorável à violência, o desafio teológico consiste em redescobrir e promover uma noção diferente de justiça e reduzir a violência. No contexto do crescimento de todos os tipos de violência no Brasil, uma das tarefas da teologia pública é refletir e propor processos que poderiam romper a espiral da violência. Se não fosse assim, estaria em vigor a lei do talião 'olho por olho, dente por dente' (Mateus 5, 38). O perdão e a reconciliação são temáticas organizativas centrais para uma teologia pública em uma sociedade marcada por violência e vingança.¹⁴⁵

Como instituição social, a escola é influenciada por todas as ocorrências do seu entorno. Todas as pessoas que lá convivem carregam nas suas personalidades aspectos sociais e os reproduz em âmbito escolar. Não raro essas mesmas práticas retributivas de justiça são efetivadas em maior ou menor amplitude em ações que desencadeiam atos de violência na escola.

¹⁴⁵ VON SINNER, R.; WESTPHAL, R.E. Violência Letal, A Falta De Ressonância e o Desafio do Perdão no Brasil. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 94–107, 2021. Disponível em: http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/336. Acesso em: 8 nov. 2021.

Uma das principais personalidades que atrelou Educação com Teologia cujas ideias são válidas para o mundo contemporâneo foi Martim Lutero. Com este pensar, Lutero produziu na educação uma reforma global do sistema de ensino alemão criando a escola moderna, com relevo para as necessidades da leitura, compreensão e interpretação da Bíblia a fim de dar formação às pessoas, sem nenhuma discriminação ou distinção com o intuito de conhecerem a vontade de DEUS e acolherem os mandamentos bíblicos assevera Barbosa.¹⁴⁶

Desta forma, Martim Lutero prega a defesa da virtude da ética teológica, fundamentada no amor cristão. A articulação desta ética com a educação implica que o processo educacional não deve ter um fim em si mesmo. Para além disso, deve objetivar formar e qualificar pessoas cooperadoras para melhorar o mundo e, por conseguinte, as relações humanas Wachholz.¹⁴⁷ Independente de religião, crença ou profissão de fé vivenciadas, o relevante é que durante a formação educacional, educadores e educandos sintam-se espiritualmente preparados para conviver harmonicamente em sociedade.

A mediação de conflitos escolares iluminada e alicerçada pela teologia se contrapõe a toda e qualquer metodologia de justiça retributivas fundamentadas na vingança. Do contrário, tem como pilares o perdão, a concórdia e a reconciliação em que nenhuma das partes envolvidas em ações violentas nutram e convivam no seu íntimo com sentimento de culpa, frustração ou baixa autoestima. O objetivo proposto por este tipo de mediação é restaurar a dignidade das pessoas por meio da autmediação em que elas interajam entre si com ânimos de restabelecer a paz social em prol delas mesmas, da comunidade escolar e da sociedade.

Junghans, ao referir-se sobre a metodologia da teologia em Lutero, afirma que:

Lutero sabia que situações diferenciadas exigem decisões também diferenciadas, por isso lhe era importante capacitar o cristão para decisões adequadas em cada caso. No entanto, também não se intimidava em apresentar sugestões próprias. O método de Lutero, portanto, consistia num exame crítico à luz da Escritura Sagrada, não num desenvolvimento de

¹⁴⁶ BARBOSA, L. R.; BARBOSA, V. M. da S.; SILVA, J. B. de M. A Contribuição de Lutero para a Educação Confessional: Confessionalidade. Lutero. Ensino. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, v. 1, n. 1, p. 37- 42, 2019. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/4036>. Acesso em: 8 nov. 2021.

¹⁴⁷ WACHHOLZ, W. ÉTICA NO PENSAMENTO DE LUTERO: A SERVIÇO DA IGREJA, DA ECONOMIA E DA POLÍTICA. **Revista Paralellus**, Recife, v. 9, n. 20, jan. /abr. 2018, p. 199-214-022. Disponível em: doi: 10.25247/paralellus.2018.v9n20.p.199-214. Acesso em: 8 nov. 2021.

princípios ou normas. Uma teologia que queria construir a partir da experiência pode aprender alguma coisa neste ponto.¹⁴⁸

Embora reconhecesse a relevância dos exercícios espirituais por ele incorporado, Lutero sentiu a necessidade de reformular a teologia por meio da renovação da sua prática espiritual. A partir de Lutero houve a interação dos exercícios espirituais tradicionais desenvolvidos pelos pais e mães do deserto (monges e monjas) com a sua teologia reformatória por meio da reestruturação da sua prática pessoal. O fundamento da prática espiritual de Lutero tinha como base a sua própria concepção de ser humano limitando e dependente do divino, Butzke.¹⁴⁹

Em relação à educação espiritual apontada por Lutero como responsabilidade principal do pai de família, entende-se que com a evolução da sociedade no que concerne ao conceito de família e a função precípua de educá-la estão pulverizadas, atualmente a concepção de família vai para além do casal homem-mulher e filhos comuns a ambos.

Casais separam-se constantemente, formam outras famílias, filhos e filhas por muitas vezes sob a responsabilidade de outros parentes (avós, tias e tios, padrastos e madastras, enteados e enteadas) dentre tantas outras formas de constituição familiar como a socialmente considerada também família (pais e mães solteiros e solteiras com geração de filhos, independente segundo a sociedade atual, separados e divorciados) cuja a prole fica somente sob a responsabilidade de um dos divorciados ou divorciadas.

Nesse prisma, deve-se compreender que para o bom êxito do processo educacional para criação, manutenção e elevação espiritual dos entes queridos familiar, o que está em relevo é a relação afetiva fundamentada no amor incondicional que os une. Conforme afirma Sayão:

A ideia de família, para mim, gira em torno dos laços afetivos e de uma certa tradição, mesmo que esta seja sempre renovada pelos descendentes. É claro que há a ligação consanguínea inicial como ponto de partida. Mas talvez essa ideia persista com tal vigor, apesar de tantas mudanças, porque a tarefa fundamental da família é a de humanizar aqueles que ela produz, aqueles aos quais dá à luz.¹⁵⁰

¹⁴⁸ JUNGHANS, H. **Temas da teologia de Lutero**. [S.]: Editora Sinodal, 2001, p. 49.

¹⁴⁹ BUTZKE, 2003. n.p.

¹⁵⁰ SAYÃO, R.; AQUINO, J. G. **Família**: Modos de usar. Campinas: Papyrus, 2006. n.p.

Com esse pensamento, torna-se bem mais abrangente e prazerosa a tarefa de educar na fé aos filhos, sobrinhos, enfim a todos aquelas pessoas que guardamos laços afetivos por consanguinidade ou não (enteadas e enteados) por meio de uma relação de educação espiritual recíproca, coletiva e interativa com o objetivo de elevar espiritualmente a todas as pessoas envolvidas no processo educacional a ponto de torná-las humanizadas e humanizadoras para o convívio em um mundo que carece de pessoas que sejam testemunhas de que é possível vivenciar uma cultura da paz em meios a tantos conflitos sociais, a exemplo da violência escolar.

Por conta disso, necessário se faz a inclusão na formação docente de conhecimentos sobre espiritualidade devidamente incorporados as suas teorias e práticas com o fito de equilibrar as relações interpessoais consigo mesmo, além de servirem como recurso didáticos para mediar, por si próprios, situações oriundas da violência escolar no interior e no exterior da sala de aula, a fim de promover um ambiente escolar harmônico, como palco principal para o desenvolvimento do processo educacional.

Nesta mesma linha de pensamento, Butzke diz que é necessário que hajam:

Projetos na área da espiritualidade, cursos onde exercícios espirituais que possam ser aprendidos e aprofundados, portanto, devem surgir com urgência. É preciso ensinar como iniciar uma prática espiritual pessoal e familiar. A partir de uma espiritualidade que acompanhe a biografia do cristão luterano desde a sua mais tenra infância, é possível surgir uma igreja cuja práxis conjugue fé e vida, espiritualidade e cotidiano.¹⁵¹

Independente de crenças e práticas espirituais esta ideia é válida para todas as pessoas que se renovam na fé com intuito de mudar o mundo a partir de si mesmas com práticas cotidianas baseadas na ética de cuidados espirituais para com todos os seres que compõem o planeta, com a responsabilidade de deixá-lo cotidianamente melhor para as próximas gerações.

Deste ensinamento de Lutero pode-se importar para prática da mediação de conflitos escolares a necessidade de buscar no sagrado, conforme as espiritualidades de cada uma das pessoas mediadas e mediadoras, um alicerce para análise crítica sobre a melhor tomada de decisões para resolver estes conflitos por meio da reconciliação.

¹⁵¹ BUTZKE, 2003, p. 120.

Neste contexto compreende-se que uma das formas de assegurar o bom desempenho do trabalho educacional está fundamentado na efetivação do processo de mediação de conflitos escolares que se expressam por meio de distintas e múltiplas expressões de violência. Assim se faz necessário buscar parâmetros de reflexões na teologia compatibilizados com as vivências humanas espirituais cujos valores irão resgatar o restabelecimento da harmonia fundamental para toda e qualquer relação humana, sobretudo no que tange às relações interacionais da arte de ensinar e aprender.

Assim, efetivar a mediação de conflitos escolares à luz da teologia pode ser um caminho viável a ser percorrido para o alcance da paz que deve prevalecer nas relações sociais. Espiritualidade é parte integrante de toda e quaisquer pessoas humanas, fundamenta-se na dimensão interior e psicologicamente responde pelo campo das emoções afirma Rego.¹⁵²

A espiritualidade nos locais trabalho pode ser definida como “o reconhecimento de que os empregados têm uma vida interior que alimenta, e é alimentada, pela realização de trabalho com significado num contexto de comunidade”.¹⁵³

Introduzir a espiritualidade nas instituições de ensino básico é a mola mestra para trabalhar com processos de prevenção e diálogo na resolução pacífica de ações violentas nas escolas, uma vez que essas ações têm base no controle das emoções pessoais dos profissionais de educação, dos estudantes, de suas famílias e de todas as demais instituições envolvidas no contexto educacional, como as religiões e as associações de lideranças comunitárias.

A espiritualidade nas organizações engloba dois relevantes aspectos, não diz respeito a quaisquer formas de religiões ou crenças nem tampouco requer nenhum tipo de conversão por parte de seus seguidores. Fundamenta-se num elenco de valores pessoais intrínsecos. É uma dimensão do indivíduo relacionada a sua percepção sentimental de se vê enquanto ser espiritual que necessita de nutrição para esta dimensão no próprio ambiente de trabalho e de interação com demais pessoas e sua comunidade de colegas de trabalho, conforme Rego.¹⁵⁴

¹⁵² REGO, A.; *et al.* **Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho.** Comportamento Organizacional e Gestão. Vol. 13, N.º 1. [S./l.] 2007.

¹⁵³ REGO, 2007. n.p.

¹⁵⁴ REGO, 2007, p. 10.

Nas instituições de ensino escolar esses aspectos estão plenamente compatíveis na medida em que para uma convivência harmônica que tenha o condão de prevenir, repelir dialogicamente e mediar ações violentas naquele ambiente de trabalho em que se desencadeia o processo ensino-aprendizagem o exercício da espiritualidade é fundamental uma vez que irá propiciar a interação para com todos os envolvidos, atores do sistema educacional, membros das comunidades escolar e extraescolar.

6.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A ESPIRITUALIDADE

Com o advento da Reforma da Igreja, Martinho Lutero apresenta propostas de reformulação da educação escolar, as quais podem ser sistematizadas em dois grandes blocos: Organização do Sistema Escolar e Princípios e fundamentos norteadores dessa educação, explica Barbosa.¹⁵⁵

Para o estudo em questão vale ressaltar o segundo princípio que direciona a educação nas escolas. Neste âmbito, Barbosa adverte que:

Um segundo princípio presente nas propostas de Lutero para educação é o seu caráter público estatal. Ele defendeu que a educação deixasse de ser monopólio e responsabilidade da igreja, transferindo-a para o Estado, na instância das autoridades municipais. Compreendido que, para Lutero, o Estado possuía um caráter cristão e assumia o papel de governar como a mão esquerda de Deus, este, diante da igreja em decadência, deveria se responsabilizar pela educação da população e promover escolas cristãs para que crianças e jovens fossem instruídos e pudessem atuar tanto na esfera espiritual como na secular.¹⁵⁶

Desde então, já é perceptível a preocupação de Lutero com a formação espiritual dos estudantes como forma de desenvolver uma dimensão humana relevante para a boa convivência social, sobretudo em ambiente de escola pública. Ideia que está coadunada com a mediação de conflitos escolares no que se refere ao afloramento da espiritualidade dos partícipes deste processo para que possam promover o restabelecimento harmônico da convivência social.

Martim Lutero nos traz uma linha de pensamento inovadora sobre a espiritualidade e a abrangência do seu campo de ação, quando assevera:

Fé, para a teologia luterana, portanto, não é algo abstrato, restrito ao cognitivo e circunscrito à apreensão doutrinária. Ela é formulada como sendo pessoal, existencial. Ela não surge de reflexão racional e analítica – é obra do Espírito

¹⁵⁵ BARBSA, 2018. n.p.

¹⁵⁶ BARBOSA, 2018 p.174.

Santo que utiliza a dinâmica da Palavra de Deus. Esta fé é pessoal e existencial, mas não assunto privado – ela me insere imediatamente no contexto da comunhão da igreja de Cristo. As formas com as quais a comunidade ou o cristão individual expressa sua fé chamamos de espiritualidade. Ela é a expressão exterior e corporal da fé interior motivada pelo Espírito. Espiritualidade, portanto, inclui a fé, o exercício espiritual e o estilo de vida do cristão. Trata-se da vivência da fé sob as condições da vida cotidiana. Como praxis pietatis, a espiritualidade abrange a dimensão individual, a dimensão familiar, a dimensão comunitária e a dimensão social.

Esse pensar de Lutero é tão relevante para a vivência da espiritualidade nos dias atuais que serve de fundamento condutor do nosso estudo, uma vez que é inconcebível atuar na mediação de conflitos escolares, sem, contudo, levarmos em consideração o ser humano na sua totalidade e nas interações que exercem com o seu contexto social, sobretudo no aspecto da espiritualidade pre-existencial que faz parte da vida das pessoas, inclusive daquelas que convivem no cotidiano das escolas.

Planejar e refletir ações mediadoras perpassam pelo reconhecimento de que iremos lidear com seres individualmente espiritualizados e que, de certa forma, exercem suas espiritualidades onde quer que estejam, como afirma Lutero, nas dimensões sociais como família, escola, trabalho e nas comunidades em que estão inseridas.

Com essa convicção compreende-se que apenas pelo querer, esforço e boa vontade humana não alcançaremos o fim almejado pelos processos de mediação, a mútua reconciliação dos mediados. É de extrema importância que haja o reconhecimento de que humanamente somos fracos e de natureza errônea e, por isso, necessário se faz a busca incessante pelo alcance da graça de DEUS por meio dos exercícios que elevam positivamente a nossa espiritualidade.

É possível estabelecer uma conexão entre espiritualidade humana e os fatos reais ocorridos no processo ensino e aprendizagem de caráter religioso dentro das escolas brasileiras. A visão acerca da vida do cotidiano e do ser humano possibilita aos docentes interagir com os discentes e com as demais pessoas articuladas com a educação religiosa, que a partir da sala de aula pode envolver todas as dimensões da vida, atribuído desta forma o legítimo sentido de refletir o mundo numa perspectiva da espiritualidade presente na vida de cada pessoa, assegura Lima.¹⁵⁷

Ainda que o autor se refira especificamente a espiritualidade demandada pela educação religiosa, compreende-se que ao se tratar da reflexão acerca da espiritualidade

¹⁵⁷ LIMA, D. B. de. **O Processo Educativo-Religioso e a Espiritualidade**. 10 Teses sobre Religião e Educação, p. 51- 62. Iuri Andréas Reblin, (org.). São Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

humana com a educação, esta ultrapassa as barreiras impostas pela disciplinaridade e atinge a formação do ser humano na sua integralidade. Com este pensamento é possível vislumbrar que a espiritualidade se conecta também com fatos concretos do mundo real e interfere de forma positiva sobre as ocorrências do cotidiano humano.

Nesta perspectiva, é a partir desta reflexão que a propositura da intervenção da espiritualidade nas relações de violência escolar torna-se pertinente haja vista que o olhar espiritualizado confere as pessoas positividade na tomada de decisão que vise resolvê-las da melhor forma possível de resgatar a pacificação da convivência humana.

Sobre a relevância da articulação entre educação e espiritualidade para viabilizar ações mediadoras benéficas para o harmonioso equilíbrio social é válido refletir sobre a pessoa humana na sociedade contemporânea.

Segundo Portilho:

A realidade do tempo presente é multifacetada e a humanidade está imersa na sociedade da fluidez, da incerteza, do conhecimento, da comunicação, da transformação. Nessa situação vivenciada pelo homem, de tirania do momento presente, vive-se sem a consciência que as escolhas feitas geram impacto no agora. Esta sociedade e realidade atuais, portanto, ameaçam a essência do ser humano, o autoconhecimento, o caminhar para o ser integral. O ser humano na sua multidimensionalidade, em algum momento de sua existência, questiona-se sobre o sentido da sua existência, busca compreender o que é ser humano, a transcendência, o imanente. Ele necessita do contato com a sua dimensão espiritual, para não se perder no caos do ser e do existir. Nesse processo, de voo ao encontro do sagrado, a espiritualidade assume-se como experiência formativa, como a possibilidade do ser se conectar aos valores universais: fraternidade, justiça, igualdade, dignidade, respeito. Valores que permeiam as relações homem-homem, homem-mundo, homem-natureza, homem-cosmo, e, que precisam ser aprendidos e apreendidos para, efetivamente, serem vivenciados.¹⁵⁸

Em corroboração com a autora a educação que visa formar o ser humano na sua integralidade preocupa-se com a vida do homem e da mulher e os ajuda a encontrar o sentido de suas existências no mundo. Assim a educação se insere na dimensão espiritual humana conferindo as pessoas valores fundamentais para uma convivência harmoniosa.

Relevante entender a necessidade que tem a sociedade atual de restaurar e manter a igualdade social através da educação, da espiritualidade e da efetivação dos direitos humanos por meio da valorização humana, uma vez que a sociedade está em guerra, pessoas se conflitam umas com as outras em busca de objetivos individuais,

¹⁵⁸ PORTILHO, M. S. B.; CREMA, R. Ser integral: as tessituras do bordado em espiritualidade e educação. **Interespe. Interdisciplinaridade e Espiritualidade na Educação**. ISSN 2179-7498, v. 1, n. 9. [S.l.] p. 24-40, 201, p.38.

assim confirma Silva.¹⁵⁹ É a partir desta perigosa relação que se originam os conflitos sociais que adentram os muros das escolas, lá se instalam e propiciam violentos eventos escolares.

6.2 A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DO CUIDADO

A educação voltada para formação humana na sua integralidade requer uma reflexão sobre a dimensão cidadã. Neste sentido, a cidadania incorpora uma educação para o cuidado com as pessoas, assim como para tudo que deve ser de uso público. Educação cidadã, relacionada especialmente com o seu exercício no espaço público. Assim, trabalha-se com a pedagogia da cidadania direcionada para o desenvolvimento da democracia, do nascer da cultura do zelo, carinho e dedicação por tudo que é público por meio de práticas pedagógicas voltadas para sensibilização dos atores e atrizes educacionais. Todos empenhados pela construção, reconstrução e manutenção de espaços públicos inclusivos em que impera o bem-estar social, necessário a boa convivência humana, conforme trata.¹⁶⁰

De acordo com Boff, a relevância do cuidado é tão suprema que está na essência da origem humana. O que permite reconhecer no cuidado um modo de ser especial presente e irreduzível a qualquer outra realidade. Dimensão que está na raiz primeira do ser humano, impossível de ser totalmente desvirtuada.¹⁶¹

Para este autor, o cuidado diz respeito:

A um modo-de-ser, não é um novo ser. É uma maneira do próprio ser de estruturar-se e dar-se a conhecer. O cuidado entra na natureza e na constituição do ser humano. O modo-de-ser cuidado revela de maneira concreta como é o ser humano. Sem o cuidado ele deixa de ser humano. Se não receber cuidado desde o nascimento até a morte, o ser humano desestrutura-se, definha, perde sentido e morre. Se, ao largo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo e por destruir o que estiver a sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana (Que responde a pergunta: o que é ser humano?) O cuidado há de estar presente em tudo. [...] um fenômeno que é a base possibilitadora da existência humana enquanto humana.¹⁶²

¹⁵⁹ SILVA, A. V. L. ESPIRITUALIDADE EM EDUCAÇÃO: Um viés da práxis dos direitos humanos no reconhecimento a alteridade. **Annales Faje**, v. 3, n. 1, p. 20-20, 2018.

¹⁶⁰ ZEFERINO, J. A construção de pequenos espaços de cuidado e gratuidade como resistência às violências: uma relação entre pastoral e teologia da cidadania. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 152–165, 2019. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/340>. Acesso em: 8 nov. 2021.

¹⁶¹ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Editora Vozes Limitada, 2017. n.p.

¹⁶² BOFF, 2017, p.21.

Uma das causas principais da “crise ecológica e civilizacional” da sociedade está enraizada na relação trabalho-cuidado que para ele não são categorias opostas, mas interdependentes e harmônicas cuja imersão na ética do cuidado irá propiciar ao humano o seu bem-estar juntamente com os seres da natureza, assim menciona Boff.¹⁶³

Na relação trabalho-cuidado, como forma de libertar o homem da sua coisificação pela super relevância ao processo tecnológico produtivo é preciso centralizar o cuidado que não significa o desprezo do trabalho pelo cuidado, do contrário, a harmonização entre ambos. Dentre outros importantes significados a prioridade ao cuidado na relação com o trabalho:

Significa captar a presença do Espírito para além de nossos limites humanos, no universo, nas plantas, nos organismos vivos, nos grandes símios (gorilas, chimpanzés e orangotangos), portadores também de sentimentos, de linguagens e de hábitos culturais semelhantes aos nossos. Perfeita integração homem-mulher-natureza.¹⁶⁴

O crescimento da tecnologia trouxe nefastas consequências para a humanidade, dentre as quais a ampliação do desemprego, a artificialização dos seres naturais, a diminuição do valor do trabalho, como modo de relação com outros seres e de mudança do mundo. Neste contexto é prioridade reivindicar pelo acesso ao trabalho para todos.

Considerar a inserção humana por meio do trabalho como forma específica de cuidar da criação, ‘porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas’. A ótica ecológica do trabalho impõe a contemplação, o respeito e a transformação da natureza de forma inteligente. Com esta concepção “estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração”.¹⁶⁵

Em corroboração com Boff e Murad, no que concerne ao cuidado que deve ser dispensado ao ser humano, inclusive nas relações de trabalho, embora com pensamento voltado para a saúde humana, Brandão diz que:

A integralidade nas ações em saúde deve ser compreendida em sentido amplo, principalmente por considerar como importantes e imprescindíveis

¹⁶³ BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Inclusão Social. v. 1, n. 1, p. 28-35, 2005.

¹⁶⁴ BOFF, 2017, p. 21.

¹⁶⁵ MURAD, A. Do mundo vulnerável a “outro mundo possível”: Contribuição de Riechmann e da Laudato Si para tecnologia e sustentabilidade. **Revista Pistis Praxis**, [S.l.], v. 10, n. 3, dez. 2018. ISSN 2175-1838. doi:<https://doi.org/10.7213/2175-1838.10.003.AO05> Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/24629>. Acesso em: 15 nov. 2021.

aspectos relativos a todos os atores envolvidos na assistência e na vivência do processo saúde-doença e, com isso, ultrapassar a lógica do modelo hegemônico. Esta visão não só trabalha os moldes em que a saúde se deu até aqui, mas investe esforços e pensamento no que poderia e deveria ser garantindo, ou seja, o que a própria Constituição Federal no Brasil delimitou há décadas, ao entender que o ser humano deve ser acolhido mediante as suas necessidades e, portanto, deve ser compreendido mediante o seu todo, o ser total ou integral.¹⁶⁶

Pela certeza de que há uma íntima relação entre saúde-doença, ambiente- saudável e ambiente-doentio, compreende-se que as ações que geram conflitos violentos em lugares onde estas não haviam, tem a plena capacidade de tornar aquele ambiente e as pessoas que as promoveram doentes que precisam de cuidados para os seus prontos restabelecimentos.

Com base nesses Pensamentos, entendemos que a missão precípua da sociedade contemporânea e das instituições educacionais, sobretudo da escola é repensar sobre o atual paradigma da violência escolar como forma de, coletivamente, planejar estratégias de ações capazes de prevenir e mediar atos violentos que, por ventura, venham a ocorrer no âmbito das escolas numa perfeita coesão entre trabalho-cuidado em prol da harmonização das relações interpessoais com vistas a promoção da superação de todo e qualquer entrave advindo de ações violentas dentro das escolas.

Incorporado neste entendimento compreende-se que o cuidado deve prevalecer em toda e qualquer forma de convivência humana, sobretudo dentro das instituições de ensino formadoras que são de pessoas, na sua mais completa integralidade com vistas à beneficiá-las e beneficiar toda a sociedade e o mundo que nos cerca, na certeza de que quem se sente cuidado, não tem outra alternativa a não ser depreender cuidado para com seus semelhantes, para com o ambiente em que convive e para com tudo que se relaciona.

Neste sentido o cuidado é essencial para reequilibrar as relações sociais desequilibradas durante os diversos tipos de conflitos que geram violência. É com esta proposta que a mediação de conflitos escolares é pensada a fim de que possa cuidar daqueles e daquelas que, por motivos pessoais, se descuidaram e por meio do conflito promoveram a cisão da harmonia no ambiente escolar.

¹⁶⁶ BRANDÃO, J. de L. *et al.* Espiritualidade e Religiosidade no contexto da integralidade da assistência: reflexões sobre o cuidado integral em saúde e enfermagem. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 10, p. e5499108780-e5499108780, 2020. , p. 15. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8780. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8780>. Acesso em: 14 nov. 2021.

6.3 A EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DA RESPONSABILIDADE

O processo educacional que conduz a boa formação humana de pessoas que interagem no ambiente escolar, precisa ser desenvolvido com responsabilidade social no intuito de incorporar nas suas metodologias de trabalho a preparação de docentes, discentes e de toda a comunidade escolar de modo a capacitá-los para atuar no mundo de forma a torná-lo melhor para a convivência humana e com todos os seres da natureza.

Com este ponto de vista Rosa, diz que:

Apesar da educação escolar não ter o objetivo de preparar tecnicamente a sociedade para questões mais pontuais relacionadas à gestão ambiental e demais aplicações, questões estas reservadas a cursos superiores e técnicos, entende-se que, desde que haja consciência e Responsabilidade Social, preparo ético e crítico, conhecimento amplo do ambiente e complexo das interrelações, as ações antrópicas poderão ser mais responsáveis. Ainda, a interpretação e aplicação da lei podem ser facilitadas e não vistas à revelia, e a contratação de técnicos para auxiliar no processo pode ser vista como ganho e não como algo que viria em desaproveito da produção e da rentabilidade das empresas e propriedades e dos meios coletivos de vivência. Assim, a consciência da complexidade é o caminho para construir soluções mais adequadas para aquilo que nos é tão caro: a garantia de um ambiente e uma vida mais saudável.¹⁶⁷

O Principal expoente em relação à ética da responsabilidade é Hans Jonas com sua obra *O princípio da responsabilidade*. Domingues ao interpretar Jonas afirma que:

[...] a robustez do princípio poderá ser averiguada tanto nas decisões individuais dos médicos ou pacientes, baseadas em objeções de consciência, em que poderemos ver uma das raízes profundas da experiência moral, a evidenciar que tudo se dá na solidão do nosso eu a nos obrigar in foro interno, bem como nas decisões dos juizes nos tribunais e dos políticos à testa das diferentes esferas dos governos, ao invocar o senso de dever e o interesse público ou o bem comum. Para todos os efeitos, no cerne da experiência moral está a liberdade, e junto com ela a liberdade da consciência de fazer ou deixar de fazer alguma coisa, de tal sorte que em todas essas situações, abarcando a moral privada dos indivíduos e a moral pública do direito e da política, liberdade e responsabilidade vão juntas, e é isso que vemos na obra maior de Hans Jonas.¹⁶⁸

¹⁶⁷ ROSA, G. M. da; SILVA, F. R. da; FLACH, K. A. Educação Ambiental na educação escolar e a Responsabilidade Social: desafios e possibilidades nas questões ambientais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 411–430, 2021. p. 427DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.12043. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbbee/article/12043>. Acesso em: 15 nov. 2021.

¹⁶⁸ DOMINGUES, I. et. al. JONAS, Hans. 40 anos de O princípio da responsabilidade. IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanitas**. Nº 540. Ano XIX. 2/9/2019. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7741-retrospectiva-revista-ihu-on-line-2019>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Hans Jonas, com o princípio da responsabilidade adverte sobre o cuidado que o ser humano deve ter na sua relação com o avanço tecnológico, com vistas a responsabilizá-lo por qualquer decisão tomada que venha a prejudicar ele próprio e os demais seres da natureza. Com esta preocupação, um dos objetivos apontado pelo autor é conviver com o acelerado avanço tecnológico tendo em vista a conservação dos seres naturais a fim de tornar o mundo saudável para a convivência de gerações futuras.

Em Jonas a vivência da ética do cuidado deve ser articulada com a ética da responsabilidade. “Chama a atenção para os exageros do poder ilimitado da moderna tecnologia, defende a existência de uma eticidade para o mundo da natureza e declara que o fenômeno da vida necessita ser colocado novamente no seu lugar de honra.”

.¹⁶⁹

A ética da responsabilidade implica que a autonomia humana tem o dever de agir para beneficiar a todos os seres que habitam o planeta com vistas a conservá-lo para as futuras gerações.

Jonas cria a ética da responsabilidade como alternativa para combater o exacerbado poder oriundo do avanço tecnológico que põe em cheque a essência da vida humana e do planeta com a promessa utópica de promoção do prazer e do bem-estar humano proporcionado pelas novas tecnologias. No entanto, ainda conforme aquele autor por meio do cuidado com responsabilidade é possível construir ciência que empodere o homem e a mulher para agir decisoriamente em benefício da humanidade em interação com todos os seres da terra, conforme Zancanaro.¹⁷⁰

O ser humano toma decisões, formula sugestões, julgamentos, dá resposta. Tomar decisões é mais do que resolver um problema, pois implica mobilizar valores, estabelecer raciocínios, enfrentar situações, listar alternativas e decidir pelo que se julgar melhor, mais justo e mais coerente com o sujeito e com a situação. Pensamento intimamente relacionado com a mediação de atos violentos nas escolas com fundamento na espiritualidade, no cuidado e na responsabilidade.

¹⁶⁹ ZANCANARO, L. Por uma ética do cuidado e da responsabilidade. IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanitas** Nº 371. Ano XI. 29/8/2011. Entrevista especial com Lourenço Zancanaro. Disponível em: www.inhu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/46782-por-uma-ética-do-cuidado-e-da-responsabilidade-entrevista-especial-com-lourenço-zancanaro. Acesso em jul. 2020.

¹⁷⁰ ZANCANARO, 2011.

"A política é o coração da ética de responsabilidade porque está endereçada muito mais à política pública que a conduta privada".¹⁷¹ Assim, de posse do poder de representatividade política cabe aos parlamentares atuarem em benefício da coletividade desde que seja eles também incluídos como seres coletivos, do contrário, ao agirem beneficentemente para si em detrimento do povo e do planeta devem responder, ainda que por via judicial.

Nesta perspectiva a legislação administrativa dota o Poder Público de atributos para responsabilizar particulares cujas ações irresponsáveis venham a causar danos sociais de diversas ordens, inclusive ambientais, os quais afetam negativamente o ser humano e demais seres da natureza.

A relevância do ético exercício do poder de polícia, conforme dispões o artigo 78 do Código Tributário Nacional (CTN), reflete-se para o ambientalista, no que se refere à prevenção e à repressão, sempre que há infração desencadeiam-se os procedimentos para as tutelas civil, administrativas e penais conforme preceitua o CTN em relação ao poder de polícia conferido aos poderes públicos, segundo Almeida.¹⁷²

No limiar do processo de formação escolar, todas essas questões precisam ser metodologicamente tratadas a fim de educar pessoas com o intuito de saberem cuidar com responsabilidade de si mesmas, dos seus semelhantes e todos do meio ambiente em que vivem de forma a dar respostas positivas, por meio de ações mediadoras necessárias ao restabelecimento da harmonia comum para o ambiente e para todos que nele convivem, no que se refere à promoção social do bem-estar coletivo.

¹⁷¹ ZANCANARO, 2011.

¹⁷² ALMEIDA, Mara Xavier de. **O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas no Contexto Socioambiental**: filosofia, ética, direito e meio ambiente. [S.l.]: Editora Dialética, 2021.

7 CONCLUSÃO

O panorama das escolas em uma sociedade em constante mudança está voltado a uma fragilidade no acompanhamento de estudantes e suas reações frente a tecnologia. A sociedade atual, em que crianças, adolescentes e jovens estão envoltos em comportamentos diferenciados, desvios de educação, desestruturação familiar e principalmente uma visão contrária da realidade, de que tudo podem e tudo conquistam, sem precisar da ajuda de terceiros como mães, pais e responsáveis, professoras e professores e colegas de escola.

Esses seres humanos em formação sentem a necessidade de expressar seus sentimentos e pensamentos, impondo que os demais devem aceita-los sem críticas ou discordâncias, e essa imposição criada pela nova geração, tem criado índices de rivalidade mais elevados, sendo essa a principal causa e consequência da violência nas escolas.

É preciso repensar o fator “papel da escola” nos dias atuais, uma vez que a escola deveria servir de apoio ao desenvolvimento do aluno como cidadão, não apenas quanto ao ensino de disciplina. Espera-se das escolas na atualidade que formem cidadãos, pessoas preparadas para viver em sociedade, tornando-a melhor. Uma função considerada complexa, mas que com o apoio da comunidade escolar e trabalho coletivo será possível de ser realizada.

A falta de políticas públicas e de programas sociais específicos sobre a participação social de alunas e alunos, da relevância deles como cidadãos e cidadãs que agem em prol de uma sociedade melhor, são pontos que dificultam as tentativas de inovação no ambiente escolar com vistas à sua melhoria. Sem apoio por parte dos governos, sobretudo no atual cenário político federal brasileiro cujas nefastas ações para o sistema educacional têm sido o corte avassalador de verbas e o estrutural sucateamento da estrutura e do funcionamento do processo ensino aprendizagem da educação pública.

Diante dessas realidades que suscitam desesperanças, a luz no fim do túnel depende de todos quantos levam o trabalho de educar a sério, com compromisso e responsabilidade capazes de resistirem a todos os tipos de ações tempestuosas e, ainda assim, promoverem educação de qualidade por meio de uma dedicação as suas funções de educar crianças, adolescentes e jovens para intervirem positivamente na

sociedade com o fito de torná-la melhor para o bem estar social de todos as brasileiras e brasileiros.

As escolas têm sido submetidas a agressões verbais e físicas, ambas provindas da violência em diferentes vertentes sociais, culturais e familiares, que tem levado crianças, adolescentes e jovens da atualidade a terem uma interpretação negativa e enganosa em relação ao seu papel como cidadãos, estudantes e membros de famílias.

As comunidades escolar e extraescolar precisam estar atentas aos espaços que compõem o ambiente escolar, dentro e fora da sala de aula, para que possam discernir qual é a origem dos comportamentos violentos, se crianças, adolescentes, jovens e adultos se sentem coagidos de certa forma, ou se tais comportamentos é originado em sua casa ou no seu bairro, buscando-se da melhor forma possível, a resolução de problemas em conjunto com a família.

O comportamento agressivo e a violência estão presentes em todas as instâncias da sociedade incluindo a escola, e que tais comportamentos são influenciados por elementos presentes no interior da instituição e também por elementos que estão fora do controle da instituição. Desta forma, a escola não poderá ser um ambiente neutro e sim um ambiente que, por intermédio dos atores educacionais (profissionais da educação), pais, mães e responsáveis deverá criar meios para prevenir, intervir e solucionar comportamentos violentos ou conflitos que venham a surgir durante o desenrolar do processo ensino-aprendizagem.

Ressalta-se, ainda, que o comportamento agressivo e a violência são influenciados por elementos que estão presentes no interior da escola como: a crise de valores, a organização interna e o currículo que, por vezes, não estão coerentes com as necessidades da sociedade, a superlotação das salas, os baixos rendimentos, as relações interpessoais externadas pelo relacionamento entre, professoras(es)-professoras(es), professor(as)-alunos(as), alunos(as)-alunos(as), funcionários(as)-alunos(as), alunos(as)-funcionários(as), pais, mães e responsáveis com aqueles que fazem parte do quadro funcional da escola, todas e todos com a equipe gestora.

Nesse contexto as comunidades escolares e extraescolares devem estar imbuídas de um sentimento de pertencimento a escola, aflorado pela necessidade comum de formar e aprender a ser cidadãos, tarefa que precisa ser exercida e reelaborada no cotidiano da escola, por meio de atos de cidadania que visem

promover o tratamento necessário para as questões que envolvam ações de violência escolar.

Sobre esse prisma, o processo de mediação de conflitos escolares fundamentado na dimensão teológica da espiritualidade, amparada e inter-relacionada com as éticas do cuidado e da responsabilidade inerente ao ser de toda e qualquer pessoa humana, devem ser consideradas haja vista a necessidade de se dar um tratamento adequado a uma vertente social cuja complexidade deve instigar uma atenção especial da comunidade escolar e de toda sociedade, a violência escolar, que constantemente adentra os muros reais das escolas e, recentemente, com mais força e poder de destruição da dignidade humana e do processo ensino aprendizagem, os espaços virtuais das residências de docentes e discentes transformados em salas de aulas remotas.

Para viabilizar o devido tratamento as ocorrências de violência escolar por meio daquele processo, Martim Lutero demonstra os fundamentos necessários para o desenvolvimento da fé por meio dos exercícios que elevam a espiritualidade humana. Leonardo Boff mostra a relevância do cuidado em todas as esferas sociais e Hans Jonas cria o princípio da responsabilidade por meio do qual o ser humano é advertido a agir com o devido cuidado com o objetivo de conservar pessoas e ambientes saudáveis no presente e para as futuras gerações, sob pena de responderem em face de ações danosas para com todos os seres que habitam o planeta.

Uma das principais dificuldades de implementação da ética da responsabilidade na contemporaneidade assenta-se na necessidade de elevar o ser sobre o ter, o que vai de encontro a todo processo tecnológico produtivo que eleva a supremacia do excesso de poder dado pela ciência que tem destruído pessoas e natureza. A intenção de Jonas ao criar o princípio da responsabilidade foi suscitar uma reflexão sobre a banalização da vida, como trata Zancanaro.¹⁷³

Um exemplo dessa afirmação fundamenta-se na história brasileira, no que se refere a questão agrária, em que empresas madeireiras usam a tecnologia para invadir as terras indígenas para obtenção de lucro. Ações que desconsideram sobremaneira o bem-estar social das gerações indígenas, do ambiente e do planeta.

¹⁷³ ZANCANARO, 2011.

Com esta linha de raciocínio, Lutero, Boff e Jonas trazem reflexões importantíssimas e sempre atuais sobre a necessidade de empreender no homem e na mulher a vontade de agir cotidianamente a partir de mínimas ações com fundamento nas éticas da espiritualidade, do cuidado e da responsabilidade com vistas a promoverem mudança qualitativa na vida do planeta em sua completude.

O avanço tecnológico possibilita coisificar homem e mulher em detrimento das suas dignidades humanas, de acordo com Boff.¹⁷⁴ O autor indica como alternativa para impossibilitar essa questão a prática da relação trabalho-cuidado como forma de libertá-los da robotização. Para Jonas, está na ética da responsabilidade a chave para sobreviver ao exacerbado poder provocado por esse mesmo avanço tecnológico.

É, portanto, por meio da interação da elevação espiritual presente na humanidade em Lutero, do trabalho-cuidado em Boff e do cuidado-responsabilidade que será possível produzir conhecimentos intelectuais e espirituais que libertem mulher e homem para decisoriamente agirem em prol de um planeta saudável e autossustentável para pessoas e demais seres da natureza.

Com o advento da atual pandemia provocada pelo surgimento e proliferação do COVID 19 (Coronavírus). Esses pensamentos estão presentes, articulados e compatíveis para o momento atual em que a sociedade sobrevivi. A despeito de ter causado a dependência dos seres humanos as tecnologias digitais cujo acesso à internet impõe limitações de várias ordens. Tem visibilidade e poder quem possui internet cada vez mais potente. No que se refere ao ensino aprendizagem, essa relação tem causado transtornos relacionados às ações violentas provocadas de forma virtual.

O indesejado, porém, imposto e preciso afastamento corporal de proximidade das pessoas em todas as instâncias sociais, sobretudo nas comunidades escolares em que aulas presenciais foram transformadas em remotas devido ao necessário isolamento social em nome da manutenção da vida saudável provocou uma verdadeira transformação no processo ensino aprendizagem e nas formas de relacionamentos interpessoais.

Nessa perspectiva, residências de docentes e discentes foram transformadas em salas de aula, pondo em xeque a privacidade de ambos, além de não ter contido

¹⁷⁴ BOFF, 2005. n.p.

a violência escolar com maior severidade, haja vista que os desrespeitosos agravos são feitos diante do local e instituição mais elementares de preservação da vida e da intimidade humana, lares e famílias.

Como dentre várias manifestações de violência virtuais relembro a citada na introdução desse estudo. Somente por meio da interação espiritualidade-trabalho-cuidado-responsabilidade a florada nos mediadores e mediados, foi possível reestabelecer a harmonia e promoção humana de todas aquelas pessoas para o equilíbrio individual e coletivo necessário a manutenção do bem-estar social e, conseqüentemente, educacional.

Com a prática dessas boas éticas integradas à espiritualidade, homem e mulher serão capazes de sentir mudanças saudáveis em si mesmos, nas pessoas de suas relações e na natureza de modo a deixarem um planeta equilibrado, por isso, melhor para as futuras gerações. Disso decorre a profunda incorporação na humanidade do sistema de auto sustentabilidade em que a éticas da espiritualidade e do cuidado caminham lado a lado com a ética da responsabilidade. Tudo isso perpassa pela virtude da prática do amor incondicional para com todos os seres da terra.

Nesse sentido, as éticas da espiritualidade, do cuidado e da responsabilidade, poderão servir de metodologia para prevenção de processos capazes de desencadear situações de violência nas escolas e de prevenir ou mediar conflitos escolares quando surgirem.

Sobre tais questões entendemos que o processo de aprendizagem intelectual mediada de produção de conhecimentos está amplamente compatibilizado e harmonicamente articulado com o processo de mediação de conflitos escolares violentos, ancorados na base espiritual e de cuidados com responsabilidade, numa relação de interdependência. Para que um funcione plenamente rumo ao alcance de seus objetivos é necessário que o outro esteja devidamente adequado de modo que um viabilize a satisfatória efetivação teórica e prática do outro. Ambos com vistas a promoção da dignidade humana das pessoas que convivem no cotidiano das instituições de ensino.

Nesse sentido, para que haja mediação emocionalmente equilibrada, antes mesmo de mediar, os mediadores necessitam estar espiritualmente mediados consigo mesmos, com DEUS e com todas as convicções nas quais sustentam sua fé, a fim de

que possam reconhecer nos protagonistas do processo de mediação (os mediados) suas espiritualidades por meio das diversas e mais variadas crenças que professam e mediante este entendimento proceder com a mediação como força vital para reconciliação entre as partes, de modo que gere benefícios para todos, na certeza de que não houve perdas, mas, ganhos para o bem estar pessoal e social dos indivíduos envolvidos naquele processo.

Lutero faz uma alerta sobre a necessidade inerente ao ser humano de se equilibrar espiritualmente por meio de práticas espirituais que elevam a espiritualidade e o torna qualitativamente melhor e, por isso, capaz de intervir na sociedade com mudanças estruturais que visam o equilíbrio social por meio da convivência harmoniosa consigo, com seus familiares e com o mundo que os cerca, conforme Butzke.

Na medida em que, nas escolas, todos se sentirem espiritualmente acolhidos não somente com palavras, mas, sobretudo amparados com ações relacionadas às éticas do cuidado e da responsabilidade, aflorará um verdadeiro vínculo de pertencimento a comunidade escolar, fato que demanda interação com todas as pessoas e com o próprio ambiente de trabalho, ensino e estudo com objetivo geral de viabilizar uma dimensão espiritual necessária para boa prática do ensino-aprendizagem e convivência social, paralelamente a isso, promover a concórdia como dimensão raiz da prevenção de todo e quaisquer conflitos perturbadores da paz entre as pessoas e os ambientes escolares

É com esse propósito que sugiro a todas as instituições de ensino, a constante efetivação de Projetos Políticos Pedagógicos de Intervenção que tenham por objetivo preparar os atores educacionais para lidarem com a violência em âmbito escolar por meio da introdução do Processo de Mediação de Conflitos Escolares ancorados nas éticas compatibilizadas com a ciência teológica como as éticas do cuidado e da responsabilidade, ambas internalizadas e externalizadas pelo permanente desenvolvimento e exercício da espiritualidade de forma individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. CASTRO, M. G. **Caleidoscópio das violências nas escolas.** Mania de Educação-Missão Criança. Brasília: [s.n.]. 2006.
- ABRAMOVAY, M. CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas.** Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA), Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), 2009.
- ALMEIDA, M. X. de. **O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas no Contexto Socioambiental:** filosofia, ética, direito e meio ambiente. [S.l.]: Editora Dialética, 2021.
- ALVES, F.F.de A. *et all.* Bullying: legislação brasileira e o impacto social do fenômeno no contexto escolar. **Revista eletrônica Pesquiseduca** V. 13, N. 30. Santos 2021. Disponível em: periodicos.unisantos.br. Acesso em: 29 out. 2021.
- ANDRÉ, M. **Formação de Professores:** a constituição de um campo de estudos. Educação. v. 33, n.3. Porto Alegre: [s.n.]. set./dez. 2010. p.174-181.
- ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil:** a questão da indisciplina em sala de aula. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. n.p.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** Editora Perspectiva SA, 2016. n.p.
- ASSMANN, H. **Metáforas Novas Para Reencantar a Educação;** Epistemologia e Didática. Piracicaba: SP, Unimep, 2006.
- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedex**, ano XIX, nº 54. [S.l.: s.n.] 2010.
- A UNIVERSIDADE do futuro [recurso eletrônico] / SANTOS, J. V. T. dos (org.). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020. 300 P.: pdf. Disponível em:https://www.researchgate.net/profile/Jose-Vicente-Tavares-Dos-Santos/publication/344378352_A_UNIVERSIDADE_DO_FUTURO/links/5f6df95392851c14bc94f0ff/A-UNIVERSIDADE-DO-FUTURO.pdf#page=158. Acesso em: 6 out. 2021.
- AZEVEDO, M. A. R. **Os Saberes de orientação dos Professores Formadores:** Desafios para Ações Tutoriais Emancipatórias. 259 p. Tese (doutorado). São Paulo: SP, 2009. Faculdade de Educação da USP.
- BAADE, J. H. et al. PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19. **HOLOS**, [S.l.], v. 5, p. 1-16, ago. 2020. ISSN 1807-1600. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2020.10910>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10910>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BAADE, J. H.; BRANDENBURG, L. E.; VELASCO, J. M. G. Dicotomia, complexidade e educação para a cidadania. **Revista Polyphonia**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 85–103, 2020. DOI: 10.5216/rp.v31i1.66947. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/66947>. Acesso em: 15 out. 2021.

BANALETI, S. M. M.; DAMETTO, J. **REI-Revista de Educação do IDEAU**, 2015 Indisciplina no contexto escolar: causas, consequências e perspectivas de intervenção. Disponível em: https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_r.t/cd4f2e6639569c78b0be50afad7fff42284_1.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

BARBOSA, L. R.; BARBOSA, V. M. da S.; SILVA, J. B. de M. A CONTRIBUIÇÃO DE LUTERO PARA A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL. Confessionalidade. Lutero. Ensino. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, v. 1, n. 1, p. 37- 42, 2019. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/praticasdocentes/article/view/4036>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BARBOSA, L. M. R.; ASSIS, A. E. S. Q. **Direito à Educação e 500 anos de Reforma Protestante**: as contribuições de Martinho Lutero. V. 25, n. 2, [s.l.] 2018. p. 263-281.

BARBOSA, R.M.N.; JÓFILI, Z.M.S. **Aprendizagem cooperativa e ensino de química** – parceria que dá certo. *Ciência e Educação*. vol.12, nº 4. [s.l.]: 2004.

BEANE, A. L. **Proteja seu filho do Bullying**. Rio de Janeiro. Best Seller, 2010. n.p.

BEYER, H O. **O fazer Psicopedagógico**: a abordagem de Reuven Feuerstein, a partir de Piaget e Vygotsky. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BERNARDELLI, L. V.; PASCHOALINO, P. A. T.; Wander, P. **Violência contra professores nas escolas brasileiras**: determinantes e consequências. *Nova Economia* v. 31 n. 1, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5798>. Acesso em: out. 2021.

BÍBLIA, N. T. João. Português. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB. 2007, p. 1294. Cap. 15, vers. 11-32.

BÍBLIA, N. T. Lucas. Português. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução da CNBB. 2007, p. 1294. Cap. 15, vers. 11-32.

BICUDO, J. L. Cultura viva, políticas públicas e cultura da paz: **Cadernos de proposições para o século XXI**. (vol. 14). São Paulo: Instituto Polis, 2010. p. 205.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade. **Por uma Teoria Geral da Política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOFF, Leonardo. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. *Inclusão Social*. v. 1, n. 1. [S.l.: s.n.] 2005. p. 28-35.

_____. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra.** [S.l.]: Vozes Limitada. 2017.

BRANSFORD, John D.; BROWN, Ann L.; COCKING, R. R. **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola.** Tradução Carlos David Szlak. São Paulo: Senac São Paulo. 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Ministério da Educação e Cultura.** Constituição Federal. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Ed. E Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** 9394/96.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Conselho Pleno. Res. CNE/CPnº 01.** Brasília, 15/05/2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parecer 21 de 2001.**

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: 1999.

BUTZKE, P. A. **Aspectos de uma espiritualidade luterana para nossos dias.** In: Estudos Teológicos. n.2. São Leopoldo: [s.n.]. 2003. p. 104 -120.

CARLOS, N. L. S. D.; MENESES, R. M.; MEDEIROS NETA, O. M. de. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e6679109181-e6679109181, 2020.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Rev. Sociologias**. n.8, ano 4. Porto Alegre: jul./dez.2012. p. 432-443.

_____. Violência nas Escolas: Triste realidade do século XXI. **Revista da Educação Brasileira.** Porto Alegre: Edição do Jardim Primavera 2012.

CONCEIÇÃO, H.; AMORIM, A.A Neurociência e a aprendizagem significativa atuando na formação do educador da Educação de Jovens e Adultos. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**, v. 4, n. 1, p. 1-13, 30 jun. 2021. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.46866/josshe.2021.v4.n1.96>. Acesso em: 01 nov. 2021.

COSTA, E. L.; SOUZA, J. R. S. Família e Escola: As Contribuições da Participação dos Responsáveis na Educação Infantil. **Revista Khora**, V. 6, n. 7 (2019) ISSN: 2358-9159. Disponível em: site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/166/113. Acesso em 07 jul. 2021.

COSTA, M. T. F. S. **Violência Verbal e Psicológica (violência escolar) entre pares na adolescência.** Educação Moral e Religiosa Católica um contributo para a

sua prevenção. Braga: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. 2020.

SOUZA CV de; SANTOS KP dos. Desafios na Resolução de Conflitos no ambiente escolar: práticas restaurativas na educação. **Revista Inovação & Tecnologia Social**. V. 1 n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-195>. Acesso em: 05 out. /2021.

DANTAS JUNIOR, H. S. **Atos De Pesquisa Em Educação** - PPGE/ME FURB 363 ISSN 1809-0354 v. 8, n. 1. [S.l: s.n.]. jan./abr. 2013. p. 361-385.

BRANDÃO, J. de L. *et al.* Espiritualidade e Religiosidade no contexto da integralidade da assistência: reflexões sobre o cuidado integral em saúde e enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e5499108780-e5499108780, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8780. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8780>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DEMO, P. **Princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DOMINGUES, I. et. al. Hans Jonas. 40 anos de O princípio da responsabilidade. IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanitas**. Nº 540. Ano XIX. 2/9/2019. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7741-retrospectiva-revista-ihu-on-line-2019>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DOWBOR, L. **Da globalização ao poder local**: a nova hierarquia dos espaços. Revista da Fundação SEADE, n. iv: São Paulo, set. 1995.

FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e práticas de sala de aula**: os efeitos da formação continuada na atuação do professor [livro eletrônico]. 2. ed. Autores Associados. São Paulo, 2021.

FEDERAL, Senado Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

FIGUEIREDO, M.C.M et COWEN, R. **Modelos de cursos de formação de professores e mudanças políticas**: um estudo sobre o Brasil. In Schwartzman, S. Os desafios da Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014. p. 177-189.

FERNANDEZ FILHO, S. M. Z. Formação Docente – **Reflexões sobre o desenvolvimento profissional e pessoal do professor e de sua prática**. PUC – São Paulo, 2007. n.p.

FERREIRA, M. B. **Ser professor**: construção de identidade em processo auto-formativo. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2009. Dissertação, 129p.

FERREIRA, W. da S. Debate educacional em torno da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (lei no 4.024 de 1961). **Os manifestos educacionais em questão**. 2018.

FEUERSTEIN, R., **Aprendizagem Mediada dentro e fora da sala de aula.** Programa de Pesquisa Cognitiva. Divisão de Educação Especializada da Universidade de Witwatersand. África do Sul. Mandiá Mentis; Coordenação. Tradução de José Francisco Azevedo. Instituto Pieron de Psicologia Aplicada. São Paulo, 1997.

FONSECA, V. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem.** Abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade:** a vontade de saber. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GALDINO, R.C.A. Mediação de conflitos na escola: pontos e contrapontos. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: revistas.ung.br. Acesso em: 12 out. /2021.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GONÇALVES, L. S.; AZEVEDO, H.H.O. **O Curso de Pedagogia e o processo de Construção da Identidade do Pedagogo.** Cadernos de Pesquisa, 2009.

GOULART, I.B. **Piaget:** experiências básicas para utilização pelo professor. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUIMARÃES, V. S. **A socialização profissional e profissionalização docente:** um estudo baseado no professor recém-ingresso na profissão. In: GUIMARÃES, V. S. (org.). **Formar para o mercado ou para autonomia?** O papel da universidade. Campinas, SP: Papyrus, 2013, p. 129-150.

JUNGHANS, H. **Temas da teologia de Lutero.** [S.l]: Editora Sinodal, 2001.

KOCH, A. **Educação, cidadania e história:** a crise do ensino médio e o papel da universidade. Rui Vicente Oppermann, 2020.

KUENZER, A.Z. **As políticas de formação:** a construção da identidade do professor sobrando. In. Educação e Sociedade, nº 68, Campinas, junho/2009, p. 163 a 183.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. 5. Ed. Goiânia: [s.n]. 2005.

_____. **Democratização da Escola Pública.** 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Diretrizes Curriculares da pedagogia:** imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. In. Educação e Sociedade. Campinas, v27, n.96, out. 2006. p.843-876.

LIDOINO, A. C. P.; SANTOS, D. M.; REIS, G. de A. Reflexões sobre a formação continuada de professores na contemporaneidade. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 9, e19996473, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6473>. Acesso em: 25 out. /2021.

LIMA, D. B. de. **O Processo Educativo-Religioso e a Espiritualidade**. 10 Teses sobre Religião e Educação, p. 51- 62. Iuri Andréas Reblin, (org.). São Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

LIMA, R.C.P. et. FERNANDES, M.C.S.G. et GONÇALVES, M.F.C. Gt 04 Didática. Texto da 33ª reunião da Anped, Caxambu, 2006.

LUCKESI, C. C. **Prática docente e avaliação**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: ABNT, Estudos e Pesquisas, 2001.

MIRANDA, L.S.L.; SILVA, J. L. S. da; CAPINA, L.; SOUZA, M.C.R. de. Proposta de prevenção na aprendizagem mediada por tecnologias no ensino fundamental II, apoiada pela psicopedagogia e estudos sociais da ciência e da tecnologia. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Vol. Sup. n. 43\ e483. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.E483.2020>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MACEDO, L. **Ensaaios construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MALDONADO, G. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 115. [S.l.]: março/ 2008. p. 101-138.

MARRA, C. A. dos S. **Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola**. São Paulo: Annablume, 2007. n.p.

MARTELLI, A. C., MANCHOPE, E. C. P. A História do curso de Pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9394/96. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. V.3,n.1, 2004.

MATTA, R. **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social**. In: Violência Brasileira (P. S. Pinheiro, org.). São Paulo: Brasiliense, 2009. p. 14-28.

MEDEIROS, C.M.B. **Agressões em uma escola de ensino fundamental: visão dos alunos, professores e funcionários** [dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MEINHART, D. B.; SANTOS, E. G. dos. Violência escolar o desafio da atualidade: implicações na prática profissional do professor. **Dialogia**. São Paulo, n. 34, p. 244-259, jan. /abr./2020. Disponível em: <https://doi.org/Dialogia.N34.13611>. Acesso em 25 out. 2021.

MURAD, A. Do mundo vulnerável a “outro mundo possível”: Contribuição de Riechmann e da Laudato Si para tecnociência e sustentabilidade. **Revista Pistis Praxis**, [S.l.], v. 10, n. 3, dez. 2018. ISSN 2175-1838. Acesso em: 15 nov. 2021.

Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/24629>.
doi:<https://doi.org/10.7213/2175-1838.10.003.AO05>.

NASCIMENTO E. C. Do; GEMARQUE, B. B. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DE SALA DE AULA E METODOLOGIA DE ENSINO EM GEOGRAFIA. **Revista Ciranda**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2021.

OLIVEIRA, S. M. S. de; SILVA, D. M. da. Formação de professores em tempos de retrocesso: O que dizem os documentos oficiais? **Brasilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, jan. 2021. Disponível em: DOI: 10.34117/bjdv 7n 1-012. Acesso em: 27 out. 2021.

PARÂMETROS **Curriculares Nacionais (PCN)** – Ensino Médio; Ministério da Educação, 1999.

PARO, V. H. Eleições de diretores na escola públicaIn: **Revista Brasileira de Administração da Educação**, n. 23 jan./jul. 1994.

PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. *et al.* **As competências para ensinar no século XXI**. A formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. n.p.

_____. **Práticas pedagógicas profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993. n.p.

PINHO, A. M.; AMPARO NETO, M. S. Como humanizar a quem ensina? A necessidade de uma formação acadêmica humanizada para o docente em nossa contemporaneidade. **Revista Expressão Católica**, 2020. Disponível em: scholar.archive.org. Acesso em: 15 out. 2021.

PORTILHO, M. S. B.; CREMA, R. Ser integral: as tessituras do bordado em espiritualidade e educação. **Interespe. Interdisciplinaridade e Espiritualidade na Educação**. ISSN 2179-7498, v. 1, n. 9. [S.l.] p. 24-40, 2017.

PRIOTTO, E. P. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifca Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**. v.9, n.26. Curitiba: jan. /abr. 2008. p. 161-179.

RAMOS, D. L. P. **Bioética Pessoa e Vida**. São Paulo: Difusão, 2010.

REIS, C. de S. (2021). A importância da mediação escolar como promotora de uma cultura de paz. **J² - Jornal Jurídico**, 4(1), 061-076. Disponível em: <https://doi.org/10.29073/j2.v4i1.348>. Acesso em: 01 nov. 2021.

- REGO, A.; *et al.* **Espiritualidade nas organizações, positividade e desempenho.** Comportamento Organizacional e Gestão. Vol. 13, N.º 1. [S.l.] 2007. p. 7-36.
- ROCHA, M. da S.; OLIVEIRA, C. D. M. de. **EDUCAÇÃO & FORMAÇÃO. Revista do Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Educação & Formação.** Fortaleza, v. 3, n. 7, p. 200-219, jan./abr. 2018
DOI: <http://dx.doi.org/http://seer.uece.br/redutor>. Acesso em: 29 out. 2021.
- ROMANONOWSKI, G.; ROMANONOWSKI, M. Form. **Doc.**, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 9-10, ago./dez. 2010.
- ROSA, G. M. da; SILVA, F. R. da; FLACH, K. A. Educação Ambiental na educação escolar e a Responsabilidade Social: desafios e possibilidades nas questões ambientais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 411–430, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.12043. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbbea/article/12043>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- ROSA, S.S. **O sentido da Pesquisa como dimensão didática da formação de professores:** políticas e práticas do curso de Pedagogia. Cadernos de Pesquisa, 2006.
- SACRISTAN, G. ET GOMEZ, A.I.P. **Compreender e Transformar o Ensino.** Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 7ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 1998. n.p.
- SANTOS, A. M. dos *et al.* Educational Technologies in times of social isolation: a research with teachers. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e17996450, 2020. Doi:10.33448/rsd-v9i9.6450. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/vuview/6450>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- SANTOS, H. T. dos *et al.* **Método Autobiográfico e Metodologia de Narrativas:** Contribuições, Especificidades e Possibilidades para Pesquisa e Formação Pessoal/Profissional De Professores. II UNESP-FTC/P. Prudente – SP: 2016. n.p.
- SANTOS, H.M. O Estágio Curricular na Formação de Professores: Diversos Olhares. Gt 08. **Formação de Professores. 33ª ANPED**, Caxambu, 2006. n.p. Acesso em: 07 jul. 2015.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora, 3 ed, 2000. n.p.
- SAVIANI, D. Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 39, n. 136, jan./abr. 2007. n.p.
- SAYÃO, R.; AQUINO, J; G. **Família:** Modos de usar. Campinas: Papyrus, 2006. n.p.
- SILVA, A. V. L. ESPIRITUALIDADE EM EDUCAÇÃO: Um viés da práxis dos direitos humanos no reconhecimento À alteridade. **Annales Faje**, v. 3, n. 1, 2018. p. 20-20.

SILVA, C.S.B. **Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia no Brasil: um tema vulnerável às investidas ideológicas.** UNESP, 2015. n.p.

SILVA, N. P. **Ética, indisciplina & violência nas escolas.** [S.l.] Petrópolis, 2014. n.p.

SILVA, Maria A. A. da. **A violência física intrafamiliar como método educativo punitivo-disciplinar e os saberes docentes.** 2010. 224 f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, A.V. Estágio curricular supervisionado no curso de licenciatura: momentos de vivência da profissão professor nas escolas de educação básica. **Revista Espaço Acadêmico.** n. 73, jun. 2007.

SILVA, G.J. O Estágio Supervisionado nas Faculdades de Teologia: teoria e prática de um dos componentes curriculares. **Revista Caminhando.** v. 15, n.02, jul./dez. 2010. p.168-179.

SOUZA, B. A. W. K. de. **Pedagogia social e teologia em diálogo: a perspectiva de uma educadora social.** 2019. 210 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação, Faculdades EST, São Leopoldo, 2020.

SOUZA, Tatiana Craveiro de. **Violência doméstica e familiar contra a mulher no Recife e o uso de práticas restaurativas: preocupações e possibilidades.** (Dissertação de Mestrado).2019. Universidade Federal de Pernambuco.

TURRA, N. C.; FEUERSTEIN, R. “Experiência de Aprendizagem Mediada: Um salto para a modificabilidade Cognitiva Estrutural”. São Paulo: **Revista de Educação,** 2007.

TRAIN, A. **Ajudando a Criança Agressiva.** 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2011.

UNESCO (United Nations Education Scientific and Cultural Organization.) **Declaração Mundial de Educação para todos.** Jontien – Tailândia, 1990.

VALDEZ, G. **É expressamente proibido usar boné na escola.** Programa de Desenvolvimento Educacional. [S.l.]: 2010. p. 1-16.

VASCONCELOS, S.T. **A Experiência do Estágio:** Análise do papel do estágio curricular no processo de formação do professor de artes visuais. UFPR, 2009. Dissertação. 149p.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de Didática.** 5. Ed. Campinas: Papyrus, 1992.

_____. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico.** Campinas: Papyrus, 2009.

VON SINER, R.; WESTPHAL, R.; E. VIOLÊNCIA LETAL, A FALTA DE RESSONÂNCIA E O DESAFIO DO PERDÃO NO BRASIL. **Estudos Teológicos,** [S.

l.], v. 59, n. 1, p. 94–107, 2021. Disponível em: http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/336. Acesso em: 8 nov. 2021.

WACHHOLZ, W. ÉTICA NO PENSAMENTO DE LUTERO: A SERVIÇO DA IGREJA, DA ECONOMIA E DA POLÍTICA. **Revista Paralellus**, Recife, v. 9, n. 20, jan./abr. 2018, p. 199-214-022. Disponível em: doi: 10.25247/paralellus.2018.v9n20.p.199-214. Acesso em: 8 nov. 2021.

WARRAT, L, A. **Surfando na Pororoca**. O Ofício do Mediador. V. III. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WIECZORKIEWICZ, A. K.; BAADE, J. H. Família e escola como instituições sociais fundamentais no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 20, 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/19/familia-e-escola-como-instituicoes-sociais-fundamentais-no-processo-de-socializacao-e-preparacao-para-a-vivencia-em-sociedade>. Acesso em 07 jul. 2021.

YAMANE, N. T. Violência escolar: Fatores ocasionadores e suas consequências no trabalho docente. **Revista Psicologia & Saberes** v.9, n. 19, 2020. Disponível em: revistas.cesmac.edu.br. Acesso em: 20 out. /2021.

ZANCANARO, L. Por uma ética do cuidado e da responsabilidade. IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanitas** Nº 371. Ano XI. 29/8/2011. Entrevista especial com Lourenço Zancanaro. Disponível em: www.inhu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/46782-por-uma-ética-do-cuidado-e-da-responsabilidade-entrevista-especial-com-lourenço-zancanaro. Acesso em jul. /2020.

ZEFERINO, J. A Construção de Pequenos Espaços de Cuidado e Gratuidade como resistência às violências: Uma Relação Entre Pastoral E Teologia Da Cidadania. **Estudos Teológicos**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 152–165, 2019. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/340>. Acesso em: 8 nov. 2021.

ZUIN, A. A. S. **Violência e tabu entre professores e alunos**: a internet e a reconfiguração do elo pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012.